

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Diego Marsalla Toscano

Machado de Assis e a língua portuguesa no Brasil no fim do Império:  
aspectos da história do negro em crônicas da série *Bons Dias!*

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO

2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Diego Marsalla Toscano

Machado de Assis e a língua portuguesa no Brasil no fim do Império:  
aspectos da história do negro em crônicas da série *Bons Dias!*

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora  
como exigência parcial para a obtenção do título  
de Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia  
Universidade Católica de São Paulo sob a  
orientação do Professor Doutor Jarbas Vargas  
Nascimento.

SÃO PAULO

2008

Banca Examinadora

---

---

---

## **AGRADECIMENTOS**

A meus pais, Homero e Débora, e meu irmão, Renato, que conviveram diariamente com a execução deste projeto e que entenderam a sua real importância em minha vida.

A meus avós, Neudemir e Marina, minha tia, Valéria, e meu primo, Henrique, que estiveram presentes em diferentes momentos desta empreitada.

Ao meu Professor-Orientador, Jarbas Vargas Nascimento, que me conduziu aos estudos acadêmicos com muita dedicação, conhecimento e carinho.

À Banca Examinadora, na presença das Professoras Doutoras Leonor Lopes Fávero e Maria Lúcia da Cunha Victorio Oliveira Andrade, que apresentaram idéias e sugestões que fortaleceram esta pesquisa acadêmica.

Aos professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa que colaboraram com a minha formação intelectual durante este percurso.

Aos meus amigos que se mostraram interessados e orgulhosos desta produção.

A CAPES pelo auxílio da bolsa de estudos.

## RESUMO

Esta Dissertação trata de crônicas da coleção *Bons Dias!*, de Machado de Assis e busca identificar no cenário histórico e intelectual em que esses documentos foram produzidos as influências contextuais expressas nelas e de verificar questões de ortografia e acentuação como marcas gramaticais do uso da língua portuguesa na segunda metade do século XIX.

Diante disso, justifica-se este trabalho, na medida em que revela a importância social de refletir a crônica machadiana e o contexto lingüístico-cultural do final do século XIX. A crônica machadiana reflete marcas gramaticais que estão registradas nos compêndios da época, especificamente na *Grammatica Portuguesa*, de Júlio Ribeiro, e que possibilitam perpetuar aspectos do homem negro brasileiro no contexto escravista no Brasil.

A fundamentação teórica é da Historiografia Lingüística, trabalhada nas perspectivas apontadas por Konrad Koerner (1989, 1995, 1996), que considera as aproximações que a Lingüística estabelece com a História no processo de compreensão e interpretação dos fenômenos lingüísticos. Esta disciplina possibilita que o historiógrafo da língua encontre respostas para a compreensão da língua portuguesa em uso no Brasil no passado e sua relação com a atualidade, a partir da verificação do seu registro em dois tempos.

Assim, nas crônicas selecionadas, identificam-se marcas da ortografia e acentuação da língua portuguesa e da crônica daquele período, a partir da aplicação do recurso da metalinguagem. Na perspectiva historiográfica, a metalinguagem promove observações acerca dos acontecimentos histórico-lingüísticos e evita distorções no processo de interpretação. Após a aplicação do recurso da metalinguagem, operacionalizamos os princípios da *contextualização histórica e intelectual*, da *imanência* e da *adequação teórica* que coopera para o exame de documentos antigos e de seus respectivos registros lingüísticos.

Os resultados obtidos apontam a idéia de que as crônicas escritas por Machado de Assis no final do século XIX são documentos histórico-lingüísticos, permitem-nos identificar um diálogo entre a realidade e a ficção e materializam aspectos sociais, gramaticais e lingüísticos específicos do contexto em que foram produzidas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Machado de Assis; Historiografia Lingüística; Língua Portuguesa; Crônica.

## ABSTRACT

This Dissertation works crônicas of collection *Bons Dias!*, by Machado de Assis and it pretends to show in historic and intellectual context that these documents were produced the contextual influences express in theirs and to check questions of orthography and accentuation as grammatical marks of portuguese language's use in a second half from century XIX.

In face of that, the justification of that study appears in the proportion to reveal the social importance to reflect the Machado de Assis's crônicas and the context linguistic-cultural of final's century XIX. The Machado de Assis's crônicas reflects grammatical marks is registered in the compendium of this epoch, specifically in a *Grammatica Portuguesa*, by Julio Ribeiro, and it makes possible to perpetuate aspects of Brazilian's black people in the slave's times in the Brazil.

The theory is Historiography Linguistics, worked in the perspectives pointed from Konrad Koerner (1989, 1995, 1996), and it considers the approximations of Linguistics and History in the process of comprehension and interpretation of linguistics phenomenon. This discipline makes possible that language's historiographer finds answers for portuguese language's comprehension in use in the Brazil in past and its relation with the present time by verification of its register in two times.

Therefore, in the selected crônicas, marks of orthography and accentuation of portuguese language and of crônica that time is checked by application of metalanguage recourse. In a historiography perspective, the metalanguage furthers observations about historic-linguistics and it avoids distortions in the process of interpretation. After that, we works the beginnings of *contextualization historic and intellectual, immanence and adequacy theorist* that works together for the exam of old documents and its respective registers linguistics.

The results obtained shows the idea that these Machado de Assis's crônicas are documents historic-linguistics and we can identify un dialogue between reality and fiction and it materialize social, grammatical and linguistics aspects from context specific in these documents were produced.

**KEY-WORDS:** Machado de Assis, Historiography Linguistics, Portuguese Language, Crônicas.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
------------------------	-----------

### **CAPÍTULO I – HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA: PRINCÍPIOS E MÉTODO**

1.0. Introdução.....	06
1.1. Lingüística e História – Uma relação interdisciplinar.....	07
1.1.1. A Lingüística como ciência.....	07
1.1.2. As novas abordagens na História.....	08
1.1.3. A História Cultural.....	09
1.2. A Historiografia Lingüística.....	11
1.2.1. Antecedentes da Historiografia Lingüística.....	11
1.2.2. Concepção, princípios de procedimentos em Historiografia Lingüística.....	12
1.2.3. O recurso da metalinguagem.....	16
1.2.4. O documento em Historiografia Lingüística.....	18
1.3. Crônica: gênero documental.....	19
1.3.1. Concepção de gênero.....	19
1.3.2. Noção de gênero documental.....	21
1.3.3. O gênero jornalístico crônica.....	22
1.3.4. A crônica fluminense como documento histórico-lingüístico.....	26
1.3.5. Expressividade.....	27
1.3.6. Narrativa.....	28

### **CAPÍTULO II – CONTEXTUALIZANDO A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

2.0. Introdução.....	32
2.1. Vida política e social no Brasil até a segunda metade do século XIX.....	33
2.2. Vida política e social no fim do Império do Brasil.....	34
2.2.1. As relações político-econômicas no fim do Império do Brasil.....	34
2.2.2. O Negro no fim do Império do Brasil.....	48
2.3. Concepções Lingüísticas do século XIX.....	51

## **CAPÍTULO III – A LÍNGUA PORTUGUESA, MACHADO DE ASSIS E O NEGRO EM CRÔNICAS**

3.0.	Introdução.....	59
3.1.	As produções de crônicas de Machado de Assis.....	60
3.2.	Crônica 1: 19 de abril de 1888.....	63
3.2.1.	Metalinguagem e a crônica 19 de abril.....	65
3.2.2.	O princípio da imanência.....	69
3.3.	Crônica 2: 27 de abril de 1888.....	72
3.3.1.	Metalinguagem e a crônica 27 de abril.....	74
3.3.2.	O princípio da imanência.....	78
3.4.	Crônica 3: 11 de maio de 1888.....	81
3.4.1.	Metalinguagem e a crônica 11 de maio.....	83
3.4.2.	O princípio da imanência.....	86
3.5.	Crônica 4: 19 de maio de 1888.....	89
3.5.1.	Metalinguagem e a crônica 19 de maio.....	90
3.5.2.	O princípio da imanência.....	94
3.6.	Adequação teórica.....	98
3.6.1.	As mudanças na língua portuguesa.....	98
3.6.2.	As mudanças/continuidades na crônica.....	101
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>107</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>110</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>113</b>



## INTRODUÇÃO



Foto da escultura de Machado de Assis situada em frente à entrada da Academia Brasileira de Letras.

Esta Dissertação trata de crônicas da coleção *Bons Dias!*, de Machado de Assis<sup>1</sup>, em uma perspectiva histórica e historiográfica, observando a língua portuguesa em uso no final do século XIX no Brasil. Nesta perspectiva, propõe-se uma discussão que engloba a relação língua com idéias circulantes em torno da abolição da escravidão e suas conseqüências para o negro, conforme aparecem nas crônicas 19 e 27 abril e 11 e 19 de maio de 1888. Assim, este estudo compreende que os fenômenos histórico-lingüístico-literários evidenciam continuidades e mudanças na língua portuguesa em uso no Brasil e na organização da crônica no século XIX.

---

<sup>1</sup> Esta coletânea de crônicas foi publicada na *Gazeta de Notícias* em 1888 e reflete aspectos da história do homem negro na sociedade fluminense.

Diante disso, justifica-se este trabalho pela relevância ao refletir sobre a língua portuguesa em uso no Brasil em um específico contexto lingüístico-cultural: o final do século XIX. Nesse período, ocorreram polêmicas em torno da língua portuguesa em território brasileiro e de sua identidade nacional, visto que esse momento da história foi representativo para a independência política e cultural do Brasil, além de ter sido significativo para o surgimento do gênero crônico como documento histórico-lingüístico. Justifica, ainda, esta pesquisa o fato de que a língua portuguesa escrita nas crônicas selecionadas registra acontecimentos histórico-sociais, tendo em vista que por elas se torna possível reconstruir aspectos da sua história, do homem negro e da sociedade fluminense.

Diante dessa exposição, esta Dissertação consiste em saber como a crônica machadiana reflete marcas gramaticais que estão registradas nos compêndios da época, especificamente na Gramática de Júlio Ribeiro, e que possibilitam perpetuar aspectos do homem negro brasileiro no contexto escravista no Brasil. Assim, examina-se o gênero crônica em suas relações estético-lingüísticas, em suas influências histórico-culturais, bem como em suas relações entre a realidade e a ficção.

Pretende-se, ainda, identificar o contexto histórico e intelectual em que esses textos foram produzidos, a fim de compreender as influências contextuais expressas nas crônicas e de verificar questões de ortografia e acentuação como marcas recorrentes do registro escrito da língua portuguesa do final do século XIX. Para alcançar esses objetivos, selecionou-se o cronista Machado de Assis, que marcou seu nome na cultura brasileira, já que foi importante observador da cidade do Rio de Janeiro, capital do Império, retratando-a, lingüisticamente, com devida exatidão.

A fundamentação teórica é da Historiografia Lingüística (daqui para frente, HL), nas perspectivas apontadas por Konrad Koerner (1989, 1995, 1996), que considera as aproximações que a Lingüística estabelece com a História no processo de compreensão e interpretação dos fenômenos lingüísticos. A HL surge como uma disciplina que reúne os procedimentos necessários à consecução dos objetivos propostos para a análise de documentos do passado com o intuito de encontrar respostas para a compreensão da língua portuguesa em uso no Brasil na atualidade, a partir da verificação do passado. Nesta perspectiva, identificam-se, nas crônicas selecionadas, marcas da língua portuguesa e da crônica daquele período, não somente a partir da aplicação do recurso da metalinguagem, mas também, pelo procedimento de operacionalização dos princípios da *contextualização histórica e intelectual*, da *imanência* e da *adequação teórica*.

A HL consolidou-se no âmbito da Lingüística, desenvolvendo-se em decorrência do diálogo interdisciplinar que a Lingüística fez com a História, a fim de se integrar ao painel de conhecimento que engloba a língua e sua relação com a realidade social. Os métodos e técnicas de investigação da língua em fontes documentais variadas oferecem diferentes realidades históricas para historiógrafo da língua que as explica, produzindo um conhecimento que se relaciona ao ato de produção e de interpretação dos acontecimentos sociais.

A HL é concebida como um modo de (re) escrever a história de uma dada língua, pois implica voltar-se para a essência lingüística, tomando a língua como um produto histórico-social, já que descreve, explica e interpreta os fenômenos lingüísticos. Para dar conta desses fenômenos, K. Koerner (1995) propõe a metalinguagem como um recurso que promove as observações acerca dos acontecimentos histórico-lingüísticos dentro de um determinado clima de época, adequando-os para o momento atual do conhecimento lingüístico, procurando trabalhar as relações do seu registro escrito que, nesta pesquisa, ligam-se aos acontecimentos próximos ao término da escravidão e a desintegração do regime monárquico.

Para Marly de Souza Almeida (2003:92):

*A metalinguagem pode ser esse recurso e está ao alcance de vários ramos do saber, uma vez que tudo pode ser transformado em linguagem. No que diz respeito à HL, a metalinguagem vai além das fronteiras de um conjunto de tecnologias para descrever as línguas em seus usos ou funções. É um conceito-chave enquanto diferenciador da linguagem, para que não se confundam os dois níveis em que ela permite operar: enquanto objeto de investigação e enquanto técnica de observação.*

Após a aplicação desse recurso, Konrad Koerner (1996) afirma que a análise historiográfica requer a operacionalização de três princípios ordenados durante todo o processo de exame de um documento e de seu material lingüístico. Para tanto, o historiógrafo da língua deve possuir uma competência que alie os conhecimentos lingüísticos ao seu conhecimento enciclopédico para prática analítica. O primeiro princípio, a *contextualização histórica e intelectual*, resgata o clima de opinião da época em que o documento foi produzido, as concepções lingüísticas, sócio-econômicas e políticas em circulação naquele momento histórico específico.

O segundo princípio, o da *imanência*, refere-se ao levantamento de informações e ao estabelecimento de um entendimento amplo do documento, tanto no que concerne às teorias lingüísticas, quanto às abordagens em História, tendo em vista que o documento materializa as concepções histórico-intelectuais da época. E o último, o princípio da *adequação teórica*, possibilita comparar o registro passado da língua, reatualizando-a ao registro presente à luz das teorias e terminologias atuais.

O fim do século XIX no Brasil apresenta-se como palco de dois momentos significativos para o país: o término da escravidão e a mudança política do sistema imperial para o republicano. A cidade do Rio de Janeiro foi o principal centro urbano desse momento, visto que grandes pensadores, que contribuíram para tais mudanças, encontravam-se nessas terras, defendendo a liberdade aos cidadãos brasileiros e, também, criticando o sistema do Império do Brasil.

A sociedade brasileira, impulsionada pelo nacionalismo, consolidou-se na consciência cultural de um país que se afirmava independente e que buscou as suas identidades política, econômica, social e, também, lingüística. Nesta perspectiva, é possível perceber as primeiras polêmicas em torno do uso da língua portuguesa no Brasil, cujas discordâncias dividiam-se em lados opostos: portugueses e brasileiros puristas que a consideravam a mesma no Brasil e em Portugal e brasileiros, adeptos de uma nova tendência, que viam a língua portuguesa sob a ótica nacionalista e diferenciada, seguindo padrões de uma brasilidade constituída e afirmada pela sociedade.

Ao lado desses brasileiros nacionalistas, encontravam-se escritores como, por exemplo, José de Alencar, que sofreu críticas por parte dos portugueses, que entendiam haver um distanciamento da língua portuguesa falada em terras brasileiras com aquela escrita em terras lusitanas. Entretanto, dentre as adversidades, notam-se que as questões divergentes entre o uso brasileiro e o uso português da língua portuguesa davam-se mais no léxico do que na estrutura lingüística, visto a gama diferente de influências que o português brasileiro adquiriu com as línguas africanas e indígenas.

As crônicas selecionadas estão interligadas com a história cultural brasileira e tematizam a escravidão e o fim gradual do Império, com inúmeras apreensões do cotidiano do Rio de Janeiro, retratando certas tramas de relações estabelecidas na vida pública. Além disso, registram a língua portuguesa em uso no Brasil, na segunda metade do século XIX, suas oscilações e a sua veiculação na imprensa.

Vale ressaltar que a crônica originou-se do folhetim, promovendo-se como um artigo “jogado”, que tratava das questões cotidianas, sendo elas políticas, sociais, artísticas e

literárias, entre outras. Esse gênero, que se apresenta como documento nesta Dissertação, enveredou-se pelo tom ligeiro, revelando-se como produção praticada por um grande número de escritores e jornalistas, embalados pela remessa de exemplares de periódicos impressos, desde a inauguração da Imprensa Régia, a partir da chegada da Família Real Portuguesa, em 1808.

Neste sentido, a crônica é entendida como um gênero constituído de experimentação lingüística natural, flexível e livre para os escritores, mostrando-se como um registro histórico-lingüístico aberto à compreensão do homem e de sua realidade. Por isso, as crônicas selecionadas são tomadas como documento não somente por seus autores estarem envolvidos pelo contexto histórico-cultural, mas, também, por captarem as informações da época.

A Dissertação está organizada em três capítulos, que se desenvolvem da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, apresentam-se a fundamentação teórica que norteia a pesquisa, revelando como a relação Lingüística e História é fundamental para o surgimento da disciplina HL, o entendimento do gênero literário crônica como documento histórico-lingüístico e a noção de documento, com o intuito de angariar subsídios para a análise.

No segundo capítulo, apresenta-se a contextualização histórico-político-cultural do século XIX, que retrata um Brasil independente, que antecipou a maioria de seu herdeiro ao trono. O país estava sustentado economicamente pelos regimes da escravidão e do café, mas não se preparou para lidar com a condição de homem negro liberto pelas leis antiescravagistas.

No terceiro capítulo, apresenta-se a produção de crônicas de Machado de Assis, especificamente a da coleção *Bons Dias!*, e realizam-se as suas análises, aplicando o recurso da metalinguagem e os princípios da imanência e da adequação teórica.

Seguem-se a Conclusão, as Referências Bibliográficas e os Anexos.

## CAPÍTULO I: HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA: PRINCÍPIOS E MÉTODO



Foto dos óculos de Machado de Assis. Exposição comemorativa pelo centenário da sua morte – Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

### 1.0. Introdução

Este primeiro capítulo trata de reunir a fundamentação teórico-metodológica da Dissertação, procurando esclarecer as relações e as aproximações que a Lingüística estabelece com a História no processo de compreensão e interpretação dos fenômenos lingüísticos registrados em documentos, como a coleção de crônicas *Bons Dias!*, de Machado de Assis. Nesse sentido, é relevante a escolha da HL para subsidiar as análises, pois a disciplina vai ao encontro do tema com as manifestações na organização das crônicas selecionadas.

Em um primeiro momento, trabalha-se o conceito de língua como uma prática social que media as relações humanas e que, por conseguinte, varia, a fim de se adequar ao homem. Em um segundo momento, exploram-se as abordagens das novas tendências da História, visto que, por se tratar de um estudo histórico e historiográfico, faz-se necessário o seu entendimento para o estabelecimento do princípio da *contextualização histórica e intelectual* pertinente à segunda metade do século XIX, já que a língua portuguesa materializou os acontecimentos políticos, econômicos, culturais, sociais, dentre outros, nas crônicas selecionadas.

Nesta perspectiva, surge a fundamentação teórica da HL que procura responder aos atuais questionamentos lingüísticos e do homem por meio da análise e da interpretação de documentos. Para isso, emprega-se o recurso da metalinguagem no tratamento da língua portuguesa, utilizando-se, em seguida, a operacionalização dos princípios da *contextualização histórica* e *intelectual*, da *imanência* e da *adequação teórica*. Em um terceiro momento, promovem-se os estudos sobre a crônica como gênero jornalístico e como documento histórico-lingüístico.

## **1.1. Lingüística e História – Uma relação interdisciplinar**

### **1.1.1. A Lingüística como ciência**

A língua é a manifestação da cultura de uma determinada sociedade e, por conseguinte, apresenta-se como o elemento que materializa o pensamento humano, pois ela modifica as relações do homem com o meio social. Nesse sentido, a língua pode ser encontrada na sua produção oral e escrita; porém, para esta Dissertação, importa-se o seu registro escrito, verificando, assim, que os documentos lingüísticos são produzidos por um homem individual, mas que se transformam no coletivo.

A partir do momento em que a língua veicula-se pública, os indivíduos deixam marcas de seus múltiplos usos e, assim, tornam-na prática social. Compreende-se, portanto, que o uso da língua permite marcá-la por elementos compartilhados na atualização e transformação do seu registro, visto que ela não é entendida como um compartimento uniforme e estanque, porque a diversidade do uso humano possibilita estabelecer uma relação que se adequa a cada tempo e espaço geográfico vivenciado pelo homem e seus legados culturais.

Por essa razão, esta pesquisa apóia-se no fato de que a língua muda em um tempo real, sendo as suas diferenças e continuidades percebidas no contraste das manifestações lingüísticas temporalmente afastadas. Essa característica da mudança de uma língua converge para a HL que se concentra em analisar documentos que mostram as ocorrências lingüísticas materializadas no final do século XIX nas crônicas *Bons Dias*, a fim de compará-las com o registro presente da língua portuguesa.

A língua, entendida como prática social, relaciona-se à memória cultural de um determinado grupo, ao ambiente e ao tempo e, portanto, pode ser empregada durante o processo de constituição do homem. Nesta perspectiva, o sentido propagado pela linguagem é estabelecido dentro de um contexto sociocultural e reporta-se a outros momentos e lugares a

partir do conhecimento de seus significados passados. De acordo com Márcia Viana (2005: 73),

*a linguagem resulta, portanto, na possibilidade de troca comunicativa, bem como na elaboração e participação de uma memória coletiva, da qual cada um dos homens faz parte e para a qual, por estar vivo e ativo no meio social, cada um contribui.*

Por essa razão, independentemente do tempo, a sociedade é o centro de um conjunto de idéias materializadas lingüisticamente que constituem as noções e os valores culturais de seus indivíduos. Assim, a língua oferece-se como instrumento do pensamento humano na observação dos fatos de um determinado momento passado que se revela nos documentos, permitindo, então, que se reúnam informações acerca das relações existentes nas produções intelectuais dessa sociedade.

### **1.1.2. As novas abordagens na História**

Para esta Dissertação, optam-se pelas novas tendências da História, em que a reflexão deve ser realizada a partir das circunstâncias sociais que geraram os acontecimentos e as suas conseqüências em uma determinada sociedade ao longo dos tempos. Apaga-se, portanto, a visão de que o historiador é um estudioso que apenas tabula datas e comemorações marcantes, pois ele está preocupado em perceber o homem como agente modificador do espaço social.

A compreensão dos acontecimentos pela História não é imediata e concomitante, pois as sociedades humanas não são transparentes para elas mesmas, porque elas explicam e, ainda, se explicam nos fatos ocorridos. Essa progressão histórica situa-se na conceituação do não factual, já que os acontecimentos são compreendidos a partir das convenções de um grupo social, do princípio das instituições e das máximas de condutas dos indivíduos.

As atividades intelectuais, práticas e literárias referem-se a essa conceituação, que propicia um exame atento de determinada sociedade, pois expõe os dois momentos do trabalho histórico: a crítica e a explicitação. A conceituação fornece o sentido à história não factual, que se baseia nas narrativas, sendo escrita no nível das fontes documentais e não mais aquela que se coloca em tratados e batalhas.

A História dedica-se a escrever os acontecimentos políticos, econômicos e culturais a partir da conceituação de que existem novas questões a serem tratadas nos documentos que



são considerados inesgotáveis fontes de informação. Nesse sentido, para a sua construção, o historiador precisa ter uma consciência ampla da linguagem, já que a História é conceituada como atividade humana socializada que insere o homem em um dado contexto, isto é, um tempo passado e um espaço onde ocorrem tais realizações, produzindo ações que são revestidas de manifestações culturais; reconhece-se, assim, que cada acontecimento documentado é fonte de estudo e interpretação para o historiador.

O trabalho do historiador é apresentar um método interpretativo, já que pesquisa diversas fontes documentais para proceder às análises e à interpretação dos dados, procurando explicar a dimensão que o homem teve da realidade ao construí-la. Segundo Marly de Souza Almeida (2003: 46), entende-se interpretação como

*ir além dos fatos, até porque estes são fenômenos subjetivos que existem para além do historiador. A interpretação é que valida o caráter histórico do documento. Assim como a legitimidade da língua está na sua história. História é escolha, cujo objetivo é o homem em processo de mudança.*

Nesta perspectiva, a História não se reduz na natureza do ser individual, já que é feita por ideais coletivos que são compostos pelos indivíduos modelados por essas instituições sociais. As dimensões coletivas do indivíduo são marcadas por uma ideologia que consiste em sustentar os fins das instituições, mostrando que o homem necessita e se justifica por elas. Os acontecimentos não se revelam na visão imediata do historiador, pois promovem uma série de conceitos socioculturais que definem uma sociedade; ainda, entende-se que os acontecimentos são únicos e irrepetíveis, mas a partir do momento em que são documentados, constroem-se por recortes, seleções e abstrações, que se materializam lingüisticamente, concebendo, assim, a sua história cultural.

### **1.1.3. A História Cultural**

Para perceber como as manifestações lingüísticas da sociedade fluminense da segunda metade do século XIX no Brasil refletem a cultura nas suas relações cotidianas, exprimindo a maneira como aquela comunidade viveu e refletiu sua relação com o mundo e com as suas representações lingüísticas, esta Dissertação utiliza-se da noção de História Cultural para

compreender que as crônicas selecionadas materializaram um encontro de diversos valores socialmente articulados.

O termo *cultura* é entendido como o conjunto de obras, realizações e instituições que confirmam a originalidade e a autenticidade da vida, seus usos e costumes de um grupo de indivíduos; já as representações culturais são resultados de tipos de ações mentais, espirituais e ideológicas que refletem práticas culturais em um respectivo grupo. Ainda, a cultura de uma sociedade é entendida como uma finalidade em si, intrínseca e inerente ao homem, cuja concretização pede uma formação intelectual, moral e estética.

A História Cultural faz com que o historiador localize e interprete a língua em um campo em que se cruzam dois momentos. O primeiro momento revela um teor diacrônico, já que estabelece a relação de um texto ou de um sistema de pensamento com as manifestações anteriores no mesmo ramo da atividade cultural. O segundo momento, de teor sincrônico, determina a relação do conteúdo do objeto intelectual com o que surge em outros aspectos de uma dada cultura.

O historiador deve identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e lida, e que se incorpora sob a forma de categorias mentais e de representações coletivas que possibilitam a descrição de uma sociedade específica. Assim, a História Cultural apresenta as manifestações de uma cultura dominante que é compreendida por aspectos intelectuais, materiais, eruditos e populares. Os historiadores devem deixar de trabalhar com o conceito singular de *cultura* ou com as suas posições dicotômicas, a fim de investigarem categorias culturais em suas relações com os diversos níveis sociais.

O que se entende por *Cultural* é a constituição de um campo multi e interdisciplinar que proporciona a reflexão de interpretações das várias ciências humanas. O *Cultural* abrange práticas e representações sociais em determinada região ou nível, o que evidencia as suas relações com o cultural e com a linguagem, permitindo entender uma idéia plural de *cultura*.

O historiador não revela somente uma visão mais abrangente e atual do documento, mas trabalha um conceito mais dinâmico que reflete os produtos culturais e, em particular, os mecanismos técnicos e sociais da sua produção, incluindo as relações existentes entre esses mecanismos e as estruturas socioeconômicas da sociedade estudada. Assim, a linguagem mostra-se como elemento fundamental, pois é responsável pela construção simbólica de uma realidade social, o que indica que o historiador está atento a todos os movimentos dessa determinada sociedade.

Por essa razão, pode-se afirmar que as *culturas* material e intelectual compõem a História Cultural e, segundo Francisco Falcon (2002: 98), a sociedade possui

*um aspecto particular de síntese histórica cujo tema é a história global, incluindo, portanto, “todos os fenômenos históricos providos de um valor humano e como tais aceitos em um sistema de valores materiais, emocionais e espirituais de determinada sociedade”.*

Nessa perspectiva, as visões de mundo devem ser investigadas pelo historiador, sendo elas sistemas de valores e de normas ligados às necessidades econômicas, sociais, políticas de uma sociedade, já que revelam marcas de influência sobre o conhecimento cotidiano, científico e artístico. Para tanto, a literatura e as artes apresentam-se como produções que influenciam a consciência do homem, pois registram ideologias, atitudes e modos de vida de uma sociedade e da sua imagem cristalizada no cotidiano das diversas classes sociais.

A História Cultural propõe a observação dos mecanismos de produção de objetos culturais em meio aos movimentos conjuntos de uma civilização do passado. Entende-se, então, a sua relevância com o tema deste estudo, já que coopera para a percepção de que as crônicas selecionadas da coleção *Bons Dias!* inserem-se na produção intelectual do homem da segunda metade do século XIX.

## **1.2. Historiografia Lingüística**

### **1.2.1. Antecedentes da Historiografia Lingüística**

A HL nasceu em decorrência do diálogo interdisciplinar que a Lingüística fez com a História e consolidou-se como disciplina, integrando-se ao painel de conhecimento que engloba a língua e a história na constituição da realidade social. Devido à sua abordagem, a HL não pode ser confundida com a História da Língua, nem com História das Idéias Lingüísticas e nem tampouco com a Historiografia da Lingüística, pois, embora abordem a língua em uma perspectiva histórica, elas não se confundem por apresentarem perspectivas e procedimentos de análise diferentes.

Esses estudos promoveram a determinação da história da língua, no caso a portuguesa, afirmando o seu caráter informativo, em formato de relatos, resultando esboços artificiais das questões lingüísticas; isto é, sabe-se de algum fenômeno lingüístico, mas não o examina em

profundidade, ou melhor, faz o seu diagnóstico, porém não se propõe um tratamento. A Historiografia da Lingüística, constantemente confundida com a HL, é uma disciplina que objetivou somente descrever e explicar como se produziu e se desenvolveu o conhecimento lingüístico em um determinado contexto social e cultural.

Essa visão não é suficiente para esta Dissertação, visto que, no momento presente das ciências humanas, especialmente no caso dos estudos referentes à língua, a possibilidade de diálogos entre elas estende-se, sobretudo, na relação Lingüística e História, o que dá relevância à HL. Com novos métodos e técnicas de investigação da língua em fontes bastante variadas, parte-se de realidades históricas que são compreendidas pelo historiógrafo da língua<sup>2</sup> que, também, pretende explicá-las, produzindo um conhecimento que se relaciona ao ato de produção e à interpretação dos acontecimentos.

A HL precisa orientar-se para uma história que se faz internamente à língua e para uma história tida externa a ela, mas que lhe é pertinente, e as duas se conjugam para a formação de um método interpretativo dos fenômenos lingüísticos de uma determinada época. Nessa perspectiva, apreende-se a idéia de que é uma disciplina que deseja ser compreendida como um modo que trabalha por princípios e que escreve e focaliza-se na história do estudo da língua.

Em seu âmbito interdisciplinar, a HL estabelece alianças com diversas ciências humanas, visto que nasce sob o paradigma da construção espiralada do conhecimento, isto é, da sua superação e da conseqüente renovação dos estudos por meio de recursos descritivos, explicativos e interpretativos de condições, causas e conseqüências.

### **1.2.2. Concepção, princípios de procedimentos em Historiografia Lingüística**

A HL é concebida como um modo de (re) escrever a história da língua, pois implica voltar-se para a essência lingüística, tomando a língua como um produto histórico-social, já que descreve, explica e interpreta os seus respectivos fenômenos. Essa disciplina detém-se em questões relativas ao papel dos fatores externos na produção de documentos, promovendo o estudo de teorias expostas e os diversos contextos em que foram produzidos. Desse modo, ela entende que as mudanças ocorridas em uma sociedade foram registradas pela língua em uso, o que corrobora para a compreensão de que é uma disciplina transdisciplinar, já que reúne os procedimentos teórico-metodológicos das diferentes ciências humanas, procurando, de uma

---

<sup>2</sup> O historiógrafo da língua precisa conhecer a autoria do documento, o momento em que ele está inserido e as concepções lingüísticas compartilhadas naquele contexto.

forma integrada, abarcar as diversas possibilidades de análise de um documento inserido em âmbito sócio-histórico do momento em que ele foi produzido.

As mudanças que ocorrem na sociedade são produtos de marcas ideológicas que carregam consigo o contexto sociocultural, caracterizado por interferências implícitas e explícitas apreendidas pelo escritor diante de uma atitude transformadora e assimiladora das idéias em circulação no momento de elaboração do documento.

A ideologia resulta das crenças, das idéias e das teorias veiculadas no momento de produção do texto, reconstruindo-se no interior do documento e provocando correlações e diálogo corrente com as situações e posições assumidas pela sociedade e pelo escritor do documento. Jarbas Vargas Nascimento (2005), apoiado em Konrad Koerner (s/d)<sup>3</sup>, afirma que as manifestações ideológicas interferem não somente na língua, mas também na promoção de idéias e ações particulares, conscientes ou inconscientes do homem. Isso possibilita caracterizar os interesses sociais que influenciam as ações históricas, vinculadas por certas tendências compartilhadas e que contenham um conjunto de fatos culturais que permeiam a vida cotidiana. Nessa perspectiva, a ideologia pode ser um instrumento de persuasão, orientado para as ações sócio-históricas.

Na constituição da memória e da história do homem, a articulação entre a língua, a história e o documento comporta os modos de constituição lingüística e a sua relação com o “sujeito-ideológico”, exposto a uma variedade de acontecimentos culturais, que constituem conjuntamente a produção intelectual.

Nesse sentido, pode-se assegurar que, se a sociedade está em constante mudança, as línguas modificam-se também para acompanhá-la, oferecendo-lhe os recursos necessários para a circulação dos significados do mundo; porém os usuários da língua não têm a consciência de que as mudanças lingüísticas ocorram de maneira lenta, contínua e gradual, visto que são notadas apenas no seu fluxo histórico. O homem possui a sensação da sua permanência, justificada, principalmente, pelo fato de essas mudanças atingem partes da língua, implicando um complexo jogo de mutação e permanência lingüística. Ressalta-se que, segundo Carlos Alberto Faraco (2005: 27), *a mudança é uma constante nas línguas e, principalmente, que a mudança não afeta a plenitude estrutural e o potencial semiótico das línguas.*

A HL alia-se a diferentes áreas de conhecimento, repensa seu campo de abrangência, busca definir, com clareza, seu objeto e estabelece uma epistemologia própria, a fim de dar

---

<sup>3</sup> Konrad Koerner. *Linguistics and ideology in the study of language*. Universidade de Ottawa, s/d.

conta do objeto língua, enquanto produto de interação criado pelo homem. Nessa perspectiva, entende-se que o discurso materializa na/pela língua posições históricas, políticas, estéticas e culturais, que se constroem a partir de crenças sociais, fato que motivou a examinar a língua portuguesa em uso no Brasil em crônicas produzidas por Machado de Assis.

É por essa razão que Jarbas Vargas Nascimento (2005: 15) afirma que a HL, por sua abrangência e pela

*complexidade das relações de interdisciplinaridade, que propõe, permite o conhecimento da língua e do homem e de tudo que com ele se relaciona (...) e nasce com o propósito de inserir a língua no universo humano.*

A questão da interdisciplinaridade da Lingüística com a História confirma a abordagem da HL e legitima a crônica machadiana como um documento escrito que, por meio da materialidade lingüística, produz um efeito sobre a imagem da sociedade da época, o que dá para a crônica uma marca de documento histórico-lingüístico. A língua portuguesa em uso em uma dada época estabelece em sua dimensão interna uma relação com a história, cujas repercussões podemos examinar nas crônicas selecionadas.

A HL entende a língua materializada em documentos não só como um conjunto de elementos organizados de acordo com regras explícitas e implícitas, mas como uma prática social, portanto, necessária à interação humana. A HL toma o material lingüístico como um mecanismo de facilitação comunicativo-social que se desenvolve, regula e revela a interação do homem com o seu meio. Neste sentido, pode-se dizer que qualquer língua passou e passa por mudanças contínuas e sucessivas, pois, ao longo da história, observam-se transformações em suas formas, funções e/ou significados, decorrentes das mudanças internas que ocorrem em função de mudanças na sociedade.

Para a atividade analítica em HL, é necessário que não haja juízo de valor por parte do historiógrafo da língua, visto que o trabalho de descrição e interpretação de fenômenos lingüísticos busca uma realidade heterogênea da língua. Assim, estuda-se uma variedade lingüística num espaço geográfico específico, estruturado social e temporalmente. Ao historiógrafo da língua, cabe perceber que língua e história interligam-se à história de uma específica comunidade lingüística em que ela foi empregada e materializada em documentos escritos. Segundo José Everaldo Nogueira Junior. (2005: 13), a língua é

*um instrumento de interação freqüente que se realiza de maneira dinâmica em situações concretas de interação, nas quais estão envolvidos fatores das mais diversas naturezas (...) e acompanha a dinâmica da vida social de que ela faz parte e que ajuda a construir.*

Ao se debruçar sobre o material lingüístico, Konrad Koerner (1995) afirma que, após a aplicação do recurso da metalinguagem, deve seguir a operacionalização dos três princípios de exame de um documento do passado. Para tanto, o historiógrafo da língua deve possuir conhecimentos lingüístico-históricos aliados a um conhecimento enciclopédico, ou de mundo, que o capacite à prática analítica que, em um primeiro momento, permite olhar o documento em seu momento de produção; e, em um segundo momento, organize os dados levantados pelo pesquisador para compará-lo com o momento atual.

O **princípio da contextualização** resgata o clima de opinião da época em que o documento foi produzido, remontando o contexto histórico-cultural, as concepções lingüísticas, sócio-econômicas e políticas circuladas do momento específico. Por esse princípio, o pesquisador tem que estar atento à autoria, tipo, organização, editor, capa, tiragem, prefácio, introdução e sumário do documento, ente outros, pois todas as informações levantadas corroboram para a compreensão do documento.

O **princípio da imanência** consiste no levantamento de informações e no estabelecimento de um entendimento amplo do documento estudado que materializa as concepções histórico-intelectuais da época. O historiógrafo da língua apreende o passado do documento e não intervém com as concepções, dados e terminologias atuais durante o processo de leitura e interpretação. A imanência é responsável por restaurar o documento, investigando os fatores em vigência presentes na história do documento e que possibilitam sua compreensão, por meio de concepções existentes na época em que ele foi produzido.

O **princípio da adequação teórica** possibilita o historiógrafo da língua comparar o registro passado da língua, promovendo a reatualização e aproximação do registro presente pelas teorias e terminologias atuais. Por esse princípio, o documento pode realçar os fatos do passado, mediado pelas preocupações do presente, a fim de torná-los socialmente úteis e necessários para o homem da modernidade.

Durante o processo de exame e análise da língua, o historiógrafo da língua não pode julgar se as mudanças são melhores ou piores; são apenas transformações que remodelaram a língua. Além disso, percebe-se que as mudanças lingüísticas desenvolveram-se em um processo lento e gradual, pois tais procedimentos foram inseridos aos poucos na norma

vigente, não a transgredindo de maneira abrupta, a fim de que se tornassem mais comuns e mais utilizados pelos representantes da classe dominante, de expressão lingüística prestigiada.

Como consequência desse processo, as mudanças incorporam-se às gramáticas e aos dicionários que regulamentam o uso para a sociedade lingüística. Nessa perspectiva, a HL observa que as mudanças lingüísticas não possuem um caráter definitivo e estanque da língua, mas podem ser alvos de outras variações posteriores. As diferenças entre o registro escrito de uma mesma língua em momentos e contextos históricos diferentes são explicadas pela configuração de específicas realidades, que estiveram condicionadas a determinados fatores internos e externos, pois a língua é inerente à vida do homem e à história individual de cada sociedade, isto é, materializada e registrada em seus respectivos documentos.

A HL apresenta-se com um olhar voltado às mudanças ocorridas na língua, ajudando a compreender melhor o homem do passado, a fim de responder a questões do homem presente, pois a língua atual resulta das mudanças sofridas ao longo de um tempo difícil de ser medido, mas que, recortado e examinado minuciosamente, dá uma série de informações lingüísticas relevantes para o trabalho do historiógrafo da língua.

Por essa razão, a opção pela abordagem teórico-metodológica da HL possibilita um olhar mais investigativo sobre a língua portuguesa em uso no Brasil na segunda metade do século XIX e abre um caminho para o estabelecimento de uma interação entre as marcas estético-lingüísticas e o desenrolar das leis abolicionistas e do surgimento dos ideais republicanos. Entende-se, portanto, que a língua portuguesa registrada nos jornais em circulação da época materializa as mudanças e continuidades dela própria e do contexto social do Brasil.

Nesse sentido, nas crônicas selecionadas, é comum encontrar referências a respeito das leis anteriores à abolição que tentaram regulamentar a libertação de negros e números que contabilizavam fugas de escravos em fazendas próximas ao Rio de Janeiro. Além disso, as primeiras manifestações do regime republicano entre os cidadãos eram sentidas em citações diretas às eleições distritais que se revelavam importantes no cotidiano fluminense.

### **1.2.3. O recurso da metalinguagem**

Ao analisar um documento, é comum que historiadores cometam impropriedades nas relações entre os atuais conceitos lingüísticos com os de uma determinada época, distorcendo-os em sua intenção e seus significados originais. Entretanto, pela HL, Konrad Koerner (1995, 1996) propõe a metalinguagem como um recurso que promove as observações acerca dos



acontecimentos histórico-lingüísticos de um determinado clima de época, adequando-os para o estágio atual do conhecimento lingüístico.

A metalinguagem propõe-se anterior à aplicação dos princípios propostos pela HL, caracterizando-se como um recurso de análise de documentos do passado, que procura trabalhar as relações do seu registro escrito, que, nesta Dissertação, liga-se aos acontecimentos próximos ao término da escravidão e à desintegração do regime monárquico. Assim, consiste na maneira pela qual o historiógrafo da língua aborda a língua em estudo, isto é, a portuguesa, fazendo com que, por meio de uma discussão de teorias de momentos passados, segundo Marly de Souza Almeida (2003: 92), identifique e descreva

*realizações distantes do passado, mas compreende e interpreta tais realizações em um panorama atual de representação [e] não pode desconsiderar o contexto para a descrição dos termos lingüísticos e sua interpretação dentro dos limites do uso lingüístico.*

A metalinguagem é, portanto, um conceito-chave enquanto diferenciador da linguagem, para que não se confundam os dois níveis em que ela opera: o próprio objeto de investigação e uma técnica de observação analítica. Por ser um conceito atual na HL, a metalinguagem dispõe de mecanismos teóricos que descrevem e explicam a língua, visto que cada época imprime sua história à língua em uso, promovendo os valores de seu espaço geográfico e da sociedade.

Ao aplicar-se em textos literários, a metalinguagem proporciona o trabalho do escritor, que revisa a sua atividade literária, ao assumir novas significações às palavras. Para esta Dissertação, é relevante apresentar a concepção de metalinguagem literária, já que o cronista possibilita uma nova organização textual, diferentes temas e outras dimensões à sua prática.

Nesse sentido, o processo de construção do texto literário reflete a essência literária por meio de palavras denotadoras de novos sentidos e diferentes mecanismos sintáticos e/ou morfológicos. Esses processos reúnem-se desde a seleção de palavras até a sua própria combinação, sendo o centro crítico entre o significado tradicional e o novo atribuído àquelas palavras.

A metalinguagem literária promove perspectivas que são questionadoras do real, voltando-se para referências do que é convencional e não-convencional na configuração da linguagem literária. Esse processo considera a relação língua e história a partir do

entendimento que os novos termos lingüísticos significam, ao mesmo tempo, valores religiosos, geográficos, culturais, políticos, econômicos e sociais que se afastam da realidade.

Marly de Souza Almeida (2003) afirma que, na metalinguagem literária, o escritor articula ferramentas lingüísticas que desmontam o documento, reconstruindo-o de modo inusitado e permitindo que a língua desloque-se do lugar comum. A finalidade desse procedimento está na apreensão das influências implícitas e explícitas, originadas dos contextos sociocultural e lingüístico, no momento exato em que o escritor produziu o documento. Assim, sua tarefa recai sobre a interpretação dessas informações com a atualidade.

A aplicação do recurso da metalinguagem faz com que o documento revele-se como fonte materializadora das manifestações políticas, econômicas, sociais, culturais e artísticas de uma determinada sociedade. Cabe, portanto, ao historiógrafo da língua, coletar essas informações passadas, a fim de reconstruir, de maneira representativa, uma época específica; além disso, tem-se a possibilidade de recuperá-la e, depois, reconstruí-la para os tempos modernos.

#### **1.2.4. O documento em Historiografia Lingüística**

Para que se disponibilizem exames mais precisos, a HL trabalha com fontes primárias, porque os documentos originais são registros fiéis dos momentos históricos da vida do homem e da sociedade em seus aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais e, sobretudo, lingüísticos. As crônicas selecionadas para este estudo seguem essa precisão para as suas respectivas análises, o que possibilita descrições e explicações fundamentadas nesses documentos, garantindo a não-interferência de versões para a reconstrução do contexto histórico, a segunda metade do século XIX no Brasil, e, também, as suas relações imersas com o contexto atual de estudo.

Pela HL, a interpretação de um documento dá-se de maneira imediatamente perceptível à sua leitura, isto é, há a identificação de características discursivas presentes na sua estrutura interna, independentemente dos aspectos sócio-históricos a serem analisados. Este olhar histórico deve ocorrer na relação texto e sociedade, ou seja, o *texto* e o *contexto*, evidenciando, assim, que as línguas humanas não constituem realidades estáticas, visto que sua configuração estrutural altera-se continuamente no tempo.

O documento é suporte lingüístico que proporciona a identificação de pistas que podem revelar melhor a sociedade, o homem e a língua em uso, isto é, como se organizava a

sociedade brasileira, as funções do homem, da mulher, dos escravos etc. e, também, a língua portuguesa registrada nos mais variados locais de interação humana. Assim, pode-se entender que as crônicas selecionadas abrem a possibilidade de verificar os elementos da realidade passada: a sociedade fluminense, o homem e a língua portuguesa do século XIX, a fim de compreender o contexto social e as demandas atuais.

Para a HL, qualquer texto pode ser considerado um documento, pois contém informações relevantes que podem vir à tona a partir da observação minuciosa de suas particularidades internas. O documento torna-se, por conseguinte, a materialização de uma realidade concreta onde vive um determinado homem, caracterizado por seu tempo, delimitado pelo seu espaço geográfico e mediado socialmente pelas relações dispostas pela língua utilizada.

O historiógrafo da língua, os historiadores e os estudiosos de textos literários devem manter um diálogo entre si, visto que, no documento, de maneira consciente ou inconsciente, o autor revela teorias e idéias constituídas, a partir de suas experiências individuais, porém compartilhadas com o clima intelectual de sua época. Em paralelo, o material deste estudo, a crônica, por sua composição aparentemente solta, rarefeita, sem necessidade da costumeira admissão dos fatos, ajustada à sensibilidade de todo o dia, abre-se como suporte documental porque materializa uma língua que fala de perto ao modo de ser mais natural, do cotidiano de uma sociedade, permitindo a recuperação de certa profundidade de significado.

### **1.3. Crônica: gênero documental**

#### **1.3.1. Concepção de gênero**

A utilização da língua promove-se a partir de enunciados orais ou escritos, concretos e únicos, que são produzidos por interlocutores de uma determinada situação de comunicação humana. Cada enunciado reflete as condições específicas e as finalidades da produção dos homens por seu conteúdo temático, estilo verbal e por sua construção composicional; ainda, em cada situação de troca verbal, esses indivíduos compartilham esses enunciados, denominados de gêneros.

De acordo com Mikhail Bakhtin (2001: 279), esses gêneros são *tipos relativamente estáveis de enunciados*, reunidos em cada esfera da comunicação humana. Eles podem ser ampliados e modificados à medida que as relações humanas desenvolvem-se, tornando-se mais complexas. Os gêneros distinguem-se em primários e secundários: estes aparecem em

circunstâncias de uma comunicação cultural mais complexa, estruturam-se sob o suporte da escrita e surgem dos primários, absorvendo e transformando-os na comunicação humana.

O enunciado possui um autor e um destinatário, que pode ser conhecido ou, até mesmo, indeterminado, não concretizado pelo próprio autor<sup>4</sup>; ainda, o enunciado é individual e, portanto, reflete a individualidade do seu autor. Nesse sentido, entende-se que um cronista, por exemplo, produz um enunciado que é revelador de seu estilo, não pertencente somente a ele, mas também ao gênero em uma comunicação humana. Pode-se compreender que a expressividade de um enunciado revela-se como um dos elementos componentes de um gênero.

As mudanças históricas dos estilos da língua são indissociáveis das mudanças efetuadas nos gêneros, visto que a língua corresponde a um conjunto dinâmico e complexo, que se constitui nos seus estilos. De acordo com Mikhail Bakhtin (2000: 285), os gêneros

*são as correias de transmissão que levam a história da sociedade à história da língua. Nenhum fenômeno (fonético, lexical, gramatical) pode entrar no sistema da língua sem ter sido longamente testado e ter passado pelo acabamento do estilo-gênero.*

O gênero é construído na sua relação com o interlocutor que recebe e compreende a significação lingüística de um enunciado, adotando uma atitude responsiva em relação a ele, isto é, ele concorda ou discorda de seu conteúdo semântico. A partir dessa relação, pode-se esperar que esse interlocutor formule algum outro enunciado que responda ao gênero, tornando-se locutor naquela situação de comunicação humana.

O enunciado está voltado para o objeto-tema e para o discurso do outro acerca desse objeto-tema, elaborando-se a partir de uma resposta do interlocutor, entendido como um participante ativo da comunicação verbal. As fronteiras de um enunciado são determinadas pela alternância desses sujeitos locutores, pois, ao término de uma produção enunciativa, abre-se a possibilidade do outro iniciar a sua produção<sup>5</sup>. A transferência dos enunciados é percebida pelos locutores durante a troca verbal, já que ambos reconhecem os sinais indicadores do fim de cada turno e, também, porque produziram a quantidade máxima de informações para aquela situação de comunicação, ou seja, os enunciados estão finalizados.

---

<sup>4</sup> Autor e destinatário serão denominados de locutor e interlocutor, respectivamente.

<sup>5</sup> Os enunciados não são indiferentes uns aos outros e nem são auto-suficientes, porque são conhecidas dos interlocutores, já que se refletem mutuamente.

As obras escritas, como as crônicas selecionadas para esta Dissertação, por exemplo, realizam essa alternância dos locutores a partir do momento em que o escritor manifesta a sua individualidade, a sua visão de mundo, em cada um dos elementos estilísticos do texto literário. A réplica encontra-se no leitor que apresenta uma compreensão responsiva ao que foi lido, pois se espera que ele proporcione influências de comportamento, comentários e críticas a personagens sociais, produza apreciações ou depreciações, entre outros.

Os gêneros são naturais ao ser humano, pois são dados a partir do domínio hábil da língua materna, porque o homem assimila as formas lingüísticas junto ao entendimento dos enunciados compartilhados; inicialmente, o indivíduo apreende os gêneros primários e, posteriormente, com o seu avanço lingüístico-gramatical, os secundários. O gênero organiza a produção enunciativa humana, pois, na sua ausência, a comunicação verbal seria impossível, visto que seria necessária a sua criação diária.

Para a composição desta pesquisa, a relevância do estudo sobre os gêneros compreende a idéia de que ignorar a natureza dos enunciados e de suas particularidades desvirtua a historicidade de um estudo histórico-lingüístico acerca da língua portuguesa em uso no século XIX. Nessa perspectiva, a amostra de crônicas é entendida como gêneros documentais, isto é, elos da cadeia complexa de enunciados que permitem verificar as relações humanas em uma determinada comunicação em um contexto específico.

### **1.3.2. Noção de gênero documental**

O gênero documental é entendido como aquele que surge nos processos sociais em que as pessoas tentam entender umas às outras, a fim de coordenarem suas respectivas atividades cotidianas que compartilham os significados e propósitos práticos. Ainda, pode-se afirmar que ele é o resultado de acontecimentos baseados e guiados pelos significados em que o homem age, interpreta e define algum acontecimento, a fim de determinar ações sociais.

Nesse sentido, compreende-se o gênero documental como uma ação social que apresenta situações que se realizam em um determinado contexto, possuindo a sua representação discursiva; assim, entendem-se as situações como o estoque da atividade do homem, na medida em que revelam as experiências sociais. Essa atividade humana é compartilhada por meio da comunicação a partir do uso da língua que se registra em textos escritos, o gênero documental, que refletem o (s) discurso (s) encontrado (s) na sociedade.

Pode-se perceber que as situações são compostas por fatos sociais, ou seja, acontecimentos que as pessoas crêem que sejam verdadeiros e, assim, afetam o seu modo de definir uma específica situação. Esses fatos sociais consistem em ações significativas que são realizadas por meio da linguagem, os chamados atos de fala, estabelecendo entre si relações de dependência por considerarem as formulações verbais adequadas e apropriadamente feitas.

A materialização escrita dá-se por meio de formas textuais padronizadas, típicas e inteligíveis, isto é, os gêneros documentais, que funcionam como padrões comunicativos com os quais as outras pessoas estão familiarizadas, facilitando o seu reconhecimento mais facilmente do que se diz e o que se pretende realizar. Assim, podem-se antecipar melhor quais são as reações das pessoas ao seguir essas formas padronizadas e reconhecíveis.

Os gêneros documentais impulsionam o indivíduo a tipificar as situações nas quais ele se encontra, reafirmando forma e significado às circunstâncias e, ainda, direcionando os tipos de ações que acontecem em cada sociedade. O tratamento de um tema proposto em um gênero documental pode variar conforme as esferas da comunicação verbal, sendo ele inesgotável, pois é encarado a partir da relação entre os fatos sociais e os atos de fala de seu escritor.

Nesta Dissertação, para verificar as situações da abolição e emancipação do homem negro e, ainda, a fragmentação do regime monárquico no final do século XIX, o gênero documental escolhido é a crônica. Essas situações estão materializadas no gênero documental crônica, escrita por Machado de Assis, que se utilizou de uma língua reconhecida e de um estilo irônico, casual, ora preciso e ora vago, para apresentar-se como voz de uma consciência crítica da realidade fluminense.

### **1.3.3. O gênero jornalístico crônica**

A palavra *crônica*, etimologicamente resgatada do grego *chronos*, é formada pelo mesmo radical que se relaciona com a idéia de tempo, permitindo-se concebê-la em dois sentidos: texto que faz o registro do passado ou o que faz o enfoque dos fatos sociais do cotidiano; a segunda acepção é a trabalhada nesta Dissertação, pois tal uso foi mais frequente e mais discutido pelos escritores brasileiros. Os primeiros textos que se assemelham à crônica são percebidos no jornal a partir do dia dois de dezembro de 1852, na inauguração de *O Jornal do Comércio*, de Francisco Otaviano, que destinou um espaço livre no canto de uma das páginas do jornal, a fim de entreter o leitor junto às notícias que ocupavam os periódicos.

Neste estudo, recorta-se o ano de 1888, pois a sociedade fluminense deparou-se com as crônicas de Machado de Assis em um de seus principais jornais, a *Gazeta de Notícias*<sup>6</sup>, na coleção *Bons Dias!*, que retratavam parte da história política, econômica e cultural do Brasil a partir dos olhares voltados ao fim da escravidão e do Império. As crônicas 19 e 27 de abril e 11 e 19 de maio estavam dispostas em uma das quatro páginas impressas, junto a matérias jornalísticas, informações comerciais, reportagens políticas, notícias culturais, artigos extensos de intelectuais da época e romances capitulados.

A crônica tem causa mortis, “nascendo e morrendo” num curto intervalo de tempo, isto é, como está veiculada ao suporte do jornal, seus leitores a lêem durante aquele dia, o que faz com ela perca o seu caráter inédito a partir de um novo acontecimento do dia seguinte; o próprio cronista também se revela apressado, já que precisa captar parte desses fatos sociais, sendo sua testemunha ocular, a fim de que não haja o seu esgotamento enquanto inspiração cotidiana. Segundo Antonio Candido (1992), a maioria das crônicas manteve uma vida parasitária em relação à grande parte dos jornais circulados, pois eram consideradas secundárias, não apenas no sentido de dependência de um suporte material, mas também na constituição de uma crítica do mesmo. Contudo, com o passar dos anos, a aceitação do público aumentou em relação a esse novo espaço nos periódicos a ponto de a crônica folhetinesca ser um dos tópicos principais que se destacavam nesses jornais.

Esse espaço de criação artística, que posteriormente originou a crônica moderna, chamava-se folhetim de variedades, porque trazia variados fatos sociais, registrando e comentando a vida cotidiana da cidade fluminense, do país e até do mundo. Esses registros dos acontecimentos formaram-se e adquiriram um público fiel à sua leitura, já que as pessoas se sentiam seduzidas pelo talento e estilo dos escritores que se marcou por certa gratuidade, um “escrever à toa” que não dava muita importância e pelo tom ligeiro.

A crônica mostra a sua efêmera caracterização ao ser o resultado de uma composição de um texto artístico que trata de questões cotidianas, sendo elas políticas, econômicas, sociais e artísticas. Esse texto é o momento de livre criação em que o cronista solta as amarras e apresenta a sua visão de mundo, descomprometida e original, estabelecendo uma divertida conversa com seu leitor, já que lança intromissões inoportunas e desagradáveis às pessoas de sua sociedade. Sobre esse fato, Vinicius de Moraes acrescentou que o cronista

---

<sup>6</sup> O periódico *Gazeta de Notícias* foi o primeiro de uma nova classe vendido nas ruas, de maneira individual, não dependendo de assinaturas familiares, conquistando o posto de um dos três jornais mais importantes da cidade do Rio de Janeiro.

*senta-se ele diante de sua máquina, acende um cigarro, olha através da janela e busca fundo em sua imaginação um fato qualquer, de preferência colhido no noticiário matutino, ou da véspera, em que, com as suas artimanhas peculiares, possa injetar um sangue novo. (MORAES, VINICIUS DE. Para viver um grande amor. Rio de Janeiro, Ed. do Autor, 1962, p. 9-11).<sup>7</sup>*

Por comportar um número restrito de laudas, a tarefa do cronista é árdua a partir do momento em que a sua criatividade esbarra no espaço econômico dos jornais. O autor de folhetins de variedades, o folhetinista, tinha a tarefa de conquistar o público, conservando-o cativo à sua coluna e, também, esperançoso pela continuidade dos textos *a porvir*. Machado de Assis foi um dos mais exponenciais folhetinistas de seu tempo e percebeu que teria de criar um novo formato na organização da crônica para acompanhar os fatos histórico-sociais e abordá-los de maneira peculiar. Assim, é possível entender que o escritor contribuiu para o nascimento de um gênero de registro circunstancial feito por um *narrador-repórter*, relator de um fato a inúmeros leitores que, em conjunto, formaram seu público.

O autor da crônica pode revestir-se de narrador, o que possibilita uma maior verossimilhança ao que foi narrado, estabelecendo, ainda, o leitor<sup>8</sup> como participante ativo para a trama narrativa. Esse diálogo assumido ganha uma dimensão enorme no texto, pois se criam enunciados padronizados que permitem observar o lado espontâneo e sensível do autor como elemento provocador, com capacidade imagética de transformar os fatos sociais cotidianos em um conjunto de significações discursivas. As crônicas examinadas nesta pesquisa revelam uma suposta superficialidade, já que encenam um jogo de sedução que atrai seus leitores para alguma informação desejada, com o propósito de sacudir e levá-los a uma consciência crítica, não se revelando apenas como meras apresentadoras da realidade.

Ao se comportar como narrador, o autor se transforma diariamente, pois, enquanto homem, ele recebe novas influências a ponto de modificar seu pensamento e, por conseguinte, de propiciar uma maneira mais verossímil de registrar os fatos sociais observados. Essa aparência simples não faz da crônica um texto desconhecido artisticamente, mas enriquece-o num casamento entre o pensamento transformador do homem e do seu olhar sobre a vida mundana. De acordo com Flora Bender & Ilka Laurito (1993: 44), *a crônica é um gênero do*

---

<sup>7</sup> Retirado de BENDER, Flora Christina & LAURITO, Ilka Brunhilde. *Crônica: história, teoria e prática*. São Paulo: Scipione, 1993.

<sup>8</sup> O leitor da crônica é, também, o leitor de periódicos, revistas, jornais e de antologias.



*disfarce e ajuda agüentar com certa fantasia a vida e a realidade (...) não é ficção pura, uma vez que a realidade está palpável nela.*

A crônica brasileira é reconhecida por marcar um estilo irônico, casual, ora preciso e ora vago, amparada por um diálogo rápido e certo, ou por uma espécie de “monólogo comunicativo”<sup>9</sup>. Os autores estão presentes de corpo e alma e, ao mesmo tempo, no seu vinco pessoal, escrevem como se a crônica fosse o seu veículo predileto. Segundo Jorge de Sá (2005: 11), a linguagem da crônica *lembra alguma coisa desestruturada, solta, mais próxima da conversa entre dois amigos do que propriamente do texto escrito*. E, para que essa conversa comprove-se nos seus textos, o escritor dirige-se especialmente a seu destinatário, utilizando-se do vocativo *leitor*, pois assume um verdadeiro tom intimista de uma conversa entre amigos, o que possibilitou criar um recurso estilístico freqüente em suas produções.

Machado de Assis registrou inúmeras apreensões do cotidiano carioca, cenário pitoresco, humano e urbano do Brasil no final do século XIX, tornando-se o ficcionista da trama das relações humanas, porque acrescentava seus comentários que *brincavam* com o regime governamental de Pedro II. O predomínio do espaço é a cidade, momento em que o escritor registrou suas observações críticas e maduras que percorrem os mais variados setores da sociedade.

Dentre as cidades, a mais registrada foi o Rio de Janeiro, visto que era a capital do Império do Brasil e um dos principais pólos do país durante o século XIX. Não só a cidade é cenário, mas também um bairro, uma rua, um terraço, uma casa, dentre outros locais urbanos, que são descritos detalhadamente pelo escritor que se importa com os elementos pequenos, destacando-os em seus textos; nas crônicas selecionadas, por exemplo, percebe-se como cenário a Rua do Ouvidor em 27 de abril, bem como a casa do narrador-personagem em 19 de maio.

Uma das principais atitudes dos cronistas no século XIX era o de debruçar-se sobre a própria composição da crônica, realizando um exercício metalingüístico, pois discutia suas propostas, suas finalidades, sua linguagem, seus assuntos ou falta de assunto, as especificidades desse gênero e suas relações com o público leitor. Nesse sentido, Machado de Assis também se mostrou esgotado em comentar e criticar os acontecimentos sociais do Rio de Janeiro, discutindo o exercício de escrever:

*não é nada, é o cálculo e o dever que vêm pedir da abstração e da liberdade – um folhetim! Ora, quando há matéria e o espírito está*

---

<sup>9</sup> Entende-se um diálogo entre o narrador com o próprio narrador.

*disposto, a coisa passa-se bem. Mas quando, à falta de assunto se faz uma aquela morbidez moral, que se pode definir por um amor ao far niente<sup>10</sup>, então é um suplicio... (ASSIS, MACHADO DE. “Miscelânea/Aquarelas”. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro, José Aguilar, 1962, v. 3, p. 958-959)<sup>11</sup>.*

O pesquisador John Gledson também (2006: 137) afirma que *é um erro pensar nas crônicas como um simples ganha-pão, embora, claro, seja provável que em alguns momentos o dever semanal fosse apenas isso, e o nível de criatividade verdadeira é baixo*. Assim como outros autores, percebe-se que Machado de Assis também tinha problemas em manter a regularidade das produções das crônicas, pois aliava essa tarefa com a de produzir seus romances e de seu trabalho no Ministério da Agricultura.

#### **1.3.4. A crônica fluminense como documento histórico-lingüístico**

Começa-se a construir uma idéia acerca da crônica como documento histórico-lingüístico, pois ela observa e é produzida a partir dos acontecimentos do dia-a-dia, ou seja, é feita por um autor que dá muita importância ao que ocorre à sua frente. A crônica, então, é um gênero documental que constrói lingüisticamente uma realidade histórica, utilizando-se de uma intencionalidade do autor. Nesse sentido, o documento histórico-lingüístico crônica é o resultado das ações do cotidiano fluminense que materializou padrões sociais formados por expectativas comuns entre os cidadãos.

A crônica não é estática, pois o conhecimento humano é mutável e se transforma de acordo com as suas diferentes percepções sobre o mundo. Esse documento histórico-lingüístico é baseado em convenções discursivas, em que a sociedade fluminense estabeleceu o modo das situações conjuntas. As principais características que envolvem as complexidades e diversidades da sociedade dão a sua compreensão, que se refere a uma categoria convencional do discurso baseado numa grande escala de situações cotidianas, observadas por um cronista. O significado dessas situações recorrentes é adquirido por meio da intencionalidade desse cronista, que se vale do contexto social para acentuá-las e, assim, construir uma significação discursiva desejada.

---

<sup>10</sup> *Far niente*: expressão italiana que significa ociosidade, preguiça, vontade de “não fazer nada”.

<sup>11</sup> Retirado de BENDER, Flora Christina & LAURITO, Ilka Brunhilde. *Crônica: história, teoria e prática*. São Paulo: Scipione, 1993.

Nesse sentido, um documento histórico-lingüístico apresenta uma hierarquia de regras com interações simbólicas, distinguindo-o em substância e forma. A crônica revela a sua substância por meio das situações recorrentes simbolizadas pela língua em uso, ou melhor, por um discurso, participando de uma mesma comunidade e, portanto, admitindo uma mesma vida cultural entre os seus participantes. Em relação à forma, a crônica utiliza-se dos termos da língua portuguesa em todos os seus níveis, desde simples palavras até construções complexas formadas pelas orações.

O documento histórico-lingüístico possui um significado retórico que deseja mediar os anseios particulares e exigências sociais dentro de inúmeras situações, pois ele motiva-se por conectar o privado com o público. Essa situação repete-se ao pensar na crônica, pois ela preserva a sua natureza individual, já que é fruto do olhar de um indivíduo à sociedade, mas assume um caráter geral a partir do momento em que deseja promover o seu pensamento cristalizado para a própria sociedade observada anteriormente; essa mesma sociedade, também, anseia em conhecer o registro feito pelo cronista.

Assim, percebe-se a quantidade de discursos que fazem referência às impressões do cronista registradas em uma crônica. Entretanto, o homem transforma-se a cada dia, pois o seu conhecimento é mutável e, portanto, essas mesmas impressões podem ser registradas de outra maneira depois de algum tempo por esse mesmo cronista.

O documento histórico-lingüístico crônica pode servir como uma ferramenta que explora a compreensão de Machado de Assis, permitindo que ele deixe o seu pensamento e a sua visão de mundo livres para que a sua produção seja a mais fluente possível. Nessa perspectiva, ele revela-se como chave para a compreensão das inter-relações sociais ao tratar das questões cotidianas que lhe fazem sentido, não importando as suas origens: políticas, econômicas, religiosas, culturais, dentre outras.

### **1.3.5. Expressividade**

O gênero crônica caracteriza os enunciados por meio da escolha dos recursos lingüísticos para a sua produção, determinada pela construção de um estilo<sup>12</sup>, visto que o seu conteúdo não pode ser compreendido de maneira neutra. A expressividade valoriza a relação emotiva quanto ao objeto enunciado, pois uma palavra é empregada em um enunciado

---

<sup>12</sup> O estilo individual do enunciado define-se por seus aspectos expressivos.

completo, compondo diferentes sentidos nos interlocutores. A palavra comporta uma significação correspondente a circunstâncias e a temas da comunicação verbal cotidiana.

A expressividade da palavra assume as suas significações em um determinado texto, construindo diferentes sentidos a partir de sua utilização e compreensão pelos participantes em uma comunicação verbal inserida em um determinado contexto. De acordo com Mikhail Bakhtin (2000: 313), coloca-se a palavra em três aspectos:

*como palavra neutra da língua e que não pertence a ninguém; como palavra do outro pertencente aos outros e que preenche o eco dos enunciados alheios; e, finalmente, como palavra minha, pois, na medida em que uso essa palavra numa determinada situação, com uma intenção discursiva, ela já se impregnou de minha expressividade (grifos meu).*

A partir do aspecto destacado, a expressividade não pertence a ela, pois é resultado do contato entre a palavra e a realidade, isto é, as circunstâncias que a promovem em uma situação de comunicação são construídas pela cadeia de enunciados. Nesse sentido, a expressividade trabalha inúmeros valores sociais de um determinado indivíduo, incorporados aos enunciados de algum outro; as expressividades individuais de um enunciado estão repletas das expressividades do outro.

Assim, ao trabalhar um mesmo tema, delimitado em um gênero específico, pode-se afirmar que a expressividade de um enunciado é também determinada pelos enunciados do outro, visto que o discurso de um indivíduo possui uma dupla caracterização: a sua própria e do outro. Essa idéia é sustentada pelo fato de que não há ineditismo no enunciado proferido, visto que, conforme trabalhado anteriormente, ele é um elo na cadeia da comunicação verbal, com as suas fronteiras limitadas.

### **1.3.6. Narrativa**

A narrativa esteve presente em todos os tempos, em todos os lugares e em todas as sociedades, já que o seu surgimento é concomitante à própria história do homem, que sempre foi um apreciador, independentemente da cultura a qual estava incorporada. Para esta Dissertação, percebe-se a necessidade de conceber uma estrutura de análise da narrativa, visto

que a crônica faz parte desse grupo de histórias que se utilizam da ficção e da criatividade humana.

A partir dessa questão, incorporam-se tópicos de uma análise estrutural da narrativa, propostos por Roland Barthes (1972), que se desvincula de postulados literários, a fim de trabalhar mais intimamente com dados lingüísticos. Uma dessas primeiras idéias trabalhadas encontra-se no entendimento da frase como menor unidade significativa que se relaciona com a literatura, que faz uso da frase para exprimir a sua arte, proporcionando, assim, a visão de que a narrativa é uma grande frase, aumentada e modificada a sua medida.

Surge, então, a idéia de que a narrativa está fundamentada em três processos dominantes e que, de acordo com Carlos Reis & Ana Cristina Lopes (1988: 67), são fundamentais para conceituar o processo narrativo. O primeiro pede uma atitude de distanciamento assumido do narrador em relação ao narrado; o segundo revela uma tendência para uma exteriorização, que se responsabiliza pela caracterização e descrição de um universo autônomo, constituído pelas personagens, espaços, acontecimentos, entre outros. E o terceiro instaura uma dinâmica temporal que se impõe devido à temporalidade inerente à história relatada.

Por essa razão, propõe-se distinguir três níveis que estão interligados de acordo com um modo de integração progressiva da narrativa: funções, ações e narração. Neste estudo, importa a primeira, que permite entender a narrativa em unidades estruturais mínimas, sendo elas unidades de conteúdo, pois apontam o que desejam informar. Para determinar essas unidades mínimas narrativas, é necessário que não se perca de vista o caráter funcional dos segmentos que se examinam, admitindo que não existem possibilidades de coincidência nas diferentes partes do discurso narrativo (ações, cenas, parágrafos, diálogos, monólogos interiores etc.) e nas classes psicológicas (condutas, sentimentos, intencionalidade, motivações, racionalizações das personagens).

De acordo com Roland Barthes (op. cit.: 32), as funções *constituem verdadeiras articulações da narrativa (ou de um fragmento da narrativa); outras não fazem mais do que preencher o espaço narrativo que separa as funções-articulações*. Para as relações sintáticas das frases, a análise tende a *descronologizar* o contínuo narrativo e a *relogicizá-lo*, a fim de dar uma descrição estrutural da questão cronológica, podendo dizer que a temporalidade não é mais do que uma classe narrativa que entende que o tempo não existe a não ser sob a forma de sistema.

Nesse sentido, entende-se que a idéia de tempo é conceituada como algo múltiplo, admitindo-o como um elemento plural, mas que se baseia em direcionamentos comuns acerca

dos acontecimentos da narrativa: a ordem, a duração e a direção. Nesta pesquisa, dá-se importância ao apontar a idéia de *tempo lingüístico*, isto é, o tempo do discurso, que revela a condição intersubjetiva da comunicação humana, pois suas divisões atualizam-se no texto escrito junto às direções espaciais.

Na narrativa, o tempo é efetuado por meio das personagens, ou dos enunciados proferidos a respeito delas, que o marcam a partir da utilização de dêiticos<sup>13</sup> que funcionam como troca lingüística entre esses interlocutores. Ainda, o *tempo lingüístico* depende do seu narrador, sendo onisciente ou impessoal, próximo ou participativo em relação ao narrado e da sua relação com as personagens; entende-se, também, que narrador e personagens são essencialmente seres de papel: o autor de uma narrativa não se pode confundir em nada com o narrador desta pesquisa.

No plano imaginário da narrativa, o tempo é apresentado por meio dos acontecimentos e de suas relações com as personagens, mediado por expressões e frases temporais; segundo Benedito Nunes (2003: 25), *no mundo imaginário qualquer modalidade temporal existe em função da sua apresentação na linguagem, o tempo da obra – e a mesma condição terá o espaço – é um dos correlatos do discurso*. Nessa perspectiva, o discurso é entendido como linguagem concreta, formado por unidades consecutivas que ordenam sucessivamente as representações dos acontecimentos. A narrativa, portanto, é entendida como uma língua sintética, fundada sobre uma sintaxe de encaixamento de palavras e expressões lingüísticas que se desenvolvem na direção de seu tema.

A partir dessa orientação, três direções principais são apontadas, sendo a primeira que trata de reconstruir a sintaxe dos comportamentos humanos empregados na narrativa, de traçar as escolhas às quais cada personagem fica submetido em suas ações. O segundo caminho é lingüístico e tem a sua preocupação essencial de descobrir oposições paradigmáticas nas funções, estendidas ao longo da trama da narrativa. O terceiro caminho propõe estabelecer as regras pelas quais a narrativa combina, varia e transforma certo número de predicados.

Esses três direcionamentos não devem ser encarados como rivais, mas como concorrentes que coexistem e atuam em conjunto, sendo necessária essa visão para descrever detalhadamente e dar conta de todas as unidades da narrativa. Para cobrir essas questões funcionais, impõe-se uma organização de substituição, cujas unidades agrupam-se em seqüências. Uma seqüência é uma série lógica de núcleos, unidos entre si por uma relação de solidariedade, aberta assim que um de seus termos tenha antecedente solidário e se fecha logo

---

<sup>13</sup> Os dêiticos podem ser *hoje, amanhã, depois*, dentre outros.

que um de seus termos não tenha outro conseqüente. Trata-se cada um desses pontos de união como sentidos que se imbricam uns aos outros, intercalando-se em outras seqüências que surgem.

Assim, para esta Dissertação, as crônicas selecionadas reúnem-se como textos narrativos, pois apresentam um narrador-personagem, que participa ativamente de uma trama que resgata um cenário maior, a cidade do Rio de Janeiro. Por essa razão, são narrados fatos e opiniões que circularam junto a personagens principais como, por exemplo, o escravo Pancrácio na crônica 19 de maio ou personagens secundárias como as pessoas que votaram nas eleições distritais na crônica 19 de abril.

A dinâmica espaço-temporal de cada crônica segue as características da narrativa, visto que, em um plano, o Rio de Janeiro é pano de fundo para os acontecimentos, mas, também, a Rua do Ouvidor e a casa do narrador são cenários de ações proferidas pelas personagens. Nessa perspectiva, o tempo de cada crônica relaciona-se com o discurso que envolve a trama, proferido pelos enunciadores da narrativa, isto é, o narrador-personagem e as personagens participantes.

## CAPÍTULO II: CONTEXTUALIZANDO A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX



Foto retirada do Passeio Público, Rio de Janeiro.

### 2.0. Introdução

Este segundo capítulo tem por objetivo reunir as informações que resgatam a segunda metade do século XIX no Brasil, apontando para dois momentos significativos da história do país: os acontecimentos que desencadearam no término da escravidão e, também, na mudança política do sistema imperial para o republicano. Nessa perspectiva, trabalha-se detalhadamente o princípio da contextualização histórico-intelectual da HL, relacionando-se com o tema desta Dissertação.

Em um primeiro e breve momento, apontam-se alguns fatores anteriores à segunda metade do século XIX que se apresentam relevantes para que haja o entendimento integral do período histórico destacado. O segundo momento retrata a vida política e vida social do Rio de Janeiro que foi o principal centro urbano brasileiro, visto que os grandes pensadores, que contribuíram para as mudanças políticas, econômicas, culturais, artísticas e sociais,



encontravam-se nessa cidade; é relevante lembrar que todos esses acontecimentos defendiam a liberdade aos cidadãos brasileiros e, também, criticavam o sistema do Império do Brasil.

Depois, faz-se a apresentação das concepções lingüísticas que circularam no século XIX, retratando, basicamente, as discussões acerca da língua portuguesa por meio da oposição de intelectuais puristas *versus* nacionalistas. Esse tópico ressalta-se nesta pesquisa, já que se anseia compreender e interpretar os fenômenos histórico-lingüísticos e literários que evidenciam as continuidades e as mudanças lingüísticas, bem como verificar questões de ortografia e acentuação como marcas recorrentes da língua portuguesa no final do século XIX.

## **2.1. Vida política e vida social no Brasil até a segunda metade do século XIX**

A mentalidade portuguesa manteve a escravidão como fundamento centralizador desde os primeiros anos da exploração colonial, distinta hierarquicamente e caracterizada pela proibição da propriedade e pela constituição da força de trabalho; os escravos confundiram-se pela cor negra e o preconceito instalou-se no país. Desde o período da colonização, a única classe social forte e estruturada, com seu papel definido, fora a escrava, sendo peça fundamental para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Após a instalação da corte portuguesa, criaram-se as primeiras escolas abertas para a população, tentou-se uniformizar a linguagem e abrandar os inúmeros falares regionais a partir da nomeação de professores escolhidos entre os elementos nativos do Brasil para esses novos pólos de ensino, propiciando, portanto, uma primeira manifestação de *brasilidade* no tratamento da língua portuguesa.

O início da produção tipográfica brasileira está vinculado à necessidade de D. João VI administrar seus poderes na América Portuguesa, visto que precisara do instrumento de impressão para seus atos e proclamações nacionais. O aparelho de tipografia encomendado à parceira Inglaterra, trazido nas naus portuguesas, fundou a primeira tipografia do Brasil: a Impressão Régia que proporcionou as primeiras letras impressas relacionadas, de maneira direta, ao monopólio exercido pelo Rei; por essa razão, pode-se afirmar que os primeiros documentos impressos estavam sujeitos à censura e apreensão por parte do governo imperial. Os documentos oficiais, as leituras que o governo desejava para a população, que tratavam da moral e do bom comportamento social e as primeiras tiragens dos folhetins cariocas eram os

únicos documentos fornecidos à população do Rio de Janeiro nas primeiras duas décadas do século XIX.

Desde os primeiros anos do século XIX, a elite colonial portuguesa desejava manter a idéia de que a língua portuguesa deveria continuar a sua tradição lusitana, não podendo corrompê-la ou deturpá-la com alterações manifestadas no território brasileiro. Os puristas e os gramáticos conservaram as inflexíveis normas gramaticais, unificando uma língua culta que era distante de grande parte da população brasileira. Muito pouco se alterou na língua portuguesa, pois havia, também, uma submissão lingüística estabelecida pelo clima de vergonha em relação ao uso brasileiro, considerando-se erros as particularidades e divergências à língua culta dos portugueses.

A partir de 1824, em decorrência da Constituição, aboliu-se a censura, terminando o monopólio governamental sobre a impressão de livros e documentos, gerando novas tipografias, crescendo, assim, as oportunidades de leitura porque os negócios de imprensa e de livros estavam livres para a publicação. Mas, houve sérios problemas econômicos, enfrentados pelos altos investimentos na impressão e pelo pouco retorno financeiro, já que o consumo de leitura era escasso, pois desde a exploração colonial, o governo português pouco havia incentivado a prática de leitura no país, criando uma lacuna intelectual que não se curaria com a oferta, em larga escala, de obras literárias, didáticas e folhetinescas.

## **2.2. Vida política e vida social no fim do Império do Brasil**

### **2.2.1. As relações político-econômicas no fim do Império do Brasil**

Com o Império, a manutenção da condição colonial consagrou-se, visto que houve o enriquecimento de uma pequena elite, que se confundia entre nobreza e burguesia, fundamentada na base rural e escravocrata. A segunda metade do século XIX proporcionou o momento em que a sociedade brasileira definiu-se contrária ao sistema escravocrata e favorável ao desenvolvimento das cidades urbanas, como Rio de Janeiro e São Paulo. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (2005), o ano de 1888 caracterizou-se como o marco divisório da nação brasileira, porque a estrutura sócio-econômica modificou-se para uma nova realidade: uma esperada igualdade entre os cidadãos; um ano depois, o II Reinado de D. Pedro II despediu-se da nação com a Proclamação da República.

Em uma perspectiva monárquica, o II Reinado estabeleceu-se após a maioridade antecipada de Pedro II, aos 14 anos de idade, pois foi necessário reforçar a unidade territorial

do país que se encontrava em meio a revoltas populares. A Monarquia restaurada e o país em ordem fortaleceram a figura do jovem Imperador que se aliou aos setores econômicos do país, preocupando-se em manter a escravidão, mesmo possuindo a Inglaterra como mantenedora de empréstimos financeiros e principal parceira internacional. Nesse sentido, o modelo político inglês serviu à oligarquia brasileira, cujo imperador era um patriarca para os grupos desiguais, seus modos de vida e respectivas formas de cultura de toda a população brasileira, dando ao parlamentarismo praticado no país um caráter nativo, próprio e sutil ao seu êxito.

As relações políticas foram sendo travadas por fazendeiros escravocratas e seus filhos, educados em profissões liberais nas universidades européias, que monopolizaram a corte brasileira, elegendo seus candidatos e dominando o Parlamento e os ministérios. Assim, fundou-se uma estabilidade político-econômica a partir da produção em larga escala do café no Império do Brasil e, ainda, pela estrutura das fazendas latifundiárias e pelo emprego de força de trabalho escrava. A relação entre a política e a escravidão no governo de D. Pedro II foi tão marcante que o café tornou-se fator de grande importância econômica do II Reinado. Boris Fausto (2002: 104) afirma que o *Brasil é o café e o café é negro*, dado que esse pensamento era comum nos círculos do século XIX, pois a presença de negros escravos nos cafezais era intensa.

O tráfico de escravos aumentava intensamente, as lavouras cafeeiras necessitavam de muita mão-de-obra e os negros eram levados para a região do Vale do Paraíba em quase totalidade, visto o declínio do açúcar da região do nordeste brasileiro. Mas, ainda na década de 1840, a Inglaterra pôs-se definitivamente contra o tráfico de escravos, reservando-se o direito de inspecionar, em alto-mar, navios suspeitos dessa prática comercial, cobrando severas multas. Tal medida não preocupou os traficantes brasileiros que continuaram a traficar os negros, surgindo daí, a expressão *para inglês ver*.

Boris Fausto (2002), ainda, afirma que, nesse quadro de inércia em relação ao cumprimento de leis anteriores, a Inglaterra aprovou a lei *Bill Aberdeen*, que tratava os navios negreiros como piratas, com direito à apreensão e julgamento dos envolvidos pelos tribunais ingleses, alarmando os portos e bloqueando as relações comerciais do Brasil. Em 1850, o Ministério da Justiça enviou ao Parlamento uma lei que reconheceu o tráfico de escravos como ilegal: extinguiu-se, portanto, o tráfico de escravos para o Brasil.

As medidas foram cautelosas, já que a economia nacional dependia do tráfico e da escravidão. Em diversos círculos sociais, foi sendo tecido o fim do tráfico de forma que não trouxesse grandes prejuízos aos que dependiam daquela atividade comercial, sendo seus

traficantes avisados de que o negócio estava condenado à morte. Em 04 de setembro de 1850, foi aprovada a lei que estabelecia severas medidas repressivas ao tráfico, inclusive com a deportação dos que aqui tivessem chegado por aquele meio.

O ano de 1850 foi de extrema importância, pois se extinguiu o tráfico de escravos, aprovaram-se a Lei de Terras e o primeiro Código Comercial, centralizou-se a Guarda Nacional e, ainda, a economia cafeeira da Vale do Paraíba chegou ao auge. Com a liberação de capitais do fim da importação de escravos, surgiu uma imensa atividade de negócios para as condições da época como a criação de bancos, indústrias, empresas de navegação nas cidades brasileiras.

Nesse sentido, há uma relação evidente entre a proibição do tráfico de escravos e o desenvolvimento dos centros urbanos no Brasil, pois os capitais destinados à primeira atividade comercial foram revertidos para o crescimento das cidades que agregaram inúmeros ramos de negócios utilitários, jornais, bancos, postos de saúde e escolas para a população brasileira que aumentava com um número considerável de negros livres e mestiços.

Os jornais estavam repletos de anúncios de aluguel de escravos, porque o homem branco repugnava o trabalho manual, não podendo compartilhá-lo com um negro e escravo. Todos os serviços eram oferecidos nos jornais, desde trabalhos caseiros, artesanato e pequenas indústrias que surgiam no Brasil. Contudo, apesar de os negros estarem soltos nas ruas a fazerem seus serviços, as posturas municipais e as leis provinciais procuraram cercar quaisquer possibilidades de roubo, insurreições e vadiagens por parte dos escravos. De acordo com Emília Viotti da Costa (1997: 281),

*era proibido comprar a escravo café, açúcar, aguardente, sem que este apresentasse licença escrita do senhor. Também se vedava a compra de objetos de prata, ouro, brilhantes ou qualquer traste caseiro. Dava-se autorização a qualquer pessoa para prender o escravo apanhado em desrespeito à lei, desde que levasse consigo duas testemunhas. Ao denunciante e às testemunhas era atribuída uma recompensa em dinheiro, paga pelo dono do negro.*

Além desse cerco, outras atitudes proibitivas foram realizadas no escravo, caso da compra de pólvora ou de qualquer tipo de armamento que não tivesse uma ordem escrita do seu senhor legal. Nesse sentido, percebe-se que as medidas de segurança multiplicaram-se na

legislação brasileira, sendo reforçadas a cada passo das questões sociais e abolicionistas. Um exemplo de endurecimento das leis era o fato de que, se encontrado na rua depois do toque de recolher sem autorização escrita do senhor, o escravo era preso pelas patrulhas locais.

A extinção do tráfico de escravos fez com que a região do Vale do Paraíba perdesse poder econômico e, gradualmente, rompesse a sustentação do governo de D. Pedro II, que já não gozava de tanto prestígio social e político. De acordo com Boris Fausto (2002: 111),

*os fazendeiros do Vale sustentaram a Monarquia e dela se foram separando quando se aprovaram medidas tendentes a abolir gradualmente a escravatura. Esse processo de afastamento completou-se com a Abolição, em 1888, mas já aí os barões do Vale do Paraíba não tinham grande peso social e político.*

Nesses quase quarenta anos seguintes da *Bill Aberdeen*, houve muita resistência dos setores latifundiários que se sustentavam, também, pela manutenção da escravidão. Os antigos produtores de café desejavam manter seus privilégios, mas, em contrapartida, os emergentes cafeicultores gozavam de poder econômico suficiente para sustentar ou derrubar o imperador, caso suas vontades não fossem realizadas.

Uma situação muito comum encontrada no Brasil pós-Abolição era a situação de miséria de muitas famílias latifundiárias brasileiras, já que o governo não providenciou os meios para que as lavouras fossem colhidas por trabalhadores livres e, ainda, tampouco pagou os valores estabelecidos pelas indenizações. Como consequência desse desacordo dos setores com o aceleramento dos ideais abolicionistas, a Monarquia sofreu abalos que iniciaram um desequilíbrio da sua estabilidade político-econômica.

O cenário urbano, que se desenhava, permitiu a invenção de novas subjetividades e outras formas de comportamento social como, por exemplo, o prestígio que havia no surgimento dos salões aristocráticos. Esse cenário, de caráter privado, estava atrelado à mansão de alguém da camada alta da sociedade, potencializando o *status* público da família, da dama da corte, do político do Império e, depois, da República, porque suas discussões norteavam os temas política, economia e relações entre famílias.

Machado de Assis, homem de polidez respeitável e preservador institucional, registrou esse ambiente de importância crucial para um maior entendimento da cidade do Rio de

Janeiro. Os cenários de seus escritos, muitas vezes, reproduzem esses espaços reservados da cidade como os próprios salões, teatro, clube, livraria e o tráfego de pessoas na Rua do Ouvidor. Para o escritor, a ambientação do salão adquire importância, pois evidencia os mecanismos sociais, revelando, assim, as possíveis máscaras sociais.

O salão da mansão de uma família aristocrática era o cenário privilegiado para o exame da tramitação e das negociações do *status* social. De acordo com Beatriz Jaguaribe (1998: 37),

*como representação do privado, o êxito do salão dependia de um cuidadoso equilíbrio entre as convenções do comportamento e a capacidade de superar os demais, sem aparentar esforço ou artifício manipulativo na esgrima dessas mesmas convenções.*

Esse ambiente, ainda, regrou-se de uma cordialidade caracterizadora da classe alta da sociedade brasileira, sustentando-a em uma retórica social e hierárquica entre senhor/escravo, ou possuidor/possuído; entretanto, a figuração pública delineava a estrutura aristocrata por meio de um suposto vínculo afetivo-familiar que suprimia a real violência do regime escravocrata em vigor.

O movimento inicial de urbanização no Brasil revelou-se lento no primeiro quartel do século XIX, porque o país mantivera-se no papel de fornecedor de gêneros alimentícios e matérias-primas a países industrializados, já que as grandes fazendas continuaram a produzir açúcar, fumo, cacau e, posteriormente, café. A expansão do desenvolvimento dos centros urbanos deu-se a partir do deslocamento do eixo econômico do Império, agregador das atividades comerciais, posto que a cidade alargara seu campo de ação pelas novas oportunidades do trabalho livre.

O Brasil sofrera modificações em outros setores da sua sociedade, de maneira especial após a Guerra do Paraguai em 1870. Os centros urbanos desenvolveram-se, transformando-se em pólos de discussão e decisão política, empregando grande parte dos profissionais estudados nas universidades; o movimento abolicionista cresceu, pressionando os defensores da escravidão; e a região oeste de São Paulo tornou-se o suporte econômico do II Reinado, devido aos tributos arrecadados com os cafezais.

Nesse sentido, houve um aumento nas atividades comerciais nos centros urbanos, sendo possível afirmar que o II Reinado promoveu o desenvolvimento econômico e o florescimento das cidades urbanas, como Rio de Janeiro e São Paulo. A herança rural e

colonial começou a se perder, pois era enorme o deslocamento dos cidadãos do campo para a cidade em busca de emprego assalariado, além da intensa atividade urbana e das sensações primárias da ruína da estrutura escravocrata nas fazendas cafeeiras.

As cidades urbanas começaram a perder antigas lembranças do campo e cederam seu espaço público para a iluminação a gás, a janelas de vidro e ao ecletismo de uma arquitetura à moda européia; em relação à influência do Velho Mundo, as classes abastadas trajavam-se devidamente pela moda de cidades como Paris, Londres e Lisboa a despeito do forte clima tropical da capital do império. Os franceses e os ingleses eram fonte de inspiração para as diversas instâncias da vida social, visto que os brasileiros mais sofisticados da época vestiam-se à francesa e conviviam à moda do chá inglês.

A cidade de São Paulo foi a província mais próspera durante a década de 1850-1860, porque sua capital alcançou um considerável progresso material, tornando-se uma das mais belas cidades do Império, já que possuía casas de aspecto atraente, ruas largas e bem localizadas. Ao redor da cidade, sediavam-se as chácaras e casas de campo da elite paulistana, que se misturavam em meio às fazendas cafeeiras que impulsionaram a economia brasileira por quase todo o século XIX.

Já a capital do Império do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro, era favorecida pelo número de habitantes, desenvolvendo-se muito nos aspectos sociais para a população devido à sua proximidade com os parlamentares e a corte. A indústria e os interesses manufatureiros concentraram-se nas regiões próximas, em cidades cariocas, contabilizando cinquenta e duas fábricas das setenta e duas brasileiras. Nas ruas da cidade<sup>14</sup>, notabilizaram-se brasileiros que ofereciam serviços como relojoeiros, retratistas, artistas; com a influência francesa na moda brasileira, a Rua do Ouvidor tornou-se um centro de comércio para as senhoras da elite que desejavam comprar seus vestidos, ir ao cabeleireiro e comprar artigos finos para a sua casa.

A cidade do Rio de Janeiro, ainda, tornou-se centro de inúmeras agitações populares que culminaram em uma série de transformações lingüísticas, sócio-culturais e político-econômicas. B. Fausto (2002) resgata que o clima de opinião da época compreendia três correntes acerca da escravidão no Brasil: **escravagistas**<sup>15</sup>; **emancipacionistas**<sup>16</sup> e **abolicionistas**<sup>17</sup>.

---

<sup>14</sup> Apesar do clima de desenvolvimento urbano, nas ruas brasileiras, os cidadãos circulavam em uma imundície tamanha, porque era terrível, em algumas vielas, o odor de podre e o volume de lixo acumulado junto às portas das casas.

<sup>15</sup> Os escravagistas defendiam a manutenção total do sistema escravocrata, mas para que ele se extinguisse, desejavam que fosse feito a partir das leis já aprovadas, a fim de que não perdessem dinheiro, pois faziam do escravo uma fonte de comércio.

Nessas cidades mais desenvolvidas, o governo imperial realizou uma abertura escolar para todas as classes sociais, possibilitando a ascensão de uma classe média e diminuindo a distância social entre os elementos hierárquicos da sociedade brasileira. A popularização do ensino secundário e o desenvolvimento da imprensa abriram o caminho para as classes sociais menos favorecidas na sociedade brasileira, pois tiveram maiores oportunidades de acesso à literatura e aos folhetins, contribuindo para a formação de seu público leitor e, portanto, da língua portuguesa que se empregava no país. Os jovens que ingressavam no sistema educacional brasileiro, ao completarem seus estudos, deveriam ter conhecimento acerca da economia e da política brasileira; ensinavam a necessidade de amor à pátria, ao próximo, gerando um dever cívico e humanitário em todos.

Mesmo com esses primeiros atos, a questão educacional não estava completamente resolvida no Império do Brasil, pois a instrução primária e secundária foi transferida aos governos das províncias, que não possuíam condições materiais e intelectuais para oferecer um sistema de ensino satisfatório para a população; ao governo imperial, reservou-se o ensino superior.

A imprensa desenvolveu-se com grande rapidez no século XIX, tornando-se, então, instrumento importante na implantação definitiva da língua portuguesa e serviu de apoio às conquistas políticas do Brasil. A prática literária e as atividades da imprensa no Brasil também foram suportes para o registro da modernização das cidades a partir de uma valorização do elemento estrangeiro em detrimento ao decadente modelo colonial e o desprestigiado ambiente rural.

Em paralelo, as demais cidades brasileiras quase não progrediam, sendo possível compará-las a cidades medievais, pois não havia iluminação pública, ruas limpas e calçamento que as modernizassem; o caráter medieval continuava na constituição social e nos costumes, visto que havia uma notável presença de donos de terra, cujas propriedades ultrapassavam o tamanho de feudos europeus.

As casas urbanas, paulistas e cariocas, eram construídas no estilo sobrado patriarcal, geralmente pertencentes a um alto funcionário público, com numerosos escravos que preparavam certas utilidades e artigos de luxo sob as vistas da senhora, supervisora do corte e da confecção de vestidos, toalhas e roupas íntimas; era papel da mulher da casa o de chefiar o

---

<sup>16</sup> Os emancipacionistas revelavam-se mais favoráveis à abolição da escravidão, sendo partidários da promulgação de leis que preparariam a sociedade quanto ao aspecto econômico; exigiam, também, indenização aos senhores sobre seus respectivos negros.

<sup>17</sup> Os abolicionistas, também chamados de *petroleiros* na época, exigiam a abolição total, sem direito à indenização, sobretudo na capital do Império.



preparo das refeições, a fabricação dos doces em conserva e em calda, o cozimento de bolos e a assistência aos doentes. É certo que as senhoras patriarcais cuidavam da economia doméstica, dando ordens aos escravos e dirigindo a manutenção da casa, pois sua educação era voltada para obter uma grande capacidade administrativa do patriarcado brasileiro.

Dentro da casa patriarcal brasileira dos meados do século XIX, havia uma oposição em relação aos valores da moralidade: de um lado, exigia-se e idolatrava-se a pureza da mulher, enquanto, do outro lado, os desregramentos sensuais do homem eram pouco reparados. Em alguns casos, a sinhá da casa, por seu comportamento generoso e tolerante, criava os filhos mulatos do marido junto aos seus brancos e legítimos do casamento. Ainda, solteiros e viúvos publicavam anúncios nos jornais que requisitavam serviços de amantes, ou então, amas-de-leite, cocheiros e serviçais. Entretanto, Gilberto Freyre (1964) retrata que essa prática masculina não tinha apoio oficial do governo brasileiro, pois D. Pedro II não era adepto a essa tendência e fiscalizava os estadistas de seu Parlamento à maneira policial, recusando-se a aceitar para cargos públicos homens que tivessem esses tipos de irregularidades em sua vida privada.

O homem brasileiro do século XIX era um verdadeiro patriarca em relação às suas atitudes para com a sua esposa: dentro da casa, concedia-lhe alguma autoridade; mas, fora, era-lhe negado qualquer poder, sobrando para a mulher o papel legal de sombra do marido. De acordo, também, com Gilberto Freyre (1964: 76), o homem

*gastava grande parte do seu dia, fora – na rua, na praça pública, à porta de algum hotel francês, na repartição pública ou no armazém (...) [os homens] gostavam das camaradagens fáceis e ligeiras da rua e da praça pública, [pois] realizavam negócios ou transações de contos de réis.*

A noção de lar ainda não era forte entre os homens brasileiros, mesmo que a família patriarcal estivesse em seu desenvolvimento máximo. Esses sobrados urbanos eram heranças do estilo de vida patriarcal desenvolvido nos engenhos, nas fazendas e nas estâncias, porém com algumas modificações que se desenvolveram nas cidades urbanas, como o convívio direto e a convivência patriarcal com os próprios escravos.

Nas residências elitistas, a prática de leitura ganhou um espaço único, as chamadas bibliotecas, com mobílias, instrumentos e espaços especialmente reservados para as obras e os periódicos. Além disso, a figura central do homem era responsável por distribuir a leitura

privada e silenciosa para cada membro da casa, direcionando as leituras de esposa, filhos e agregados. O modelo europeu de leitura criteriosa (de censura) aos periódicos da época também ocorrera no Brasil.

A religião predominante era a católica, já que era evidente a influência do clero sobre a comunidade brasileira, pois a Igreja sempre deteve força na manutenção do desenvolvimento social brasileiro. O seu papel era importante na vida da família patriarcal brasileira, pois cooperava para a educação doméstica das crianças tanto na tarefa de educar, como também, em instruir meninos e meninas nas casas a partir de um profundo cunho religioso. As crianças ouviam histórias de avós, pais, mestres e eram obrigados a aproximarem-se dos mais velhos presentes para que recebessem a sua benção. Além disso, em toda a casa patriarcal, tinha-se o oratório com imagens em redomas de vidro, onde toda a família se reunia para o culto, configurada por uma atmosfera perfumada de incenso e de essência de rosas.

Na constituição da vida social das famílias brasileiras, Luiz Felipe de Alencastro (1998) afirma que o casamento não era resultado de galanteios românticos, mas de um mecanismo do sistema patriarcal familiar que beirava a escolha dos pais, isto é, quase sempre o pai informava a sua filha acerca do seu futuro esposo; mas, alguns desses casamentos arranjados resultavam em matrimônios felizes como se tivessem sido fruto de realizações líricas e romanceadas. Os casamentos eram precoces, pois a consagração de unir o homem e a mulher era realizada ainda quando a menina não passava dos quatorze anos, sendo assim, as proles também prematuras, caracterizando a mãe patriarcal como uma moça de quinze ou dezesseis anos de idade.

Assim como a escolha do esposo da menina era feita pela família, ou precisamente pelo pai, a profissão do menino também caminhou para essa tendência. Na realidade, a idéia da família patriarcal brasileira era espalhar os meninos nas mais diferentes escolas, a fim de que ela pudesse ser representada socialmente nas mais diversas profissões importantes do Brasil e, por conseguinte, mantivesse seu status social.

Essa prematuridade das relações era explicada e tomada, por exemplo, na figura do próprio Imperador. D. Pedro II que, já aos quinze anos governava o país, mostrando-se uma figura pensativa e grave, de comportamento velho com suas barbas longas. Nesse sentido, se a figura máxima do Império do Brasil foi apressada em sua maioridade, todos os aspectos da vida social do país também penderiam para o apressamento da educação das crianças.

Em meados do século XIX, o Brasil era constituído por diversos aspectos regionais, podendo chamá-los de Brasis quanto aos grupos de sua população e à época vivida por eles,

pois a elite ainda vivia cercada pelos costumes do século XVIII, enquanto o restante da população encontrava-se mais atrasada. Foi somente na década de 1870 que as estradas-de-ferro tornaram-se fator importante na vida econômica e social do país, em que se notaram os primeiros trens-de-ferro com o transporte do café e de outros produtos agrícolas e as primeiras locomotivas que deslocavam as pessoas de uma região para outra do país.

No Centro-Sul, o objetivo maior das ferrovias era o do transporte do café, problema cada vez maior, na medida em que as plantações se afastavam da Corte e dirigiam-se à Zona da Mata e ao Oeste Paulista. Nessa região, existia uma grande disponibilidade de terras para avançar, devido a sua boa posição geográfica, a terra roxa, de excelente produtividade ao rendimento cafeeiro e, somava-se a isso o declínio do Vale, gerado pela erosão do solo desgastado e pela falta de incorporação de novas áreas para plantio, tornando-se, assim, com pouca produção e com um número reduzido de mão-de-obra escrava.

As influências européias, que chegavam desde o surgimento das primeiras faculdades, fortaleceram-se no pensamento dos estudantes e recém-formados, a fim de que se renovassem as idéias quanto às perspectivas culturais do Brasil. Essas influências apresentavam-se como idéias políticas e econômicas que convergiam para o desejo de libertação dos padrões culturais portugueses. Assim, floresceu-se o desenvolvimento de uma consciência nacional, porque se discutiam alguns problemas, dentre os quais a questão da língua portuguesa, revelando os iniciais desejos de que o povo independente deveria ter língua própria, promovendo um maior distanciamento do antigo colonizador.

Segundo Luis Felipe de Alencastro (1998), os artistas/estudantes necessitavam de uma nova temática que entrasse em conflito com a visão de mundo imposta pela prestigiada burguesia. A jovem geração romântica desenvolveu-se a partir do seu desencanto com as impossibilidades encontradas na sociedade, refletida pela tomada de uma consciência crítica. Os pensamentos inovadores e críticos dos românticos aproximaram os seus escritores aos elementos naturais da terra e à participação de movimentos nacionalistas frente às injustiças como, por exemplo, a manutenção do regime escravo; ainda, esses jovens rebeldes incorporavam-se àqueles que eram favoráveis ao grupo dos abolicionistas.

A consciência nacional consolidou-se com o distanciamento da nação portuguesa, diferenciando o brasileiro por seus aspectos culturais, consagrados pela intelectualidade literária do Romantismo. Esse marco da literatura mundial modificou o Brasil, pois rompeu com todo o academicismo português e suas maneiras de pensar, agir e ser, provocando os

cidadãos para que olhassem de maneira crítica as entranhas das sociedades contemporâneas das Revoluções Européias.

O distanciamento do café no Oeste Paulista, sustentado pelo sistema escravagista, fizera com que a figura dos senhores rurais começasse a perder o seu prestígio nos círculos políticos dos centros urbanos. A partir desse momento, o deslocamento de representantes desses fazendeiros, geralmente seus filhos, fez com que se integrassem aos diversos pólos sociais e, assim, entrassem nas discussões das atividades políticas, comerciais. Os filhos de fazendeiros, que foram transportados de súbito para a cidade, carregaram consigo aquela mentalidade latifundiária, sendo comum encontrar discussões políticas que tentavam retroceder a questões cafeeiras e escravistas.

Nessas discussões, uma espécie de burguesia urbana foi criada por um acúmulo de pessoas que desejavam participar da vida pública brasileira. A política tornou-se uma norma de conduta ideal para que as relações comerciais se desenvolvessem sob a luz do surgimento de um novo ideário de Brasil: o das profissões liberais em compasso à produção rural. O país não abandonou os cafezais, pois Sérgio Buarque de Holanda (2005: 89) afirma que *os centros urbanos brasileiros nunca deixaram de se ressentir fortemente da ditadura dos domínios rurais (...) porque ajudaram a discriminar o caráter próprio das nossas cidades coloniais* (grifos meu).

A escravidão estava fadada a acabar, porque nunca houve preocupações com a reprodução do número de escravos, mas apenas com o aumento do comércio das importações que perdia a sua força material. A difusão dos abolicionistas já era grande entre jovens estudantes, escritores e jornalistas que, em mutirão, tentavam incorporar à causa velhos políticos brasileiros, para que compreendessem a importância do direito civil e, por conseguinte, a abolição da escravidão. Mais tarde, o governo brasileiro firmou a *Lei do Ventre Livre*, em 1871, que, grosso modo, dava liberdade a filhos de escravos, a partir daquela data, mas que estariam sob a guarda de seus senhores até completarem 21 anos de idade. A reação do governo ao movimento abolicionista fez-se presente por algumas medidas questionáveis, já que a efetividade de cada uma delas não pôde ser verificada em plenitude, destacando, dentre elas, a Lei do Ventre Livre (Rio Branco), 28 de setembro de 1871 e a Lei dos Sexagenários (Saraiva-Cotegipe), 28 de setembro de 1885.

A Abolição da escravidão também esteve ligada a fatores externos, como, por exemplo, alguns governantes que integravam o Parlamento e já percebiam o fim do sistema escravagista. Atendendo a esses clamores, os países que a aboliram não haviam preparado a

sociedade para o período *pós*, de forma que era comum a rejeição, pelos ex-escravos, ao trabalho nas plantações nas quais eram cativos. Optaram, quase invariavelmente, por uma produção de subsistência e promoveram um grande fluxo migratório.

A Lei do Ventre Livre marcou o início de uma transição gradual e segura, visto que, em um primeiro momento, visava a atender às necessidades mais prementes do regime, libertando os escravos, por meio da criação de um fundo de emancipação; além disso, possibilitava a locação de serviços do escravo como meio para o resgate da liberdade, garantindo a integridade da família e proteção ao liberto. Em um segundo momento, visava dar liberdade aos filhos de escravos que, ao chegarem à idade de oito anos, seriam dispensados da fazenda, recebendo o senhor um título de renda do estado no valor de 600\$000, ou serviriam ao senhor até os 21 anos, a título de indenização pelo ônus de sua criação.

A aprovação desta lei, ao fixar uma data aproximada para o fim da escravidão, arrefeceu o movimento abolicionista. De forma prática, em relação ao escravo, a lei em nada alterou a sua condição, pois nenhum senhor entregou seus escravos ao Estado, a quem competia cuidar dos negros a partir dos oito anos; antes, manteve-os até a idade de 21 anos, fixando 1892 como a data definitiva para a alforria. Essa lei amenizou e amorteceu a campanha abolicionista no Parlamento e na Imprensa, já que atendia aos políticos moderados, que defendiam a abolição gradativa e natural, porém desenfreada a concessão das cartas de alforria por parte dos senhores na sociedade brasileira. Ainda assim, a Lei do Ventre Livre não assegurou os avanços abolicionistas, que passaram a dominar os ideários políticos do Brasil no início da década de 80.

Estava claro que a manutenção desse regime era inviável ao momento histórico vivido pelo Brasil, pois começou a surgir uma série de sintomas de crise no segundo Reinado. O início de um movimento republicano, os atritos do governo com a Igreja e o Exército, fortalecido como unidade após a Guerra do Paraguai, e a questão da escravidão provocaram desgastes nas relações entre o Estado e suas bases sociais de apoio.

Com a abertura de perspectivas do investimento dos capitais oriundos da cessação do tráfico de escravos, a própria mercadoria escrava não era mais objeto de apreciação por boa parte dos setores econômicos brasileiros, já que anteviam a abolição e, assim, desejavam livrar-se dos seus escravos. A multiplicação de profissionais liberais gerou uma nova classe social que não estava tão mais comprometida com a questão da manutenção do regime escravocrata, sendo ela suporte para a formação e a divulgação dos ideais abolicionistas.

Essas pessoas não estavam mais preocupadas com a simples denúncia dos horrores da escravidão, mas promoviam as fugas das fazendas, participavam de agitações e desordens nos centros urbanos e acobertavam os escravos fugidos em novos trabalhos.

O movimento abolicionista, configurado como urbano em virtude da efervescência de idéias que existiam nas cidades mais desenvolvidas, estendeu-se ao campo com o objetivo de organizar as massas dos escravos, tornando-as acessíveis à fragmentação de seu trabalho, a fim de acelerar os ideais abolicionistas. Para o abolicionismo emergente, essa massa de escravos deveria ser liberta e distribuída em grandes propriedades de terra, além de desejarem a oportunidade da instrução pública.

A luta saiu das cidades e avançou para as senzalas e quilombos, onde os próprios negros rebelavam-se, primeiramente, de forma isolada e confusa, posteriormente, de forma ideológica definida, organizados e ligados a clubes abolicionistas. Com a agitação da população negra, Boris Fausto (2002) afirma que o movimento abolicionista ganhou articulação em todas as camadas da sociedade brasileira, porque atingia dois grupos de representações organizadas: homens que respiravam o ideal libertário, o branco, e homens que aspiravam à liberdade, o negro.

Em plena cidade, as confrarias, locais de reunião de negros livres e escravos a partir da segunda metade do século XIX, com o aumento das libertações e com a intensificação dos ideais libertários, tornaram-se um centro de organização social e religiosa, porque assumiram um caráter de auxílio ao fim da escravidão, participando efetivamente da campanha da abolição.

A causa abolicionista tinha por objetivo a mudança da estrutura de produção, de forma que outros segmentos da sociedade brasileira, pequenos produtores e camadas médias, pudessem vir a ter uma participação política direta e uma parcela de poder. O surgimento de um movimento republicano, que se organizara desde 1870, cooperou para a promoção do Partido Republicano Paulista, o PRP, oriundo majoritariamente daquela burguesia cafeeira. Além disso, as relações entre Estado e Exército estremeceram-se, visto que as Forças Armadas, afastadas do cenário político desde a Independência do Brasil, organizaram-se como unidade e entraram nos meandros políticos, estruturadas em figuras respeitáveis como o Marechal Deodoro da Fonseca.

A Lei dos Sexagenários, uma tentativa de o governo brasileiro amenizar a situação, mostrou-se inócua, já que no seu cerne desobrigava os senhores de sustentar os escravos considerados improdutivos, por meio da *aposentadoria compulsória*. Ademais, é sempre bom lembrar que a expectativa de vida do escravo não ultrapassava a faixa dos quarenta anos. Nos

meados de 1880, era inevitável a extinção total do regime escravista e, embora alguns setores ainda resistissem às evidências, não havia mais como postergar o ato oficial.

No início da década de 80, o movimento em pró-Abolição passou a dominar os ideários políticos do Brasil, tornando-se cada vez mais evidente que o término da escravidão estaria próximo. A classe média continuou a exercer pressão sobre os governantes e, em contrapartida, grande parte da classe dominante expressou seu desagrado quanto ao encaminhamento da abolição da escravidão por parte do governo brasileiro. Para o abolicionismo emergente, a luta anti-escravidão deveria ser acompanhada pelo fim da grande propriedade de terra e pela oportunidade de instrução pública para a população, inclusive os ex-escravos.

Segundo Boris Fausto (2002), este período fez-se difícil, pois D. Pedro II encontrava-se na Europa, cabendo à Princesa Isabel o exercício do governo e, por conta disso, a administração das pressões à razão abolicionista – houvera um propósito de estabelecer-se o Terceiro Reinado no Brasil. Neste estágio, apoiada por seu conselheiro João Alfredo, representante do Gabinete Ministerial, Princesa Isabel estava diante das alternativas de abolição pura e simples ou de vincular a libertação dos escravos às fazendas cafeeiras por um prazo determinado.

Entre 1885 e 1888, a campanha de libertação de escravos ganhou ímpeto, já que a grande elite cafeeira, o Oeste Paulista, percebera tal impasse e tratou de apressar o funcionamento da mão-de-obra imigrante. Já no início do ano de 1888, um inflamado discurso de Joaquim Nabuco pedia dignidade e honra para os que perseguiram e capturavam escravos fugidos, dirigindo-se especialmente aos militares que ficaram reduzidos a esse papel de apreensão, reinstaurou as discussões sobre a abolição. Os militares responderam ao governo que gostariam de ser dispensados desses serviços, deixando o governo isolado na tentativa de defender a escravidão.

Diante desses antecedentes, o Conselho de Estado propôs a abolição sem restrições. A iniciativa foi aprovada por maioria parlamentar e sancionada em 13 de maio de 1888 pela princesa Isabel, que se encontrara na regência do trono. Boris Fausto (op. cit.: 125) diz que o regime da escravidão *teve uma longa vida também por sua abrangência, pela diferenciação entre escravos, pelas expectativas reais ou imaginárias de alcançar a liberdade.*

Mesmo com essa escolha, esse processo deu-se por meio de etapas sucessivas que se consolidou na pressão vinda dos negros que reagiram à escravidão, apoiados em movimentos de uma parcela esclarecida da elite, que compreendia a urgência de uma mudança para que se

viabilizasse o desenvolvimento econômico e social do país. Assim, em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel, após reunião do Ministério em 10 de março, promulgou a Lei Áurea, de nº. 3353 que extinguiu a instituição escrava de quase quatro séculos, sendo reconhecida por *A Redentora* pelo povo, ratificando um fato praticamente consumado e retirando dos descendentes de africanos aqueles resíduos do Brasil-Colônia.

A derrubada da Monarquia, a 15 de novembro de 1889, marcou, também, a partida da família Real para o exílio. A libertação não dirigida dos escravos em trabalhadores livres e a desestabilização econômica das fazendas cafeeiras fizeram com que D. Pedro II perdesse prestígio e, por conseguinte, a Monarquia fosse questionada por boa parte da sociedade, visto que todo o sistema patriarcal político-econômico liquidara-se e deixava de suportar o trono.

A entrada para o regime republicano aconteceu por uma série de fatores, porém destacam-se dois: o exército e um setor expressivo da burguesia cafeeira de São Paulo, o PRP; o primeiro deu o empurrão necessário; o segundo daria à República uma base social estável. Para entender a Proclamação da República, alguns fatores humanos devem ser considerados: a doença e o afastamento de D. Pedro II do trono, pois o Imperador era um importante elemento estabilizador, o que revelava a falta de uma perspectiva animadora para o Terceiro Reinado, porque subiria ao trono a princesa Isabel cujo marido era francês, conde d'Eu, e de personalidade muito discutível.

### **2.2.2. O Negro no fim do Império do Brasil**

A partir de 1870, os negros nascidos no Brasil passaram a predominar na população escrava, iniciando um processo de desenraizção, visto que o inevitável cruzamento das diferentes etnias contribuiu para a multiplicação do número de mestiços e mulatos. Nos últimos anos dessas décadas e nos primeiros da década de 80, a participação dos negros e mestiços livres aumentou muito, apesar de algumas posições indiferentes de pessoas influentes que não se alinhavam com nenhum dos movimentos em confronto.

A maioria dos escravos andava descalça e vestida de maneira miserável, sendo mal coberto o seu corpo por tecidos rasgados e sujos; as mulheres cobriam-se com uma camisa e uma saia e enrolavam panos em suas cabeças, em forma de turbante; os homens traziam o dorso nu e uma calça simples. Entretanto, os senhores legais dos escravos eram responsabilizados e pagavam multas ao governo nos casos de negros apresentarem-se maltrapilhos e muitos sujos em passeio público.



O escravo era encontrado em toda parte e em inúmeros ofícios: pedreiro, funileiro, sapateiro, carpinteiro etc., trabalhando sempre por conta de um senhor legal, a quem se destinava quase que todo o ordenado arrecadado diariamente. Um pouco desse ordenado era restituído ao escravo, taxado pelo senhor a cada dia e, também, de acordo com a inteligência, força e atividade desempenhada pelo negro, porém era muito difícil que ele conseguisse juntar um montante suficiente que compraria sua carta de alforria.

Esses negros urbanos eram chamados de escravos de ganho, isto é, trabalhadores “autônomos”, visto que deveriam ser capazes de prover o próprio sustento a partir de seu trabalho; contudo, sabe-se que existia uma quantia a ser paga ao seu proprietário ao fim de cada jornada. Essa relação comercial levou muitos escravos de ganho para os atos ilegais, como os roubos e a prostituição, visto que não conseguiam reunir o rendimento necessário para completar o ordenado de seus senhores legais.

O sistema de ganho era uma das características do negro urbano, sendo essa prática social entendida como um momento de transição entre o sistema escravista e o trabalho livre, visto a ideologia de a elite dominante desprezar o trabalho manual. De acordo com Marilene Rosa Nogueira da Silva (1988: 91), o escravo de ganho sai para as ruas e

*apresenta-se como uma contradição, como uma nova face da escravidão. O ganhador ou ganhadeira tornam-se figuras comuns e imprescindíveis numa época em que a cidade cresce, proporcionando um entra-e-sai de mercadorias, necessitando de mão-de-obra que a transportasse, vendesse, manufaturasse.*

A mentalidade escravista corrompeu também os negros que se sentiam ameaçados em relação ao outro, pois dependiam de uma lucratividade para a sua sobrevivência diária. Nesse sentido, é compreensível que os escravos de ganho tornaram-se inimigos uns dos outros, aumentando o número de crimes ocorridos na capital do Império, tendo como seus principais agentes os próprios escravos.

Em seus ofícios, de acordo com Beatriz Jaguaribe (1998), os negros levavam tudo à cabeça, desde telhas até sacas de café e móveis pesados; os carregadores substituíram quase que, em sua totalidade, todos os sistemas de transporte de carga conhecidos até o século XIX, puxando-os com toda a sua força pelas ruas das cidades brasileiras, movimentando-se em histeria e atravancando-se em uma plena multidão.

Um dos ofícios dos negros que colaborava para a visão de que o trabalho manual humilhava o homem (branco) que necessitava de um negro escravo para fazê-lo estava ligado à remoção do lixo. Essa tarefa era feita de maneira primitiva e pitoresca, já que os negros colocavam os restos em pilhas ou barris, chamados de *tigres*, carregavam-nos às suas cabeças e despejavam-nos em rios, praias ou matos, durante a noite a partir das badaladas das dez horas dos sinos da igreja.

Como era costume africano, os negros trabalhavam ao som de uma toada rítmica ou de chocalho, visto que cantavam tanto em pleno ofício quanto nas suas horas de repouso. Em muitos momentos, era comum vê-los reunidos nas praças ou junto aos chafarizes a fim de realizarem uma espécie de batucada com instrumentos improvisados, como cacos de pratos, pedaços de ferro, conchas, pedras, latas e paus.

Emília Viotti da Costa (1997) aponta que casos de prisão noturna eram originados por ocasiões de sobrevivência de certos ritos africanos, pois a concentração de escravos oriundos de uma mesma nação era maior nas cidades, além de que havia essa relativa liberdade de trânsito nas ruas. Um exemplo desses ritos africanos recai no costumeiro cortejo de um negro morto, em que seus participantes, adornados como para uma festa e cantando cantigas antigas, acompanhavam o corpo, enfeitado de flores, que balançava em uma rede cujas pontas eram atadas a um largo pedaço de pau apoiado ao ombro dos carregadores.

Em outros casos, o escravo passou a abandonar seus cultos africanos, já que era movido por um interesse em aproximar-se da cultura dominante e, assim, criava a expectativa de uma libertação por parte de seu senhor; o catolicismo apareceu, portanto, como o denominador comum de muitos negros convertidos. Mas, essa conversão não atingiu o negro em sua essência, que procurou conservar alguns de seus costumes antigos, porque o mesmo que recebera o batismo e assistira às missas aos domingos, continuou a se reunir nas praças e participava de rituais processados nas altas horas da madrugada, no interior de senzalas ou no escuro das matas, longe dos olhos de seus senhores e das patrulhas<sup>18</sup>.

Os livres e mestiços já eram encontrados antes da abolição, pois atingiam esse *status* mediante a concessão de Cartas de Alforria em circunstâncias especiais da vida, momentos de crise econômica ou, ainda, porque seus senhores anteviam a possibilidade da abolição da escravidão. Entretanto, a simples concessão dessas Cartas não garantiu a inserção dos negros alforriados nas cidades urbanas e, também, na sociedade brasileira.

---

<sup>18</sup> Por essa razão, a sobrevivência de inúmeros costumes religiosos africanos permaneceu no tempo, atingindo o presente, como também, no próprio século XIX, e cooperou para corromper o cristianismo, iniciando o processo de hibridismo religioso que perdura no Brasil.

Nos meses seguintes à abolição, menos de um quarto de escravos libertos permaneceu nas fazendas em que trabalhavam, pois boa parte dos negros passou a constituir-se como uma massa migratória que trabalhava em diversas fazendas. Outra parcela de ex-escravos dirigiu-se para os centros urbanos, onde viveram de pequenos expedientes, morando em casebres à margem do centro das cidades, originando uma pequena população de *favelados*, sem ocupação definitiva. Em relação aos que migraram do campo para as cidades, a maioria teve dificuldade em inserir-se nas atividades urbanas e industriais, ficando, portanto, necessitadas da caridade pública.

O negro estava livre no âmbito legal, porém continuou por muito tempo em uma situação de miséria e ignorância comparável aos tempos de escravidão, pois em nenhum momento foi preparado para compreender as modificações sociais dessa mudança estrutural na sociedade brasileira<sup>19</sup>. As ruas brasileiras estavam cercadas de mendigos, muitas vezes, velhos negros escravos que eram jogados à sarjeta, pois sofriam de lepra ou eram alforriados, à espera da caridade e de piedade das casas de assistência médica.

A sobrevivência na cidade e o desfrute da liberdade impôs ao negro uma verdadeira luta diária contra as freqüentes doenças, dadas as más condições de vida, alimentação inadequada e habitações precárias. Há registros, conforme Marilene Rosa Nogueira da Silva (1988), que esses homens sublocavam quartinhos sem ventilação e úmidos ou mantinham-se nos piores cômodos da casa de seus antigos senhores, sendo comum vê-los mancos, devido às pernas estarem quebradas pelo excesso de peso carregado e/ou com marcas sangrentas nas suas cabeças; além disso, como já visto pelas condições de vida e de trabalho, as principais doenças encontradas eram o raquitismo, vírus venéreo, bichos-de-pé, elefantíase, dentre outras.

### **2.3. Concepções lingüísticas do Brasil no século XIX.**

A partir da segunda metade do século XIX, houve o aumento considerável do número de gramáticas da língua portuguesa que tinham por finalidade a manutenção da tradição lusitana, o que dava mais força ao movimento de censura à linguagem dos brasileiros mais nacionalistas, atingindo, assim, a idéia de uma perfeição lingüística. Essas gramáticas não mantinham uma relação direta com a língua portuguesa encontrada nas ruas da capital do

---

<sup>19</sup> A condição do negro livre é vista, em sua totalidade, na crônica selecionada *19 de maio*, em que se expõe a “liberdade” de um ex-escravo, Pancrácio.

Império do Brasil e nem nas outras cidades brasileiras, mas com aquela encontrada em séculos passados que se sustentara a partir de uma concepção lingüística estática e idealizada; nas obras literárias, por exemplo, encontram-se os latinismos que conferiram nobreza, musicalidade e luxo aos escritos e os arcaísmos que se mantinham devido à formação literária dos escritores<sup>20</sup>.

Há, ainda, nos romances e nas crônicas, a presença das expressões populares que podem ser entendidas como uma primeira tentativa de reproduzir a língua do povo da cidade, vazada de uma linguagem viva e carregada de afetividade, que apareciam tanto nos diálogos, como também na voz dos narradores. Nesse sentido, cabe também ao historiógrafo da língua perceber como essas expressões populares produziram diferentes relações de sentido em cada contexto, visto que, atualmente, se nota o seu emprego em diferentes situações sociais, o que possibilita comparar se os significados mantêm uma relação com aqueles encontrados no passado. Segundo Nilce Sant'Anna Martins (1988: 22),

*entre as frases feitas anotamos algumas das mais pitorescas, umas ainda hoje em uso, outras já desconhecidas: ficar vendo estrelas, deixar-se de panos quentes, encher de pernas a casa, chorar na cama que é lugar quente, pior a emenda que o soneto, ter sangue na guelra (ser genioso), com a boca na botija (em flagrante), não dar seu quinhão ao vigário (não desistir das aventuras amorosas), quebrar a castanha na boca de alguém (molestar), pôr sal na moleira (obrigar a ser mais ponderado), ver-se em calças pardas (ver-se em apuros), estar com seus azeites (estar de mau-humor), pôr barro à sua parede (empregar diligência), etc.*

Os africanismos também aparecem em muitas obras, embora ainda não fossem tomados em seu valor literário, pois procuraram reproduzir o falar dos negros, escravos ou ex-escravos, ao mostrar as dolorosas circunstâncias em que viviam, tanto antes como depois da Abolição. Em quase todas as obras, romances e crônicas de Machado de Assis, percebe-se a

---

<sup>20</sup> Machado de Assis revelou pendor aos arcaísmos ao trabalhar as formas *grão* (grande), *mor* (maior), *heis* (haveis), *peitar* (subornar), *garção* (rapaz) e *comborço* (amante). Percebe-se que, além de escritor de crônicas quinzenais para a *Gazeta de Notícias*, o escritor reconhecia a inevitável transformação por meio da qual a língua atravessa os tempos.

presença dos africanismos na voz das personagens como, por exemplo, Pancrácio na crônica 19 de maio da coleção *Bons Dias!*.

Os estrangeirismos de diferentes línguas<sup>21</sup> eram adotados como conseqüência inevitável da influência cultural sofrida pelos brasileiros, que necessitavam deles para explicar novos fatos, novas idéias e novos objetos que eram importados de outros ambientes. Os neologismos apareciam com o objetivo de criar um estilo novo, sonoro, valendo-se das inovações minuciosas e sutis que colidiram com as resistências puristas, que tentaram censurar esse processo criativo ao demonstrarem a sua desaprovação nos inúmeros debates ocorridos.

Os escritores do Romantismo perceberam a importância de formar uma consciência coletiva nos cidadãos brasileiros, já que foram os primeiros a realizarem seus estudos superiores no Brasil. Estes escritores queriam despertar os ideais nacionalistas e democráticos de um movimento que se buscou encontrar a melhor expressão nacional na língua em uso em terras brasileiras.

O Romantismo no Brasil surgiu como uma revolução nas ações humanas, alterando as concepções de mundo da juventude e inovando a relação com a tradição passada. A exaltação dos elementos diferenciadores e oriundos da terra e o nacionalismo brasileiro fizeram do homem (romântico) um reformador intelecto-cultural, que buscou a transformação da realidade local e, posteriormente, mundial; em muitos momentos, esses novos homens abdicavam da razão para suas teses, posto que a emoção e o ilógico poderiam tornar-se chave para a completude de seus pensamentos.

Nas primeiras décadas como um país independente, as discussões entre a juventude intelectual convergiram para a independência cultural, simbolizada na preocupação de dar maior liberdade à expressão lingüística. Esses jovens não se satisfaziam apenas com as leituras dos clássicos portugueses ou latinos, pois já tinham entrado em contato com as novas idéias e conhecimentos que trabalhavam novas estéticas de pensamento.

Nesse momento histórico, os jovens escritores procuraram adequar o registro da língua portuguesa com o seu emprego, a fim de que se refletisse o caráter brasileiro, definindo-a, assim, como identidade do país frente à ex-metrópole lusitana. Por essa razão, pode-se afirmar que a busca pelas especificidades do uso brasileiro da língua portuguesa marcou-se como o traço distintivo da identidade cultural de uma brasilidade diferenciadora. Os escritores perceberam, segundo Leonor Lopes Fávero e Márcia Molina (2006: 36), que

---

<sup>21</sup> Especialmente, a língua francesa, visto as expressões *coup du milieu*, *champagne* e *après coup* encontradas nas crônicas desta dissertação.

*nossa poesia ganhou notoriedade, que os jornais começaram a se multiplicar (...) [e] começaram a se libertar dos modelos clássicos de escritores portugueses buscando, por exemplo, uma língua que mais representasse o povo brasileiro.*

Embora pequeno em número, o público brasileiro surgiu qualificado, para que as leituras desses novos textos romanceados, poéticos, peças de teatro e diversos jornais em circulação propagassem e, ainda, promovessem a língua portuguesa em uso no Brasil. A atividade literária dos escritores do século XIX expandiu-se em múltiplos gêneros, resultando, assim, em uma considerável diversidade de estilos e de um maior aproveitamento da linguagem em diferentes regiões e camadas sociais. Surge, daí, por exemplo, a crônica estudada nesta Dissertação, pois alguns autores estavam mais preocupados em criar novos *suportes textuais* para veicularem a transcrição da linguagem corrente como, por exemplo, o próprio Machado de Assis, que se prendeu em reproduzir o falar urbano.

Nesse sentido, reivindicar uma liberdade de expressão delineou o nascimento das questões de implicação nacionalista, promovendo os primeiros debates acerca da questão da identidade nacional na história da cultura brasileira. A partir de 1870, romances, contos e crônicas eram escritos por essa língua portuguesa de caráter mais brasileiro, gerando algumas polêmicas entre portugueses puristas que não aceitavam, por exemplo, a linguagem de José de Alencar em *Iracema*; as discussões entre brasileiros e portugueses deram-se pelo emprego livre do estilo no uso da língua portuguesa que se rebelou dos modelos lusitanos. Os primeiros escritores românticos perceberam que havia uma variante lingüística brasileira que exprimia as peculiaridades do meio e, assim, influenciava o falar e o escrever da língua portuguesa no Brasil. Gladstone Chaves de Melo (1981: 91) afirma que

*por efeito da independência política, o povo brasileiro toma consciência de sua existência como um todo nacional, já acentuadamente diverso do português. Nasce daí um anseio por literatura própria, anseio que se realiza integralmente quando surge, na língua literária, um estilo brasileiro.*

Os estudos da gramatização do Brasil são muitos e seus estudiosos tentaram traçar períodos que abarcaram obras paralelas, de transição ou de mudanças radicais a fim de que um quadro surgisse com todo o movimento da língua portuguesa em terras brasileiras,

resgatando do período colonial até a modernidade. Para que se compreenda o processo de gramatização brasileiro, este estudo exclui os inúmeros trabalhos produzidos, principalmente a partir do século XIX, destacando apenas como diretriz comum Júlio Ribeiro e sua *Grammatica Portugueza*.

A *Grammatica Portugueza* diferencia-se pelo fato de o seu autor afirmar que proporia um estudo que se basearia mais na exposição dos usos da língua do que as antigas gramáticas portuguesas, tendo como preocupação a exposição clara de leis deduzidas dos fatos do falar vernáculo. Julio Ribeiro tinha como intenção a de aplicar o princípio do evolucionismo biológico dominante no final do século XIX, tratando sua gramática como uma exposição metódica dos fatos da linguagem a partir *do bom uso da linguagem expostas como elas o são nos compêndios*.

Nesse sentido, de acordo com Julio Ribeiro (1913: 01), essa *grammatica não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade*, mas as regras do bom uso facilitariam os falantes da língua portuguesa, porque seria *o unico meio que têm de corrigir-se os que na puericia aprenderam mal a sua lingua*.

Por essa razão, de acordo com Leonor Lopes Fávero e Márcia Molina (2006: 129), Julio Ribeiro

*tenta conciliar as novas propostas com as então existentes, pois se o evolucionismo não tem como valorizar a norma padrão e seu ensino, já que seu propósito é explicar os fatos e não fazer leis ou propor regras, não há como negar as antigas teorias.*

O autor preocupou-se, então, na aplicação do rigor e dos mesmos métodos das ciências naturais ao estudo da língua, sendo necessário voltar-se para as origens da língua, estudando as influências e as mudanças sofridas no decorrer do tempo. Como hipótese, estabeleceu-se olhar a língua como um organismo social, sujeita à lei da luta pela existência, permitindo analisar o como as mudanças lingüísticas dependiam do homem e de seu avanço cultural.

Além disso, houve outras hipóteses sobre as línguas serem conseqüências do meio ou dos costumes: uma língua viva se origina de uma língua morta em mesmo país; quanto mais usada for uma língua, menos variações ela terá; diferentes relações entre comunidades lingüísticas introduzem variações no léxico; a seleção dá-se por meio da instrução pública, da literatura, da brevidade e da eufonia.

O colonialismo de mais de três séculos impunha não apenas uma idéia de dupla dominação, conforme apontou Márcia Mendes Pimenta (2001), em seu estudo histórico-lingüístico de *O Tronco do Ipê*, mas uma tripla: a exploração econômica das matérias-primas e a importação dos produtos industrializados; a dominação cultural da população; e a aceitação passiva de uma referida inferioridade local. Nessa perspectiva, ainda faltou muito para que a independência cultural brasileira se consolidasse, visto o clima de imitação constante dos modelos europeus, seus costumes e suas artes, nos salões da corte brasileira.

Entretanto, fez-se difícil esse caminho, porque o passado lusitano estava impregnado na cultura nacional. Além disso, a maioria dos livros seguia o modelo-padrão do português europeu, e, na religião, o clero cristão era doutrinador e exemplo a ser seguido pelo rebanho brasileiro. Outra questão a ser focalizada é a lentidão e a precariedade da imprensa no final do século XIX. Nesse cenário, iniciou-se a construção da Nação e do Estado brasileiros, constituído unicamente pelos homens de sua elite intelectual, tradicionalista, conservadora e tipicamente rural, pois as fazendas açucareiras e, depois, cafeeiras mantinham o Governo Brasileiro e, ainda, os centros urbanos estavam em desenvolvimento.

Por essa razão, adversários contemporâneos de José de Alencar e os outros escritores românticos não admitiam o ideal de independência lingüística, condenando a aceitação e a produção de um uso diferenciado da língua portuguesa, afastado do modelo europeu, e, então, não reconhecendo o estilo próprio e original brasileiro. Em contrapartida às críticas recebidas, os românticos consideraram suas obras como contribuição direta para a construção de uma primeira manifestação literária estritamente nacional, pois suas preocupações iniciais foram os trabalhos constantes do uso da língua portuguesa adequada a uma realidade própria, permitindo-se construtor simultâneo da nacionalidade brasileira.

Nesse contexto, houve dois agrupamentos de intelectuais; de um lado, portugueses e brasileiros puristas que consideravam que a língua portuguesa teria uma única construção de sintaxe, o que, por exemplo, colocava-a num grande equívoco; por outro lado, existiam brasileiros, adeptos de uma nova tendência, que viam a língua portuguesa sob a ótica nacionalista e diferenciada, seguindo padrões de uma brasilidade constituída e afirmada entre toda a sociedade.

José de Alencar sofreu críticas por parte dos portugueses, que entendiam haver pouca familiaridade com a língua portuguesa falada em terras brasileiras com a gramática lusitana. Entretanto, dentre as adversidades, notamos que as questões divergentes entre as duas línguas, do Brasil e de Portugal, davam-se mais em diferenças lexicais do que na estrutura lingüística, visto a gama diferente de vocábulos que o povo brasileiro adquiriu com o africano e o índio.



José de Alencar justificou seus posicionamentos lingüísticos a partir das influências deterministas a respeito do tratamento das línguas, pois considerou a variante brasileira como uma evolução natural da língua portuguesa, e essa, anteriormente, do latim vulgar. Em relação a essa justificativa, o escritor desconsiderou (ou não conhecia) a importância do papel do homem e da sociedade na elaboração e na mudança das línguas, atenuando-se o positivismo lingüístico.

Leonor Lopes Fávero e Márcia Molina (2006) afirmaram que as idéias propostas pelos intelectuais românticos iniciaram as explicações sobre a anulação de uma uniformidade lingüística e da padronização da norma lusitana no Brasil. As influências do tupi e das línguas africanas já eram sentidas pelos escritores do século XIX, porém eles não tinham a consciência específica de alteração de cada língua na base portuguesa; enquanto o tupi fundiu-se mais no plano lexical, proporcionando um maior número de vocábulos aos brasileiros, as africanas atingiram a fonética e a morfologia na língua portuguesa.

José de Alencar considerava que o progresso fazia-se em tudo, propondo que a língua rompesse as cadeias da imposição lusitana para que ela enriquecesse de novas palavras e diversos modos de elocução no Brasil. A língua era vista como um instrumento do espírito do homem, não devendo ficar estacionária, visto que o homem se transforma; o homem brasileiro mudava junto à sociedade, adquirindo novas experiências que eram sentidas na língua portuguesa em uso no Brasil. Os intelectuais defenderam a língua utilizada por eles, pois ela era sinônimo da liberdade brasileira, de um estilo que se distanciara da ex-metrópole, pois contribuía para a formação de uma nacionalidade brasileira.

Os intelectuais e escritores do século XIX não desejaram estabelecer as bases de uma língua brasileira, mas de libertar o artista em sua matéria lingüística, envolvendo um novo olhar sobre a liberdade de estilo e rompendo com os cânones portugueses a fim de valorizar o uso da língua portuguesa de sua época. Os rompimentos lingüísticos revelaram-se diferentes do restante da sociedade brasileira, livrando-se dos padrões lexicais e gramaticais lusitanos, traduzindo as expressões brasileiras com maior originalidade e espontaneidade e, ainda, buscando a identidade lingüística nacional.

No registro materializado da língua portuguesa em uso no Brasil, o século XIX foi o centro das primeiras discussões lingüísticas brasileiras. Essas discussões foram levantadas, possivelmente, por causa da independência político-cultural, forte provocadora do sentimento de patriotismo, e pelo movimento romântico, “liderado” por José de Alencar, que buscou a elevação da cultura nacional. Entretanto, o mais significativo é pensar que a sociedade

brasileira estava à procura da consolidação de sua consciência cultural, visto que se afirmava independente e buscava a sua identidade política, econômica, social e lingüística.

Nessa perspectiva, as crônicas da série *Bons Dias!* fazem parte dos textos que refletem essas discussões acerca da busca da consciência cultural da sociedade, pois são exemplos de registros escritos da língua portuguesa no final do século XIX no Brasil. Machado de Assis procurou trabalhar com a língua portuguesa que se veiculava nas ruas da cidade fluminense, trazendo as manifestações da linguagem oral, como expressões populares e variações encontradas nas falas dos escravos, junto à tradição gramatical de sua época.

## CAPÍTULO III: A LÍNGUA PORTUGUESA, MACHADO DE ASSIS E O NEGRO NAS CRÔNICAS DA SÉRIE *BONS DIAS!*



Foto do painel comemorativo do centenário da morte de Machado de Assis. Exposição comemorativa pelo centenário da sua morte – Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

### 3.0. Introdução

Nesse último capítulo, apresentam-se as principais características das crônicas *Bons Dias!*, destacando, em um primeiro plano, o seu relevante papel para a constituição e divulgação desse gênero na cidade do Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XIX. Em um segundo plano, seguem as análises de cada crônica, a fim de que se responda aos objetivos propostos na introdução desta Dissertação, a partir de categorias de análise que consideram as crônicas 19 e 27 de abril e 11 e 19 de maio como documentos lingüístico-histórico-literários, pois evidenciam as influências histórico-culturais e as relações entre a realidade e a ficção que se subsidiam na crônica machadiana.

Assim, em cada tópico, registra-se a crônica na íntegra para a sua leitura; posteriormente, aplica-se o recurso da metalinguagem, a fim de descrever e explicar a língua portuguesa que registrou os acontecimentos relacionados à abolição da escravidão e à

derrubada da Monarquia no Brasil. Nesse sentido, as crônicas permitem verificar as posições divergentes que eram representadas por diferentes grupos na sociedade brasileira.

Os registros gramaticais relacionavam-se ao fato de que a escrita da língua portuguesa no Brasil acompanhava as normas que eram regidas na Europa, pois a maioria das gramáticas produzidas no Brasil mantinha um direcionamento à tradição lingüístico-portuguesa. Nesse sentido, pela ortografia e acentuação, segundo Ismael de Lima Coutinho (1976), pode-se afirmar que a língua portuguesa relaciona-se com o *período pseudo-etimológico*, que consistiu em considerar a grafia etimológica das palavras, respeitando, portanto, as suas origens latinas e gregas.

Para possibilitar esse exame, a Dissertação baseia-se nos três primeiros livros da *Grammatica Portugueza*, de Julio Ribeiro; nesses livros, registram-se as regras acerca da fonética, acentuação gráfica e ortografia. Nesta perspectiva, retomam-se os seus conceitos, a fim de que eles subsidiem as análises: a acentuação era o tratado dos sons articulados em relação à intensidade comparativa, quando constituídos em palavras, enquanto a ortografia<sup>22</sup> era o tratado da representação simbólica dos sons quando articulados.

### **3.1. As produções de crônicas de Machado de Assis**

Na coleção *Bons Dias!*, Machado de Assis apresenta quarenta e nove crônicas iniciadas com a saudação *Bons Dias!* e com a despedida *Boas Noites*; acrescenta-se, ainda, que essa coleção ajudou a escrever inúmeros acontecimentos políticos, econômicos e culturais brasileiros. De uma forma geral, as crônicas procuraram materializar as idéias abolicionistas e os ideais republicanos, visto o enfraquecimento da monarquia brasileira devido à desestruturação do sistema de dependência econômica pela escravidão.

As crônicas selecionadas nesta Dissertação revelam como Machado de Assis compreendeu a história e o fluxo de seus acontecimentos sociais, sendo o porta-voz para seus leitores. A amostra selecionada expõe o pensamento crítico do escritor, ao trabalhar valores e práticas da camada dominante da sociedade *versus* a presença dos mais excluídos e menos favorecidos, relacionando esses dois grupos em uma rua fluminense.

A produção artística de Machado de Assis é vasta e marca uma diversidade literária, pois percorreu o campo da poesia, do teatro, do conto, do romance, do ensaio e da crônica. A última opera percepções, mudança de olhares e novos modos de entender a cidade fluminense,

---

<sup>22</sup> O alfabeto da língua portuguesa estava composto por vinte e cinco letras simples e oitenta e duas compostas, segundo Julio Ribeiro.

porque se invade o espaço urbano do Rio de Janeiro, centro cosmopolita. Machado de Assis<sup>23</sup> foi o primeiro escritor brasileiro atuante da crônica, pois, aos vinte anos de idade, começou a ocupar este espaço em muitos jornais cariocas. O escritor afirmou que o folhetim de variedades devia apenas divertir a platéia, sendo ele filho do acaso e da fantasia. Nesse sentido, em suas crônicas, apreende-se a difícil arte de controlar um leitor de atenção arisca, com uma habilidade de ligar e transitar assuntos díspares que estavam imersos na sociedade fluminense.

Em uma crônica de 1897, o próprio autor confessou que gostava de procurar o mínimo e o escondido, pois sentia uma curiosidade estreita e aguda nos fatos encobertos pelas relações sociais. A essência da sua obra recaiu nos detalhes, gestos, olhares e palavras proferidas à toa, marcas que contribuíram para uma nudez dos cidadãos e da cidade do Rio de Janeiro.

John Gledson (2006) afirma que Machado de Assis foi o cronista implícito e explícito do Rio de Janeiro, pois tratou das pressões do ambiente urbano, em que se destacava a leveza suspeita com uma linguagem dirigida ao grande auditório da cidade. Não se deve esquecer que ele era um agente provocador do leitor, cuja presença era ímpar nas páginas, sendo um interlocutor assíduo e participativo, que tanto se aliava ou divergia, desde uma personagem principal a um simples coadjuvante.

O autor aproveitou-se de ser um leitor fervoroso de jornais para firmar a própria opinião política, principalmente quanto ao desgosto com o fim do regime imperial; para o escritor, mais do que as manifestações populares, os folhetins fizeram tremer as aristocracias. Desta forma, estabeleceu uma infatigável cumplicidade com seu público, porque as suas provocações estimularam um estado de vigília permanente com seu leitor.

A sua produção não fez apenas a descrição anatômica da sociedade patriarcal escravocrata de seu tempo, mas adentrou ao psiquismo humano com seus golpes fulminantes e precisos contra as máscaras sociais. A hipocrisia, a mediocridade, a vaidade, o egoísmo e a superficialidade das relações humanas foram encadeadas pelas cenas ridículas do cotidiano, que Machado de Assis observava na arrogância e na crueldade das ruas do Rio de Janeiro.

O retrato da aventura cotidiana da cidade urbana e, por consequência, da história viva ou vivificada, possibilitou o espetáculo do mundo fluminense das ilusões sociais que permitiam a sua participação de qualquer ser humano. O seu foco foi a degeneração moral daqueles que transitavam a camada social do poder político e econômico, opondo-a ao drama dos excluídos, sem jamais cair na predicação simplista de que as cidades cresciam e, tão logo,

---

<sup>23</sup> O escritor cooperou para desenvolvimento da imprensa com a contínua produção de crônicas ou artigos para os jornais.

a solidariedade desaparecia; Machado de Assis criticou a visão de que o mundo dividia-se entre bons e maus, observando seus respectivos atos em uma única crônica.

As observações e as atitudes desse escritor fizeram com que ele fosse o responsável por entender as estruturas da sociedade brasileira e o comportamento de seus tipos humanos que representaram as relações sociais. É possível entender que o escritor tenha se tornado o especialista da interioridade psicológica individual e coletiva dos cidadãos fluminenses, tornando-os complexos e fascinantes em suas participações na vida pública do Rio de Janeiro.

Os próximos tópicos desta Dissertação apresentam as crônicas selecionadas na ordem cronológica de suas publicações, transcritas na sua íntegra, seguidas das análises propostas para cada uma.

### 3.2. CRÔNICA 1: 19 DE ABRIL DE 1888

*Bons Dias!*

*... E nada; nem uma palavra, nada. Ninguém me responde; todos estão com os olhos na eleição do 1º districto. Mas, com seiscentas cédulas! Também eu, acabando d'aqui, lá irei dar o meu recado, por signal que já o trago decór; mas cada cousa tem o seu logar. Quando um homem chega e comprimenta, parece que os cumprimentados o menos que podem fazer é retribuir o cumprimento; acho que não custa muito. Calaram-se, a pretexto de que vão votar, será politico, mas não é politico; não sei se me entendem. Enfim, por essas e outras é que eu gosto muito mais da roça. Na roça, a gente vai andando em cima da mula; a dez passos já as pessoas bem educadas estão de chapéu na mão:*

*- Bons dias, Sr. Coronel!*

*- Adeus, José Bernardes.*

*- Toda a obrigação de V. Ex...*

*- Todos bons; e a tua?*

*- Louvado seja Deus, vai bem, para servir a V. Ex.*

*Que custa isto? Que custam dois dedos de boa criação? Nada. E note-se que lá fóra, mesmo quando ha eleição, ninguém se esquece dos seus deveres; ás vezes até os cumprem com mais galhardia. Esta côrte é uma terra de mal criados.*

*Pois olhem, quando eu entrei aqui, vinha alegre; tinha lido umas revelações do amigo Dr. Costa Ferraz, que me lavaram a alma das melancolias pecuniárias, unicas que me affligem devéras. As outras não passam de cancelas ridiculas. Falta de dinheiro, isso doe; ao menos, para quem não é governo. O governo até parece que quanto mais lhe falta mais lhe dão, e, ás vezes, em condições inesperadas, como o caso do nosso recente emprestimo. Quem e que me fia mais desde outubro do anno passado um jantarinho assim melhor? Seguramente ninguém; mas ao governo fiam tudo; deve muito e emprestam-lhe mais. Por ser governo. Só esse gosto de ver chegar o credor, de chapéu na mão, todo zumbaias, com uma bolsa debaixo do braço, tratando o devedor por magestade, palavra que dá vontade de pôr a procissão na rua.*

*Mas, como eu ia dizendo, li umas revelações curiosas do amigo Dr. Costa Ferraz, ultima sessão da Imperial Academia de Medicina. Tratam das rações e das dietas da armada. V. Ex. leu as tabelas vigentes e analysou-as. Chama-se alli regimen lacteo a uma porção de cousas em que entra algum leite. De sorte que (commenta o illustre facultativo), a passar o principio, todos que tomam seu café com leite e a sobremesa saboream um prato de arroz de leite, com o indispensavel pó de canella, se devem julgar sujeitos ao regime lacteo!*

*Reflectindo bem, por que não? A razão de S. Ex. é só apparente. Eu vou com as tabellas. Nem quero saber se realmente o cirurgião-mor da armada, como declarou nas bochechas da Academia, não as aprovou, não as viu sequer; porque d'esta circumstancia apenas se pode concluir a perfeita inutilidade dos cirurgiões, mores ou menores – ce qui est nom opinion. Vou com as tabellas e vou mais longe, quer em prosa, quer em verso:*

*Vou com as tabellas,*

*Vou mais longe que ellas.*

*Não direi hoje até onde vou; vão sendo horas de ir votar. Digo só que o digno academico não viu que o regimen lacteo das tabellas deve ser entendido por um simile. Supponhamos o jogo do solo. Ha o solo a dinheiro, que corresponde ao leite de vacca, puro, abundante, exclusivo... Vacca o dinheiro são, como se sabe, expressões correlatas; diz-se vacca do orçamento; diz-se também: o pelintra mettu a boca na teta, quando se quer deprimir alguém, que andou mais depressa que nós, etc., etc. Mas, além do solo a dinheiro, ou leite de vacca, ha o solo a tentos, que é o que chamamos leite de pato. O regimen as armada é d'este ultimo leite. Mas vão sendo horas de ir votar e ainda não dei conta de uma reclamação que recebi.*

*Ha dias reuniu-se o Banco Predial, para tratar dos escravos, que lá estão hypothecados. Muitos foram os pareceres, duas as propostas, uma d'estas a approvada, até que tudo acabou como nos demais bancos e no concilio dos deuses de Camões:*

*Pelo caminho lacteo...*

*(outra vez o lacteo!)*

*Pelo caminho lacteo...*

*Logo cada um dos deuses se partiu*

*Fazendo seus reaes acatamentos*

*Para os determinados aposentos.*



*Ao, entre os discursos proferidos houve um do digno accionista Sr. José Luiz Fernandes Villela, declarando ser tudo aquillo uma discussão vasia de sentido, porque já não existem escravos.*

*Confesso que estimei ler tão agradável noticia; mas, como não ha gosto perfeito n'esta vida, recebi d'ahi a pouco uma mensagem assignada por cerca de 600,000 pessoas (ainda não pude acabar a contagem dos nomes), pedindo-me que rectifique a discurso do Sr. Fernandes Villela. Ha escravos; elles proprios o são. Estão promptos a jurar-o e concluem com esta philosophia, que não parece de preto: "As palavras do Sr. Fernandes Villela podem ser entendidas de dous modos, conforme o ouvinte ou o leitor trazer uma enxada ás costas, ou um guarda-chuva debaixo do braço. Vendo as cousas, de guarda-chuva, fica-se com uma impressão; de enxada, a impressão é diferente".*

*Adeus. Já sabem que o coronel Almeida, deputado provincial pelo 14º districto da Bahia, tendo sido accusado de traição ao Dr. César Zama, declarou na assemblea que abandonava o seu partido. Exemplo austero e digno de imitação dada uma accusação d'essas, botemos o nosso partido fóra, como um simples collete de seda enlameado. Mas os princípios que nos ligavam ao partido? Perdão; mas os botões, que nos, abotoavam o collete?*

*Boas noites!*

### **3.2.1. Metalinguagem e a crônica de 19 de abril**

A crônica 19 de abril tem como tema dois assuntos muito frequentes na sociedade fluminense no final da segunda metade do século XIX, sendo o primeiro a recorrente saída do governo monárquico a empréstimos financeiros para cobrir as suas despesas:

*o governo até parece que quanto mais lhe falta mais lhe dão, e, ás vezes, em condições inesperadas, como o caso do nosso recente emprestimo. Quem e que me fia mais desde outubro do anno passado um jantarinho assim melhor? Seguramente ninguém; mas ao governo fiam tudo; deve muito e emprestam-lhe mais. Por ser governo.*

O segundo assunto incide nas discussões acerca da abolição da escravidão, percebendo as críticas do seu narrador ao insensato argumento conservador de que não existiam mais

escravos, pois as conhecidas leis do Ventre-Livre e Sexagenários teriam acabado o regime escravista:

*ha dias reuniu-se o Banco Predial, para tratar dos escravos, que lá estão hypothecados [e] entre os discursos proferidos houve um do digno accionista Sr. José Luiz Fernandes Villela, declarando ser tudo aquillo uma discussão vasia de sentido, porque já não existem escravos [e] confesso que estimei ler tão agradável noticia.*

A narrativa do documento analisado é revelada em uma seqüência de palavras/expressões que marcam o seu tema, o que faz o leitor perceber pontos de união que resultam o sentido construído por Machado de Assis. Essa seqüência faz referência a signos que convergem à temática dos empréstimos feitos pelo governo e das críticas realizadas ao argumento conservador de que a escravidão já havia acabado:

*os olhos na eleição → a pretexto de que vão votar, será politico → ao governo fiam tudo → tratando o devedor por magestade → tratar dos escravos, que lá estão hypothecados → discussão vasia de sentido, porque já não existem escravos → rectifique o discurso → ha escravos; elles proprios o são → abandonava o seu partido.*

As tentativas de o governo monárquico de esconder os últimos vestígios da escravidão no país são encontradas durante a leitura do documento, pois representantes políticos do conservadorismo escravagista defendiam a idéia de que o regime havia sido derrubado apenas com as leis anteriores, especificamente as do Ventre-Livre e a dos Sexagenários. Entretanto, tal idéia é denunciada na voz do narrador a partir do momento em que ele evidencia a presença de escravos em alguns locais do Brasil e que, por conseguinte, faria a retificação de um discurso governamental: *recebi d'ahi a pouco uma mensagem assignada por cerca de 600,000 pessoas (ainda não pude acabar a contagem dos nomes), pedindo-me que rectifique o discurso do Sr. Fernandes Villela. Ha escravos; elles proprios o são.*

Ao iniciar a leitura da crônica, o narrador, ainda, critica um comportamento social, compartilhado entre as pessoas, que marcava as relações na época das eleições distritais, reclamando da demora delas, ou também da recusa, cumprimentarem-se: *quando um homem chega e comprimenta, parece que os cumprimentados o menos que podem fazer é retribuir o cumprimento; acho que não custa muito.* O próprio narrador continua a sua crítica ao

caracterizar a capital do Império do Brasil como *uma terra de mal criados*, opondo-a a cidades interioranas, onde as pessoas são realmente bem educadas, pois *a gente vai andando em cima da mula; a dez passos já as pessoas bem educadas estão de chapéu na mão*.

O narrador trata das eleições distritais de modo a perceber que os primeiros sentimentos republicanos já eram compartilhados pelos brasileiros no final do século XIX. A preocupação em votar é vista na voz do narrador, como aponta o início da crônica: *ninguem me responde; todos estão com os olhos na eleição do 1º districto. Mas, com seiscentas cédulas! Também eu, acabando d'aquí, lá irei dar o meu recado, por signal que já o trago decór*. Essa inquietação do narrador é percebida na sua cobrança para acelerar as suas reflexões, pois precisava ir confirmar o seu voto, visto que notara que já eram *horas de ir votar e ainda não dei conta de uma reclamação que recebi*.

Os primeiros problemas de um republicanismo democrático já aparecem nas palavras do narrador, pois as disputas partidárias são denunciadas na crônica, porque se notava o abandono e a inclusão de novos nomes para cada partido político de acordo com as novas alianças travadas. Essas desavenças são comprovadas na passagem em que se citam algumas personalidades da época como, por exemplo:

*o coronel Almeida, deputado provincial pelo 14º districto da Bahia, tendo sido accusado de traição ao Dr. César Zama, declarou na assembléa que abandonava o seu partido. Exemplo austero e digno de imitação dada uma accusação d'essas, botemos o nosso partido fóra, como um simples collete de seda enlameado*.

Na perspectiva abordada nesta pesquisa, a crônica é entendida como documento histórico-lingüístico da época, pois se registram as manifestações e opiniões que circulavam nas ruas diante dos dois acontecimentos sociais resgatados pelo narrador: os empréstimos financeiros realizados pelo governo de D. Pedro II e o mascaramento conservador sobre a escravidão no país: *o governo até parece que quanto mais lhe falta mais lhe dão, e, ás vezes, em condições inesperadas, como o caso do nosso recente emprestimo e Ha escravos; elles proprios o são*; as eleições distritais que impulsionavam os primeiros sentimentos republicanos que se confirmaram um ano depois, em 1889, na sua Proclamação, também são tratadas pelo narrador: *não direi hoje até onde [eu] vou; vão sendo horas de ir votar (...) mas vão sendo horas de ir votar e ainda não [eu] dei conta de uma reclamação que [eu] recebi*.

A crônica 19 de abril, como documento lingüístico-histórico, apresenta a realidade de uma sociedade brasileira que se encontrava em meio a discussões políticas quanto à manutenção da figura monarca de D. Pedro II, às discussões econômicas sobre a abolição da escravidão e aos reflexos sobre a sociedade. Para tanto, Machado de Assis, ao se revestir de uma voz narrativa, inventa a trama da crônica que dialoga com as pessoas de sua sociedade, o que revela uma ficção humorística sob uma visão de mundo descomprometida e original: *De sorte que (commenta o illustre facultativo), a passar o principio, todos que tomam seu café com leite e a sobremesa saboream um prato de arroz de leite, com o indispensavel pó de canella, se devem julgar sujeitos ao regime lacteo!*

A crônica 19 de abril é um gênero documental, pois se promove como uma ação social, em que a atuação de um narrador, personagem central da trama da narrativa, apresenta a sua participação nos assuntos referentes à abolição da escravidão no país. A crônica materializa a continuidade dos assuntos trabalhados por Machado de Assis, acompanhando e abordando os fatos histórico-sociais. Nesse sentido, a contribuição desse autor recai no nascimento de um gênero de registro circunstancial, relatando o fato de o governo brasileiro recorrer a inúmeros empréstimos financeiros, porque *ao governo até parece que quanto mais lhe falta mais lhe dão, e, ás vezes, em condições inesperadas, como o caso do nosso recente emprestimo*; além disso, retratou estatísticas sobre o número de negros escravizados no Brasil, já que recebera *uma mensagem assignada por cerca de 600,000 pessoas (ainda não pude acabar a contagem dos nomes), pedindo-me que rectifique a discurso do Sr. Fernandes Villela. Ha escravos; elles proprios o são.*

Há um intimismo das relações estabelecidas entre o narrador e a própria cidade do Rio de Janeiro, pois ele menciona que a sua crônica está condicionada a um determinado acontecimento social, uma eleição distrital, conforme comprova a passagem:

*e nada; nem uma palavra, nada. Ninguem me responde; todos estão com os olhos na eleição do 1º districto. Mas, com seiscentas cédulas! Tambem eu, acabando d'aqui, lá irei dar o meu recado, por signal que já o trago décor; mas cada cousa tem o seu logar.*

Por essa razão, o recurso da metalinguagem permite perceber que a crônica 19 de abril é um documento lingüístico-histórico para a HL, pois identifica os aspectos sócio-históricos da sociedade fluminense em 1888. Essa crônica é um gênero documental que proporciona a identificação dessa sociedade, do homem brasileiro e da língua portuguesa em uso no final do

século XIX, isto é, como se organizava a sociedade, os ideais do homem político e a presença dos negros, escravizados ou não mais.

### 3.2.2. O princípio da Imanência

No documento crônica 19 de abril, a narrativa é feita em 1ª pessoa, o que revela o caráter pessoal e íntimo, já conhecido em Machado de Assis, que se aproveita da pouco solidificada estrutura da crônica, muitas vezes perdida entre as tantas notícias que se espalhavam pelos jornais, para se centrar em assuntos políticos que provocaram feridas profundas na classe aristocrática da sociedade fluminense devido às críticas realizadas. Percebe-se, então, que o autor Machado de Assis se reveste de um narrador-personagem ativo na trama da crônica, que dialoga com os cidadãos fluminenses como, por exemplo, na passagem em que revela a sua irritação quanto aos hábitos de bons modos e educação esquecidos pelas pessoas no cotidiano das eleições distritais: *que custa isto? Que custam dois dedos de boa criação? Nada. E note-se que lá fóra, mesmo quando ha eleição, ninguem se esquece dos seus deveres; ás vezes até os cumpram com mais galhardia. Esta côrte é uma terra de mal criados.*

A última fala do narrador, *esta côrte é uma terra de mal criados*, é expressiva, pois o autor Machado de Assis tem uma intencionalidade ao manifestá-la na voz do narrador: a indignação com os cidadãos que modificam seus hábitos devido à eleição distrital, visto seus desejos particulares. A irritação do narrador-personagem é um elemento fictício que dialoga com a crítica machadiana, isto é, um fato da realidade de um enunciador que destaca esses valores sociais da época na crônica.

Na crônica 19 de abril, nota-se a repulsa do narrador frente aos empréstimos realizados pelo governo, afirmando que essas práticas econômicas denegriam a imagem da figura de Pedro II, merecedor *de pôr a procissão na rua*. Esse sentimento é uma crítica dirigida ao monarca desgastado com as elites cafeeiras que, anteriormente, apoiavam-no, pois se percebia o estado de falência politico-econômica que já se encontrava o Brasil:

*só esse gosto de ver chegar o credor, de chapéu na mão, todo zumbaias, com uma bolsa debaixo do braço, tratando o devedor por magestade, palavra que dá vontade de pôr a procissão na rua.*

As palavras *credor*, *devedor*, *magestade* e *procissão* não são escolhidas de maneira aleatória; as duas primeiras estabelecem uma espécie de relação comercial que se solidificava no governo monarca, a insistência de pedir empréstimos que cobrissem as dívidas brasileiras. A esse cenário de relações comerciais, atribuiu-se a culpa à figura mais representativa da Monarquia Brasileira: a majestade D. Pedro II, que mantinha relações político-econômicas com diversos setores da sociedade, o que facilitaria essas transações.

O governo devedor e as figuras credoras são criticados pelo narrador da crônica, que se revela indignado a ponto de desejar uma *procissão* às ruas que condenem os participantes. Contudo, percebe-se que a *procissão* não é uma prestação de homenagens a todos, mas uma tentativa de criar um cenário de lamentação para o sistema político-econômico brasileiro que se revelava desestruturado pelas leis que apontavam o término do regime escravista.

Em relação ao registro escrito da língua portuguesa na crônica em análise, fez-se um levantamento das marcas referentes à ortografia e à acentuação que verificou que as palavras *affligem*, *commenta*, *illustre*, *alli*, *canella*, *tabellas*, *ellas*, *aquillo* e *collete* obedecem a um mesmo fenômeno, o da duplicação de uma consoante que está em torno de duas vogais; as palavras acima são participantes dos casos mais freqüentes, pois duplicam as letras **f**, **m** e **l**; somente as palavras *anno*, *apparente*, *supponhamos*, *aprovada*, *accionista*, *vacca* e *accusado/accusação* não se encaixam no grupo acima, pois a sua duplicação recai em **n**, **p** e **c**, respectivamente, casos menos freqüentes na língua portuguesa.

A manifestação ortográfica do aparecimento da letra **h** entre duas vogais nas palavras *philosophia* e *hypothecados* pode ser explicada pelo fato de ser uma palavra de origem grega; em *ahi*, a letra **h** servia para marcar a não existência de um ditongo na palavra. Esses casos são justificados, pois os escritores procuravam respeitar a origem etimológica das palavras, voltando-se para as línguas grega e latina durante a sua prática escrita.

A ortografia das palavras *assembléa* e *reaes* pode ser explicada pela forte ligação com a língua latina, pois a vogal **e** forma dois ditongos existentes, **ae/ea**; ainda, na palavra *assembléa*, verifica-se a presença do acento agudo na marcação da sílaba tônica, o que era uma exceção no grupo de palavras paroxítonas, pois, por analogia, em outros casos, escrever-se-ia na forma *assembléia*. As palavras *cousas* e *dous* também apresentam ditongo, **ou**, documentado na língua portuguesa desde o século X.

As palavras *acto* e *directoria* apresentam o encontro consonantal de origem latina **ct**, que pode ser explicado pela reunião dessas duas consoantes imediatas no corpo da palavra precedido de uma vogal, assim como o encontro consonantal **gn** nas palavras *signa* e

*assignada*. Nas palavras citadas, as duas letras mediais, *c* e *g*, apareciam na sua forma ortográfica, porém não eram pronunciadas, já que se caracterizavam como surdas.

Outros registros são vistos nas palavras *logar*, *comprimenta* e *comprimentados*, que apresentam a vogal *o* na primeira sílaba; na palavra *canceiras*, que se utiliza da letra *c* com som *s* na segunda sílaba; em *magestade*, encontra-se a letra *g*; em *analysou*, utiliza-se a vogal *y* na terceira sílaba, visto que a palavra é derivada do grego; na palavra *vasia*, a sonorização *z* é representada pelo *s*, o que ocorre desde a época do latim vulgar; em *promptos*, há o grupo consonantal *pt* precedido de uma vogal, já que essa palavra faz parte de um grupo vinculado às raízes gregas e latinas; em *jural-o*, percebe-se a colocação pronominal do objeto direto *o* separado da letra *l*; já em *regimen*, nota-se o registro mais próximo à língua latina, recurso comum dos escritores da época, o que confirma a tendência etimológica da ortografia da língua portuguesa.

Em relação à acentuação, as palavras *cedulas*, *politico*, *unicas*, *ridiculas*, *emprestimo*, *ultima*, *academico* e *simile* não apresentam o acento agudo para marcar a sílaba tônica, no caso a antepenúltima, sendo proparoxítonas, grupo menor de palavras na língua portuguesa. As palavras *fóra*, *devéras* e *côrte* são casos de acentuação em que se percebe a persistência na marcação gráfica da tonicidade, por meio do emprego dos acentos agudo e circunflexo; na última palavra, o acento circunflexo, ainda, indica que a vogal *o* é fechada quanto à saída da voz. No grupo das paroxítonas, apresentam ausência do acento agudo as palavras *proprio* e *lacteo*, mesmo sendo vocábulos terminados em ditongos; *ninguem* e *tambem* por serem terminadas em *m*; *indispensavel* e *agradavel*, pois são terminadas em *l*.

A palavra *ha* revela a ausência de acento agudo na marcação do monossílaboônico. Em *ás vezes*, percebe-se o recurso do acento agudo sobre o *a* inicial para indicar a contração de vozes semelhantes, isto é, *á* indica *a* mais *a*. A expressão *ce qui est nom opinion* é um estrangeirismo muito utilizado como consequência inevitável da influência cultural francesa sofrida pelos brasileiros, fator julgado como fundamental pelos escritores que sentiam a necessidade de explicarem novos fatos, idéias e objetos importados de outros ambientes.

### 3.3. CRÔNICA 2: 27 DE ABRIL DE 1888

*Bons Dias!*

*O cretinismo nas famílias fluminenses é geral. Não sou eu que o digo; é o Dr. Maximiano Marques de Carvalho. E qual a prova de tão grave asserção? O mesmo facultativo a dá n'estas palavras, que offereço a contemplação dos homens de olho fino – Não vedes todos esses individuos de pernas inchadas que se arrastam pelas ruas d'esta capital? Não vedes os que são portadores de enormes sarcocellos, e de hydrocellos e hemathocellos?*

*De mim confesso que, na rua, ando sempre distrahido. A's vezes é uma idéa, ás vezes é uma tolice, ás vezes é o proprio tolo que me distrai, de modo que não posso, em consciencia, negar nem affirmar. E depois, a minha rua habitual é a do Ouvidor, onde a gente é tanta e taes as palestras, que não ha outras ruas; deixe estar.*

*Sim, não se imagina como sou distrahido. Para não ia mais longe, ainda hontem estive a conversar com alguém sobre estes negocios de abolição e emancipação. A conversa travou-se a proposito dos vivos ao partido liberal, dados por uns escravos do Cantagallo, no acto de ficarem livres, manifestação politica tão natural, que ainda mais me confirmou na adoração da natureza. E dei um viva á natureza. O sujeito deu outro; depois, piscando o olho esquerdo, creio que foi o esquerdo, perguntou-me:*

*- A quantos de maio nasceu Porto Alegre?*

*Respondi immediatamente:*

*-De porta acima.*

*O sujeito zanga-se, chama-me pedaço d'asno, e some-se. Valha-me Deus! estou com mais esse inimigo.*

*Entretanto, foi tudo distracção. Quando elle piscou o olho, comecei eu a ruminar uma idéa que tenho, para dar emprego aos libertos que não quizerem ficar na agricultura; isto é o meu plano: augmentar o numero de criados de servir, de tal maneira que ninguem tenha menos de tres, ainda á custa de grandes sacrificios... Aqui, quem suppõe que está sendo empulhado, é o leitor; e eu digo-lhe que sim, só para ter o gosto de o desempulhar logo depois. Costuma ler os volumes da nossa legislação? Leia o de 1824; lá vem um aviso que lhe explicará tudo.*



*Foi o intendente geral da policia, mandando que ás pessoas de primeira consideração se não conceda mais que tres criados de porta acima, e ás de segunda sómente um.*

*Já o leitor começa a entender. Restaurando-se este aviso (aliás não revogado expressamente), não haverá ninguem que não queira ser de primeira consideração, com tres criados de porta acima. Por gosto, duvido que uma pessoa se deixe ficar entre as de segunda, menos ainda de terceira, que é a classe a quem provavelmente pertencia D. João Tenorio, crido de si mesmo.*

*Há de custar, bem sei; mas tirando daqui uma vela, d'alli um par de sapatinhos do Janjão, sacrificando alguns divertimentos, deixando mesmo de pagar algum credor, mais pacato, chega-se á primeira consideração, que é o fim de todos nós.*

*Eu cá, se vou para as geraes dos theatros, ou para os camarotes de terceira ordem, é porque esses logares são baratos, e a economia tambem é um enfeite publico.*

*Mas expeça amanhã algum ministro um aviso, declarando que só irão para alli as pessoas de segunda consideração, e verá onde me sento. Ou não vou mais ao theatro. Lá ver-me taxado de segunda, em publico, não é commigo.*

*Quanto ao valor historico ou politico do aviso, isso é com gente que possa puxar os collarinhos ao discurso, e dizer cousas de sociologia e outras materias; não é commigo. Não quero saber se o aviso explica o nosso vezo de tudo esperar do governo, pois que anno e meio depois da independencia até esperavamos os criados. Tambem não quero saber se é d'alli que vem a introducção da raça dos credores, filha do diabo que a carregue. Sei que hoje pode ser um modo de empregar libertos, e deixo esta idéa no papel, para não das pessoas que não tenham outras. Olhem lá, não briguem.*

*Outra idéa, que tambem aqui deixo é a de pedir á sociedade dos Dez Mil que cumpra um dos artigos dos seus estatutos. Estabelece-se alli, que uma parte dos fundos seja empregada em bilhetes de loteria.*

*Faz-se isto? Creio que não. As loterias correm, algumas têm planos excellentes, bonitos. Não me consta que a sociedade tenha comprado um decimo que seja; ao menos, ultimamente. Era até um meio de resolver a questão das duas directorias: se o bilhete dêsse, ficava a directoria A, se não dêsse, ficava a directoria B. todas as cousas aleatorias, como a loteria, algumas convicções, o a buena-dicha.*

*La bonne aventure, o gué!*

*La bonne aventure!*

*Boas noites!*

### 3.3.1. Metalinguagem e a crônica de 27 de abril

A crônica 27 de abril aborda a falta de preparação do governo e da sociedade brasileira para com os desenrolares da abolição da escravidão, denunciada por Machado de Assis, de maneira irônica e sutil, pois ele utiliza-se da voz de um narrador que trava discussões sobre a emancipação dos negros em um dos cenários mais característicos da cidade do Rio de Janeiro: a Rua do Ouvidor. Esse local, de acordo com a contextualização político-econômica feita no segundo capítulo desta pesquisa, era cenário das lojas de roupas luxuosas e das discussões políticas:

*de mim confesso que, na rua, ando sempre distraído. A's vezes é uma idéa, ás vezes é uma tolice, ás vezes é o proprio tolo que me distrai, de modo que não posso, em consciencia, negar nem afirmar. E depois, a minha rua habitual é a do Ouvidor, onde a gente é tanta e taes as palestras, que não ha outras ruas; deixe estar.*

A preocupação com os negros livres é vista, pois era comum encontrar alforriados doentes que mendigavam jogados nas ruas, fato que poderia se agravar com a promulgação da abolição do regime escravista. Essas condições são percebidas logo no início dessa crônica, ao apontar as doenças comuns encontradas nesses homens:

*não vedes todos esses individuos de pernas inchadas que se arrastam pelas ruas d'esta capital? Não vedes os que são portadores de enormes sarcocellos, e de hydrocellos e hemathocellos<sup>24</sup>?*

O ideal de riqueza e luxo das famílias brasileiras mais favorecidas é comprovado a partir da solução dada pelo narrador ao incômodo dos negros livres, sem destino na sociedade

<sup>24</sup> Tumores malignos constituídos de tecido semelhante ao conjuntivo, segundo Dicionário Aurélio.

brasileira. Para ele, cada família mais abastada financeiramente deveria empregar três escravos, mesmo que para honrar os seus pagamentos fossem feitos sacrifícios em outros destinos financeiros:

*isto é o meu plano: augmentar o numero de criados de servir, de tal maneira que ninguem tenha menos de tres, ainda á custa de grandes sacrificios... , porque há de custar, bem sei; mas tirando daqui uma vela, d'alli um par de sapatinhos do Janjão, sacrificando alguns divertimentos, deixando mesmo de pagar algum credor, mais pacato, chega-se á primeira consideração, que é o fim de todos nós.*

Percebe-se que, para o pagamentos dos negros livres, uma ou outra dívida deveria ser esquecida ou atrasada, dependendo da paciência do credor.

O narrador critica a política adotada pelo governo brasileiro e revela que o *cretinismo nas famílias fluminenses é geral*. E continua a sua crítica, pois *não sou eu que o digo; é o Dr. Maximiano Marques de Carvalho. E qual a prova de tão grave asserção? O mesmo facultativo a dá n'estas palavras, que offereço a contemplação dos homens de olho fino*, já que o apontamento de que aquela imensa massa populacional ficaria vadia nas ruas das principais cidades do país não estava sendo discutida pelos homens, *verdadeiramente políticos*, que se importavam apenas *ao valor historico ou politico do aviso, isso é com gente que possa puxar os collarinhos ao discurso, e dizer cousas de sociologia e outras materias; não é commigo*.

A fim de evitar esse problema social, porque *não quero saber se o aviso explica o nosso vezo de tudo esperar do governo, pois que anno e meio depois da independencia até esperavamos os criados*, o narrador oferece a sua idéia *de empregar libertos*, não se importando muito com a propriedade sobre ela já que deixara *esta idéa no papel, para não das pessoas que não tenham outras. Olhem lá, não briguem*.

O documento lingüístico-histórico promove-se interligado às práticas sociais da classe alta brasileira que discutia a política e a economia nas ruas fluminenses, caminhos que acabam por descrever a capital do Império do Brasil, especialmente a Rua do Ouvidor, pois para o próprio narrador *a minha rua habitual é a do Ouvidor, onde a gente é tanta e taes as palestras, que não ha outras ruas; deixe estar*. Essa construção narrativa é percebida na seqüência de palavras/expressões empregadas que simbolizam as discussões travadas pelas mais diferentes pessoas:

*a gente é tanta e taes as palestras, que não ha outras ruas → a conversa travou-se a proposito dos vivas ao partido liberal → emprego aos libertos → vezo de tudo esperar do governo.*

As expressões vão ao encontro a um significativo trecho da crônica que exemplifica a sua tematização, o implacável fim da escravidão no país e os seus impactos sociais por meio de um diálogo travado com um homem qualquer sobre os assuntos da abolição e da emancipação dos negros:

*sim, não se imagina como sou distrahido. Para não ia mais longe, ainda hontem estive a conversar com alguém sobre estes negocios de abolição e emancipação. A conversa travou-se a proposito dos vivas ao partido liberal, dados por uns escravos do Cantagallo, no acto de ficarem livres, manifestação politica tão natural, que ainda mais me confirmou na adoração da natureza. E dei um viva á natureza. O sujeito deu outro.*

As relações da crônica como gênero lingüístico-histórico estão evidenciadas na presença de um narrador que estabelece um diálogo com o leitor a partir de suas questões e inquietações para com os acontecimentos sociais como, por exemplo, o emprego de ex-escravos na cidade do Rio de Janeiro por parte das famílias de primeira consideração, isto é, as mais abastadas financeiramente:

*já o leitor começa a entender. Restaurando-se este aviso (aliás não revogado expressamente), não haverá ninguém que não queira ser de primeira consideração, com tres criados de porta acima.*

Ainda, o narrador deseja incomodar o seu leitor, pois a situação de tornar empregado assalariado um ex-escravo era uma idéia ainda não muito aceita entre as pessoas presentes daquela época:

*aqui, quem suppõe que está sendo empulhado, é o leitor; e eu digo-lhe que sim, só para ter o gosto de o “desempulhar” logo depois.*

Gabriela Kvacek Betella (2004) aponta para o fato de que a linguagem das crônicas *Bons Dias!* marca-se por uma faceta humorística em relação às notícias comentadas, revelando um estranhamento ficcional que se serve da realidade da crônica. No documento analisado, essa relação entre o contexto da sociedade fluminense no final do século XIX e a trama da crônica está marcada no estabelecimento de um diálogo do narrador com um interlocutor, que se irrita com uma distração ocorrida, deixando-o sozinho durante o debate dos ideais abolicionistas que preenchem os tópicos discursivos dos cidadãos fluminenses:

*o sujeito deu outro; depois, piscando o olho esquerdo, creio que foi o esquerdo, perguntou-me: / - A quantos de maio nasceu Porto Alegre? / Respondi imediatamente: / - De porta acima. / O sujeito zanga-se, chama-me pedaço d'asno, e some-se. Valha-me Deus! estou com mais esse inimigo.*

A crônica promove-se como um gênero documental, visto que o narrador ratifica a sua realidade histórica ao retomar artigos da primeira legislação brasileira, enquanto Estado independente, verificando se o seu leitor presente, o do final do século XIX, estava consciente da situação política vivida pelo país:

*costuma ler os volumes da nossa legislação? Leia o de 1824; lá vem um aviso que lhe explicará tudo. Foi o intendente geral da policia, mandando que ás pessoas de primeira consideração se não conceda mais que tres criados de porta acima, e ás de segunda sómente um.*

Nesse sentido, o recurso da metalinguagem permite perceber que a crônica 27 de abril é um documento lingüístico-histórico para a HL, pois identifica os aspectos sócio-históricos da sociedade fluminense em 1888. Essa crônica é um gênero documental que proporciona a identificação dessa sociedade, do homem brasileiro e da língua portuguesa em uso no final do século XIX, isto é, as discussões em torno do implacável fim da escravidão no país e os seus respectivos impactos sociais a partir da emancipação dos negros como cidadãos com direitos legais na sociedade brasileira.

### 3.3.2. O princípio da Imanência

No trecho *O cretinismo nas famílias fluminenses é geral. Não sou eu que o digo; é o Dr. Maximiano Marques de Carvalho. E qual a prova de tão grave asserção? O mesmo facultativo a dá n'estas palavras, que offereço a contemplação dos **homens de olho fino***, os destaques em negrito revelam-se expressivos para o documento, porque apontam para o fato de os cidadãos não se atentarem ao problema imediato da libertação dos negros: o ofício e o salário que caberia a cada indivíduo. Para tanto, os cidadãos são chamados de *cretinos*, já que nas discussões pelas ruas fluminenses não se encontravam tais objeções, cabendo apenas aos homens mais perspicazes, *de olho fino*, como o próprio narrador, essa preocupação.

Nas passagens *eu cá, se vou para as geraes dos theatros, ou para os camarotes de terceira ordem, é porque esses logares são baratos, e a economia tambem é um enfeito publico e mas expeça amanhã algum ministro um aviso, declarando que só irão para alli as pessoas de segunda consideração, e verá onde me sento. Ou não vou mais ao theatro. Lá ver-me taxado de segunda, em publico, não é commigo*, apreende-se a tensão vivida pelo narrador ao mostrar-se desconfortável com as possíveis economias feitas para a manutenção de um número maior de ex-escravos como trabalhadores assalariados. A iminência de um rebaixamento social irrita-o a ponto de suspender atividades diárias da classe alta da sociedade brasileira, como a ida ao teatro, por exemplo.

A visão de distração e ingenuidade do narrador acerca desses assuntos pode ser questionada, porque ele mesmo apresenta uma de suas idéias do que fazer com aquela massa de homens que sairia às ruas livremente durante os próximos dias: *comecei eu a ruminar uma idéa que tenho, para dar emprego aos libertos que não quizerem ficar na agricultura; isto é o meu plano: augmentar o numero de criados de servir, de tal maneira que ninguem tenha menos de tres, ainda á custa de grandes sacrificios*.

Em relação às manifestações ortográficas encontradas nas palavras registradas na crônica, nota-se que *offereço, sarcocellos, hydrocellos, hemathocellos, affirmar, cantagallo, sacrificios, d'alli, elle, immediatamente, commigo, collarinhos* e *excellentes* obedecem a um mesmo fenômeno, o da duplicação de uma consoante que está em torno de duas vogais; as palavras acima são participantes dos casos mais freqüentes por duplicarem as letras *f*, *l* e *m*; somente as palavras *suppõe* e *anno* não se encaixam no grupo acima, pois a sua duplicação recaí nas letras *p* e *n*, respectivamente, casos menos freqüentes na língua portuguesa.

A manifestação ortográfica do aparecimento da letra **h** entre duas vogais, em *distrahido*, é entendida, pois a palavra não admite a presença de um ditongo; em *hontem*, o **h** inicial justifica-se pelo fato de, etimologicamente, a sua grafia estar relacionada com os seus antepassados latinos; e, em *Theatro* e *hemathocellos*, a letra **h** é explicada pelo fato de ser um vocábulo de origem grega.

A ortografia das palavras *taes*, *geraes* e *idéas* são explicadas na forte ligação com a língua latina, pois a vogal **e** forma dois ditongos existentes, **ae/ea**; na última palavra, *idéas*, verifica-se a presença do acento agudo na marcação da sílaba tônica, o que era uma exceção no grupo de palavras paroxítonas, pois, por analogia, em outros casos, escrever-se-ia na forma *idéias*. Na palavra *cousas*, também se encontra um ditongo, **ou**, documentado na língua portuguesa desde o século X; em *logares*, há o registro do **o** na formação da sílaba inicial da palavra.

As palavras *acto* e *directoria* apresentam o encontro consonantal impróprio de origem latina **ct**, que pode ser explicado pela reunião de duas consoantes imediatas no corpo da palavra precedido de uma vogal, assim como na palavra *augmentar*, em que se manifesta o encontro consonantal **gm**. Essas duas letras mediais, **c** e **g**, são encontradas pelo fato de serem surdas e por possuírem origem latina. Em *distracção* e *introducção*, apresentam-se o encontro consonantal de origem latina **ct**, que é explicado pela reunião dessas duas consoantes imediatas no corpo dessa palavra, com as terminações anteriores **ão** e **ões**, derivada da língua latina que, em sua composição, era precedida de **cti** como, por exemplo, *actione*.

Quanto ao processo de acentuação, as palavras paroxítonas *individuos*, *proprio*, *consciencia*, *negocios*, *independencia* e *aleatorias* são casos em que há uma ausência do acento agudo mesmo sendo terminadas em ditongos. As palavras *proposito*, *politica* (**o**), *publico*, *historico*, *materias*, *esperavamos* e *decimo* não apresentam o acento agudo para marcar a sílaba tônica, no caso a antepenúltima, sendo proparoxítonas, grupo menor de palavras na língua portuguesa.

As palavras *sómente* e *désse* são casos de acentuação em que se percebe a persistência na marcação gráfica da tonicidade, por meio do emprego do acento agudo. As palavras *ha* e *tres* revelam a ausência de acento agudo na marcação do monossílabo tônico. Já nas palavras *alguem*, *ninguem*, *tambem*, todas terminadas no grafema **m**, na última sílaba tônica, percebe-se a mesma ausência do acento agudo. As expressões, que marcam a influência dos estrangeirismos na língua portuguesa, são *buena-dicha*, de origem espanhola e *la bonne aventure*, francesa, recurso lingüístico freqüente da época, pois as nações européias eram vistas como sinônimos de desenvolvimento e riqueza.

A apóstrofe é empregada para indicar as uniões da preposição *em* ao pronome demonstrativo *estas*, da letra *s* ao grafema vocálico *a* em *a's vezes* e da letra *d*, que representa a preposição *de*, ao substantivo *asno*; o seu uso indica que existe uma vogal suprimida, no caso *a*, *e*, respectivamente. Na expressão *ás vezes é*, percebe-se o recurso do acento agudo sobre o *a* inicial para indicar a contração de vozes semelhantes, isto é, *á* indica *a* mais *a*; em *dei um viva á natureza* e *chega-se á primeira*, também se encontram o recurso do acento agudo do *a* inicial para indicar a contração de vozes semelhantes, que media a relação entre o verbo transitivo direto e indireto *dar* e o verbo transitivo indireto *chegar* junto aos seus objetos indiretos *natureza* e *primeira consideração*, respectivamente.



### 3.4. CRÔNICA 3: 11 DE MAIO DE 1888

*Bons Dias!*

*Vejam os leitores a differença que ha entre um homem de olho alerta, profundo, sagaz, proprio para remexer o mais intimo das consciencias (eu em summa), e o resto da população.*

*Toda a gente contempla a procissão na rua, as bandas e bandeiras, alvoroço, o tumulto, e applaude ou censura, segundo é abolicionista ou outra cousa; mas ninguem dá a razão d' esta cousa ou d' aquella cousa aos factos uma significação e, depois, uma opinião. Creio que fiz um verso.*

*Eu, pela minha parte, não tinha parecer. Não era por indifferença; é que me custava a achar uma opinião. Alguem me disse que isto vinha de que certas pessoas tinham duas e tres, e que naturalmente esta injusta accumulção trazia a miseria de muitos; pelo que, era preciso fazer uma grande revolução economica, etc. Compreendi que era um socialista que me faltava, e mandei-o à fava. Foi outro verso, mas vi-me livre de um amolador. Quantas vezes me não acontece o contrario!*

*Não foi o acto das alforrias em massa dos ultimos dias, essas alforrias incondicionaes, que vêm cahir como estrellas no meio da discussão da lei da abolição. Não foi; porque esses actos são de pura vontade, sem a menor explicação. Lá que eu gosto da liberdade, é certo; mas o principio da propriedade não é menos legitimo. Qual d' elles escolheria? Vivia assim, como uma peteca (salvo seja), entre as duas opiniões, até que a sagacidade e profundeza do espirito com que Deus quiz compensar a minha humildade, me indicou a opinião racional e os seus fundamentos.*

*Não é novidade para ninguém, que os escravos fugidos, em Campos, eram alugados. Em Ouro Preto fez-se a mesma cousa, mas por um modo mais particular. Estavam alli muitos escravos fugidos. Escravos, isto é, individuos que, pela legislação em vigor, eram obrigados a servir a uma pessoa; e fugidos, isto é, que se haviam subtrahido ao poder do senhor, contra as disposições legaes. Esses escravos fugidos não tinham occupação; lá veiu, porém, um dia em que acharam salario, e parece que bom salario.*

*Quem os contractou? Quem é que foi a Ouro Preto contractar com esses escravos fugidos aos fazendeiros A, B, C?*

*Foram os fazendeiros D, E, F. Estes é que sahiram a contractar com aquelles escravos de outros collegas, e os levaram consigo para as suas roças.*

*Não quiz saber mais nada; desde que os interessados rompiam o direito commum, é que a questão passava a ser de simples luta pela vida, e em, em todas as lutas, estou sempre do lado do vencedor. Não digo que este procedimento seja original, mas é lucrativo. Alguns não me comprehenderam (porque ha muito burro n'este mundo); alguém chegou a dizer-me que aquelles fazendeiros fizeram aquillo, não porque não vissem que trabalhavam contra a propria causa, mas para pregar uma peça ao Clapp. Imagina-se bem se arregalei os olhos.*

*- Sim, senhor. Saiba que o Clapp tinha o plano feito de ir a Ouro Preto pegar os taes escravos e restitui-os aos senhores, dando-lhes ainda uma pequena indemnisação do seu bolsinho, e pagando elle mesmo a sua passagem da estrada de ferro. Foi isso que...*

*- Mas então quem é que está aqui doudo?*

*- É o senhor; o senhor é que perdeu o pouco juízo que tinha. Aposto que não vê que anda alguma cousa no ar.*

*- Vejo; creio que é um papagaio.*

*- Não senhor; é uma república. Querem ver que tambem não acredita que esta mudança é indispensavel?*

*- Homem, eu, a respeito de governos, estou com Aristoteles, no capítulo dos chapéus. O melhor chapéu é o que vai bem á cabeça. Este, por ora, não vai mal.*

*- Vai pessimamente. Está sahindo dos eixos; é preciso que isto seja, senão com a monarchia, ao menos com a republica, aquillo que dizia o Rio-Post de 21 de junho do anno passado. Você sabe alemão?*

*- Es durfie leicht ru emoeisen sein, dass Brasilien voeniger eine konstitutionelle Monarchie els eine absolute oligarchie ist.*

*- Mas que quer isto dizer?*

*- Que é d'este ultimo tronco que deve brotar a flor.*

*- Que flor?*

*- As.*

*Boas noites!*

### 3.4.1. Metalinguagem e a crônica de 11 de maio

Na crônica, o autor Machado de Assis reconstrói o pensamento defendido pelo grupo político mais conservador brasileiro, que dependia economicamente do sistema escravagista, dividido em: os negociantes que comercializavam o tráfico de escravos e os senhores de fazendas de café que se utilizavam da mão de obra negra como força de trabalho escrava. Esse pensamento recai no fato de que esses dois setores comerciais desejavam o pagamento de indenizações por parte do governo, já que seriam atingidos por sérios prejuízos financeiros:

*o plano feito de ir a Ouro Preto pegar os taes escravos e restitui-os aos senhores, dando-lhes ainda uma pequena indemnisação do seu bolsinho, e pagando elle mesmo a sua passagem da estrada de ferro. Foi isso que...*

Nessa perspectiva, materializaram-se os ideais defendidos pelas correntes mais conflitantes acerca da escravidão, os escravagistas e os abolicionistas. Essa tensão social está marcada na voz de um narrador que, aparentemente, se mostra confuso quanto a esses dois pensamentos, não sabendo por qual decidir:

*lá que eu gosto da liberdade, é certo; mas o principio da propriedade não é menos legitimo. Qual d'elles escolheria? Vivia assim, como uma peteca (salvo seja), entre as duas opiniões, até que a sagacidade e profundeza do espirito com que Deus quiz compensar a minha humildade.*

Não só o narrador apresentava-se confuso quanto à posição frente à abolição da escravidão, pois ele recupera que boa parte da sociedade ainda não tinha decidido por qual optaria, comprovando o clima de opinião no final do século XIX:

*toda a gente contempla a procissão na rua, as bandas e bandeiras, alvoroço, o tumulto, e applaude ou censura, segundo é abolicionista ou outra cousa; mas ninguem dá a razão d'esta cousa ou d'aquella cousa aos factos uma significação e, depois, uma opinião.*

Os primeiros sintomas do implacável fim da escravidão no país e os seus impactos sociais relacionam-se à participação do narrador no que se refere à emancipação e à abolição dos negros escravos, conforme a seqüência formada pelas palavras/expressões:

*aplaude ou censura, segundo é abolicionista ou outra cousa → acto das alforrias em massa dos ultimos dias → escravos fugidos, em Campos, eram alugados → dando-lhes ainda uma pequena indemnisação do seu bolsinho → república.*

Para tanto, tais expressões convergem para o autor Machado de Assis utilizar-se da sua marca mais comum, a ironia, que mostrava ao leitor o fato de os negros não se dirigirem para a luz em relação à liberdade, visto que, a fim de evitar o agravamento do problema econômico, fundado nos prejuízos financeiros dos comerciantes e senhores de escravos, aqueles novos homens livres foram transferidos para um sistema econômico-comercial opressivo e miserável:

*não é novidade para ninguém, que os escravos fugidos, em Campos, eram alugados. Em Ouro Preto fez-se a mesma cousa, mas por um modo mais particular. Estavam alli muitos escravos fugidos. Escravos, isto é, individuos que, pela legislação em vigor, eram obrigados a servir a uma pessoa; e fugidos, isto é, que se haviam subtraído ao poder do senhor, contra as disposições legais.*

Outro assunto que surge em paralelo aos ideais da abolição da escravidão é o do iminente regime republicano. A explicação proposta pelo narrador para a ligação desses dois pensamentos dá-se pelo fato de que nem a mudança do sistema político em vigência no Brasil acarretaria as transformações sócio-econômicas para nenhuma das classes sociais brasileiras, visto que a oligarquia governante manter-se-ia nos cargos públicos e os negros trabalhadores continuariam a ser explorados por sua força de trabalho:

*- Não senhor; é uma república. Querem ver que também não acredita que esta mudança é indispensavel? / - Homem, eu, a respeito de governos, estou com Aristoteles, no capítulo dos chapéus. O melhor chapéu é o que vai bem á cabeça. Este, por ora, não vai mal. / - Está sahindo dos eixos; é preciso que isto seja, senão com a monarchia, ao menos com a republica, aquillo que dizia o Rio-Post de 21 de junho do anno passado.*

Na crônica 11 de maio, pode-se confirmar a idéia de que Machado de Assis, revestido por uma voz de um narrador, relatou uma sociedade próxima à abolição da escravidão e, também, à transição para o regime republicano. Essa sociedade brasileira que começava a se configurar não repercutiu as mudanças esperadas, mas confirmava a continuidade de seu pensamento, pois se acentuavam as formas de dominação da elite em um suposto mercado de trabalho assalariado justo:

*não foi o acto das alforrias em massa dos ultimos dias, essas alforrias incondicionaes, que vêm cahir como estrellas no meio da discussão da lei da abolição (...) esses escravos fugidos não tinham occupação; lá veiu, porém, um dia em que acharam salario, e parece que bom salario.*

A crônica 11 de maio estabelece uma distinção entre o narrador e o restante da sociedade e de seus leitores presentes:

*vejam os leitores a differença que ha entre um homem de olho alerta, profundo, sagaz, proprio para remexer o mais intimo das consciencias (eu em summa), e o resto da população.*

Nesse sentido, pode-se afirmar que ele se auto-caracteriza superior em relação aos outros cidadãos fluminenses, os seus leitores imediatos, e essa elevação psicológica, *alguns não me comprehenderam (porque ha muito burro n'este mundo)*, reforça a idéia de um narrador “informal” e narcisista, cujo prazer é mostrar-se superior a todos que não acompanhavam o seu pensamento.

Nesse documento lingüístico-histórico-literário, é visível a preocupação do narrador em manifestar-se a todo o momento, marcando-se pela insistente presença de pronomes pessoais na primeira pessoa do singular, acompanhados dos seus respectivos verbos:

*eu, pela minha parte, não tinha parecer. Não era por indifferença; é que me custava a achar uma opinião. Alguem me disse que isto vinha de que certas pessoas tinham duas e tres, e que naturalmente esta injusta accumulção trazia a miseria de muitos.*

As suas opiniões e escolhas acerca da escravidão ficam evidentes durante o levantamento desses indícios na leitura do documento, especificamente a partir da constatação de que ainda não estava decidido por qual lado optar:

*Lá que eu gosto da liberdade, é certo; mas o principio da propriedade não é menos legitimo. Qual d'elles escolheria?*

A crônica 11 de maio caracteriza-se como um gênero documental a partir do fato de o narrador identificar dois locais que representam todo o país, visto que a questão da fuga de escravos era uma situação constante nos anos próximos à assinatura da lei Áurea. Assim, esses cenários são percorridos e encontrados nesse documento:

*não é novidade para ninguém, que os escravos fugidos, em Campos, eram alugados. Em Ouro Preto fez-se a mesma cousa, mas por um modo mais particular. Estavam alli muitos escravos fugidos. Escravos, isto é, individuos que, pela legislação em vigor, eram obrigados a servir a uma pessoa.*

Nesse sentido, o recurso da metalinguagem permite perceber que a crônica 11 de maio é um documento lingüístico-histórico para a HL, pois identifica os aspectos sócio-históricos da sociedade fluminense em 1888. Essa crônica é um gênero documental que proporciona a identificação dessa sociedade, do homem brasileiro e da língua portuguesa em uso no final do século XIX, isto é, percebe-se a tensão social que dividia o pensamento em duas correntes opostas: o grupo político mais conservador brasileiro que defendia o sistema escravagista *versus* os ideais abolicionistas que impulsionavam a abolição.

### **3.4.2. O princípio da imanência**

No documento crônica 11 de maio, recorta-se *um homem de olho alerta, profundo, sagaz, proprio para remexer o mais intimo das consciencias*, em que a expressão *homem de olho* não significa um indivíduo portador de um único globo ocular, mas um cidadão consciente, dotado de grande sabedoria e inteligência, capaz de perceber uma série de acontecimentos sutis que não são compreendidas pela maioria das pessoas. Essa expressão está caracterizada pelas palavras *alerta, profundo* e *sagaz*, que funcionam como elementos

caracterizadores que assumem um valor conotativo no texto, aumentando a relevância da auto-caracterização feita pelo próprio narrador em detrimento da sociedade fluminense.

A expressão *mandei-o à fava* aponta para o emprego de uma expressão popular que indica a irritação do narrador ao se deparar com pessoas que somente discutiam que a saída para as injustiças sociais brasileiras estaria em algum tipo de revolução política como, por exemplo, a socialista, citada pelo narrador: *era preciso fazer uma grande revolução economica, etc. Compreendi que era um socialista que me faltava, e mandei-o à fava*. A significação assumida na crônica é maior do que se despedir de alguém que o incomoda, mas de demonstrar desprezo a essa pessoa.

O narrador, ao empregar *Lá que eu gosto da liberdade, é certo; mas o principio da propriedade não é menos legitimo. Qual d'elles escolheria? Vivia assim, como uma peteca (salvo seja), entre as duas opiniões*, revela uma série de palavras que se apresentam expressivas para a compreensão da leitura da crônica. A expressão *principio da propriedade* pode ser entendida como referência direta à manutenção do regime escravista, suavizando a idéia de que o narrador poderia ser favorável à escravidão; ainda, essa idéia é contrária à palavra *liberdade*, formando a oposição lingüística que materializou a tensão do pensamento da época. Assim, o narrador compara sua vida como a de uma *peteca*, não uma pequena bola achatada e leve, guarnecida de penas, mas a uma ação lançada sobre ela, isto é, de que o narrador pendia a sua opinião para os dois lados opostos.

Outra comparação feita por Machado de Assis é encontrada na reflexão sobre a importância da transição do regime monárquico para o republicano, como uma das saídas mais rápidas para obter a extinção do regime escravista no Brasil. O narrador compara esses regimes a partir da metáfora com o filósofo grego Aristóteles: *Homem, eu, a respeito de governos, estou com Aristoteles, no capítulo dos chapéus. O melhor chapéu é o que vai bem á cabeça. Este, por ora, não vai mal*.

Em relação aos registros escritos das palavras, oferecem-se as composições ortográficas como, por exemplo, *diferença, summa, d'aquella, aquelles, aquillo, indifferença, estrellas, d'elles, alli, collegas, commum*, que obedecem a um mesmo fenômeno, o da duplicação de uma consoante que está em torno de duas vogais; as palavras acima são participantes dos casos mais frequentes por duplicarem as letras **f**, **l** e **m**; somente as palavras *acumulação, ocupação, applaude* e *anno* não se encaixam no grupo acima, pois a sua duplicação recai em **c**, **p** e **n**, respectivamente, casos menos frequentes.

A manifestação ortográfica do aparecimento da letra **h** entre duas vogais, nas palavras *compreendi, compreenderam, cahir, sahiram* e *sahindo*, é explicada pelo fato de as

palavras não admitirem a presença de um ditongo. Na palavra *monarchia*, percebe-se o encontro consonantal **ch** devido à representação sonora que equivalia ao **k**, o que confirma que essa representação ortográfica relacionava-se à escrita etimológica das palavras.

Em relação às palavras *legaes*, *taes* e *incondicionaes*, pode-se explicar a ortografia encontrada pela forte ligação com a língua latina, pois o grafema **e** forma dois ditongos existentes, **ae/ea**; nas palavras *cousa* e *doudo*, também se encontram um ditongo, **ou**, documentado na língua portuguesa desde o século X; e, na palavra *veiu*, há o registro da vogal **u** como átona final.

As palavras *facto*, *acto (s)* e *contractou/contractar* apresentam o encontro consonantal impróprio de origem latina **ct**, que pode ser explicado pela reunião de duas consoantes imediatas no corpo da palavra, precedido de uma vogal. A palavra *quiz* apresenta a letra **z**, visto que é um verbo derivado da língua latina; já em *indemnisação*, percebe-se o encontro **mn** junto à vogal **e**, que pode ser explicado por pertencer ao grupo que tomava a sua escrita a partir do latim e do grego; além disso, há a presença da letra **s** na posição sonora **z**, pois conservou as raízes latinas na formação do substantivo terminado em *ação*.

As palavras *ha* e *tres* revelam a ausência de acento agudo na marcação do monossílabo tônico. As palavras paroxítonas *proprio*, *propria*, *consciencias*, *miseria*, *contrario*, *principio*, *individuos* e *salario* não recebem o acento agudo, mesmo sendo terminadas em ditongos, o que se refere à lei do menor esforço na língua portuguesa, assim como *ninguem*, *alguem* e *tambem*, terminadas no grafema **m**, na última sílaba tônica, e, também, em *indispensavel* na última sílaba tônica terminada no grafema **l**.

As palavras *economica*, *ultimo (s)*, *espírito*, e *republica* não apresentam o acento agudo para marcar a sílaba tônica, no caso a antepenúltima, sendo proparoxítonas, grupo menor de palavras na língua portuguesa. Já em *subtraihdo* e *juizo*, percebe-se a ausência do acento agudo para marcar a vogal **i** na posição de hiato como sílaba tônica; ainda, em *subtraihdo*, aparece a letra **h** que é explicada pelo fato de essa palavra não admitir a presença de um ditongo.

No final da crônica, o narrador faz uso de uma oração em alemão, *es durfie leicht ru emoeisen sein, dass Brasilien voeniger eine konstututionelle Monarchie els eine absolute oligarchie ist (...)* que indica as influências estrangeiras sobre a produção artístico-cultural brasileira, visto que, no início do século XIX, os escritores alemães tiveram uma relevante participação no cenário literário devido aos primeiros indícios das tendências românticas.



### 3.5. CRÔNICA 4: 19 DE MAIO DE 1888

*Bons Dias!*

*Eu pertenço a uma família de prophetas après coup, post facto, depois do gato morto, ou como melhor nome tenha em hollandez. Por isso digo, e juro se necessario fôr, que toda a historia d'esta lei de 13 de maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha, pessoa dos seus dezoito annos, mais ou menos. Alforrial-o era nada; entendi que, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar.*

*N'este jantar, a que os meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor, reuni umas cinco pessoas, comquanto as noticias dissessem trinta e tres (annos de Christo), no intuito de lhe dar um aspecto symbolico.*

*No meio do golpe (coup du milieu, mas eu prefiro falar a minha língua), levantei-me eu com a taça de champagne e declarei que, acompanhando as idéas pregadas por Christo, há dezoito seculos, restituia a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia que a nação inteira devia acompanhar as mesmas idéas e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus, que os homens não podiam roubar sem peccado.*

*Pancrácio, que estava á espreita, entrou na sala, como um furacão, e veiu a abraçar-me os pés. Um dos meus amigos (creio que é ainda meu sobrinho), pegou de outra taça, e pediu á illustre assembléa que correspondesse ao acto que eu acabava de publicar, brindando ao primeiro dos cariocas. Ouvi cabisbaixo; fiz outro discurso agradecendo, e entreguei a carta ao molecote. Todos os lenços comovidos apanharam as lagrimas de admiração. Cahi na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi muitos cartões. Creio que estão pintando o meu retrato, e suponho que a oleo.*

*No dia seguinte, chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:*

*- Tu és livre, pódes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...*

*- Oh! meu senhô! Fico.*

*-... Um ordenado pequeno, mas que ha de crescer. Tudo cresce n'este mundo; tu cresceste immensamente. Quando nasceste, eras um pirralho d'este tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...*

*- Ártura não qué dizê nada, não, senhô...*

- *Pequeno ordenado, repito, uns seis mil réis; mas é de grão em grão que a gallinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma gallinha.*

- *Eu vaio um galo, sim, senhô.*

- *Justamente. Pois seis mil réis. No fim de um anno, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete.*

*Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um titulo que lhe dei. Elle continuava livre, eu de máu humor; eram dois estados naturaes, quasi divinos.*

*Tudo comprehendeu o meu bom Pancrácio; d'ahi para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo; cousas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre.*

*O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes, da abolição legal, já eu, em casa, na modestia da familia, libertava um escravo, acto que commoveu a toda a gente que d'elle teve noticia; que esse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar (simples supposição) é então professor de philosophia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente politicos, não são os que obedecem á lei, mas os que se antecipam a ella, dizendo ao escravo: és livre, antes que o digam os poderes publicos, sempre retardatarios, tropegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu.*

*Boas noites!*

### **3.5.1. Metalinguagem e a crônica de 19 de maio**

No documento analisado, pode-se afirmar que a crônica observa a escravidão em uma perspectiva individual, isto é, a alforria de um escravo, Pancrácio<sup>25</sup>, figura relevante das discussões brasileiras, pois a sua liberdade refletia a mão de obra dos cafezais e das cidades, como o Rio de Janeiro: *tratei de alforriar um molecote que tinha, pessoa dos seus dezoito annos, mais ou menos*. O narrador oferece ao seu ex-escravo moradia e salário mínimo, caso ele continuasse a prestar seus serviços, permitindo perceber a condição histórica do negro

<sup>25</sup> Segundo o Dicionário Aurélio, o termo *Pancrácio* assume dois sentidos diferentes; é um substantivo masculino, de origem grega, que designava um sistema de luta livre entre os gregos **ou**, na linguagem popular, significa homem tolo, pateta, simplório.

livre apenas no âmbito legal, porque continuou por muito tempo em uma situação de miséria e de ignorância comparável aos tempos de escravidão, pois em nenhum momento foi preparado para compreender as modificações sociais dessa mudança estrutural na sociedade brasileira: *pequeno ordenado, repito, uns seis mil réis; mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha.*

A continuidade do pensamento escravista, mesmo após a abolição, é percebida na leitura da crônica, visto que revela o tratamento recebido pelos negros livres que continuavam à mercê da tradição do tronco e do castigo desumano:

*Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade (...) Elle continuava livre, eu de máu humor; eram dois estados naturaes, quasi divinos e Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; d'ahi para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo.*

Outro argumento que surge para corroborar esse tratamento era a suposta inocência no entendimento da idéia de liberdade por Pancrácio que continuava a suportar *cousas [que ele recebe] humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre* e pelo seu ex-dono, o narrador da crônica, que ainda não conseguia se adequar aos supostos *efeitos da liberdade*.

A manutenção desse pensamento escravista explicita-se no decorrer da crônica, pois o empregador de um ex-escravo aproveitava-se da ingenuidade e da falta de instrução do próprio negro, que não sabia ao certo o que significava moeda, para continuar o seu processo de exploração:

*pequeno ordenado, repito, uns seis mil réis; mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha.*

A fala do narrador, que se reveste como membro da classe alta da sociedade e ex-dono de escravos, e a resposta *eu vaio um galo, sim, senhô*, dada pelo recém negro livre apresentam-se a realidade subumana<sup>26</sup> vista nas baixas quantias de dinheiro oferecidas a esses trabalhadores livres, pois segundo Emília Viotti da Costa (1997), uma camisa normal custava

---

<sup>26</sup> No capítulo dois desta Dissertação, são trabalhadas as condições do homem negro durante os anos próximos à abolição da escravidão.

três mil-réis, a metade de seu salário, sobrando-lhe outra metade para moradia, alimentação e o restante das vestimentas.

O narrador da crônica assinala o desejo de anunciar a sua participação relevante frente à abolição da escravidão, já que acredita que *toda a historia d'esta lei de 13 de maio estava por ele antevista antes mesmo dos debates*. Por essa razão, assumindo esse tom profético, pois acompanhava as idéias de Jesus Cristo, salvador da humanidade, ele tratou de libertar seu escravo particular, Pancrácio, *um molecote que tinha, pessoa dos seus dezoito annos, mais ou menos*.

A realidade contextual dessa crônica é trabalhada junto a uma literariedade, a partir das situações vivenciadas pelo narrador com seu ex-escravo e, agora, novo empregado, que converge para a problemática da sociedade em assimilar a sua nova condição, a de empregadora de ex-escravos, já que a lei Áurea já estava em vigor há quase uma semana:

*tudo comprehendeu o meu bom Pancrácio; d'ahi para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo; cousas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre (...)*.

Desse acontecimento central, encontram-se as situações que evidenciam a necessidade de o narrador encontrar testemunhas para a execução desse ato, fazendo com que as notícias fossem partilhadas não apenas naquela residência, mas também em toda sociedade fluminense por meio dos jornais. Assim, o narrador caracteriza a própria residência como local em que toda história se centra: *já eu, em casa, na modestia da familia, libertava um escravo, acto que commoveu a toda a gente que d'elle teve noticia*.

Percebe-se, também, o fato de toda a trama ser narrada em um único ambiente, a casa do narrador, que pode ser entendido como um espaço que caracterizava a camada mais alta da sociedade fluminense que passaria a ser a empregadora dessa massa de homens negros livres. Nesse sentido, a crônica reforça a idéia de que a casa era um dos cenários preferidos para os escritores, pois era “palco” de discussões político-sociais que, em muitos casos, tentavam fragmentar as máscaras sociais, revelando as opiniões de pessoas (personagens) sobre, por exemplo, a abolição da escravidão.

As personagens convidadas para o jantar testemunham a passagem de um escravo para trabalhador livre, mediada pelo narrador da crônica que instaura uma dinâmica que se impõe devido à temporalidade da história da libertação do escravo, a consagração do ato e as suas conseqüências para o narrador da crônica. Não contente em ter tais testemunhas, ele convida

outros participantes para seu ato, habitantes da cidade do Rio de Janeiro, o leitor da crônica, participante ativo, pois *n'este jantar, a que os meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor, reuni umas cinco pessoas, comquanto as noticias dissessem trinta e tres (annos de Christo), no intuito de lhe dar um aspecto symbolico.*

A palavra *banquete* e o trecho resgatado *reuni umas cinco pessoas, comquanto as noticias dissessem trinta e tres* são expressivos para o texto. Em um primeiro momento, revela-se a prática social da reunião do *jantar*, exercício comum daquela época, unindo amigos a troco de alguma aclamação social notória, mas que recebe o status de *banquete*, simbolizando a união do narrador aos seus fiéis amigos, ou também, seus apóstolos, já que o *jantar-banquete* adquire um caráter solene como, por exemplo, a *Santa Ceia*, conforme o reforço argumentativo da presença das idéias de *Christo*.

Em um segundo momento, tanto o leitor da crônica, como também as cinco pessoas presentes de corpo e alma, foram testemunhas de uma passagem exemplar daquele ex-senhor de escravos. Nessa ação, desvenda-se que as pessoas presentes eram cinco, porém para aclamar ainda mais o ato que se desenrolou em sua casa, o narrador desejava que *as noticias dissessem trinta e três (anos de Cristo)*, a fim de garantir-lhe, como ele mesmo ressaltou, *um aspecto symbolico* ao ato.

Na crônica 19 de maio, esse cenário criado pelo narrador, da suposta libertação de um escravo e da visibilidade política desse ato, é percebido pela seqüência de palavras/expressões utilizadas que vão ao encontro do tema dessa crônica:

*lei de 13 de maio → alforriar um molecote → tens mais um pequeno ordenado → efeitos da liberdade → abolição legal → poderes publicos → justiça → ser deputado → homens puros, grandes e verdadeiramente politicos.*

Ao promulgar a liberdade ao seu escravo Pancrácio, o narrador comprova a relevância dessa crônica como um documento histórico-lingüístico-literário da época, porque solidifica a relação entre o registro feito pela língua portuguesa dos acontecimentos históricos que marcaram as relações sociais entre as pessoas no fim do século XIX, isto é, os reflexos do término do regime escravista. Entretanto, no último parágrafo da crônica, percebe-se que esse ato tinha um interesse particular do narrador, denunciando que parte das relações particulares dos cidadãos brasileiros marcara-se nos diferentes atos públicos:

*quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes, da abolição legal, já eu, em casa, na modestia da família, libertava um escravo, acto que commoveu a toda a gente que d'elle teve noticia (...) que os homens puros, grandes e verdadeiramente politicos, não são os que obedecem á lei, mas os que se antecipam a ella, dizendo ao escravo: és livre, antes que o digam os poderes publicos, sempre retardatarios, tropegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu.*

Nessa perspectiva, o recurso da metalinguagem permite perceber que a crônica 19 de maio é um documento lingüístico-histórico para a HL, pois registra os primeiros dias pós-abolição da escravidão e os seus impactos iniciais da sociedade fluminense em 1888. Essa crônica é um gênero documental que proporciona a identificação dessa sociedade, do homem brasileiro e da língua portuguesa em uso no final do século XIX, isto é, a libertação do escravo Pancrácio discute a continuidade do pensamento escravista mesmo após a abolição, visto o tratamento desumano recebido pelos negros livres.

### 3.5.2. O princípio da Imanência

Após a confirmação da alforria de seu escravo, o narrador relata que Pancrácio, *que estava á espreita, entrou na sala, como um furacão, e veio a abraçar-me os pés*, utilizando-se de palavras e expressões que acabam por desempenhar um papel relevante na crônica. A palavra *furacão* não se refere ao substantivo que significa um ciclone, em que os ventos formados atingem alta velocidade, mas é empregado como um adjetivo que assume o sentido da enorme gratidão de Pancrácio a seu senhor, revelando a submissão existente entre as classes sociais que figuravam na sociedade fluminense: os senhores e os escravos.

*Em um dos meus amigos (creio que é ainda meu sobrinho), pegou de outra taça, e pediu á illustre assembléa que correspondesse ao acto que eu acabava de publicar, **brindando ao primeiro dos cariocas**. Ouvi cabisbaixo; fiz outro discurso agradecendo, e entreguei a carta ao molecote. **Todos os lenços comovidos apanharam as lagrimas de admiração**. Cahi na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi muitos cartões. Creio que estão pintando o meu retrato, e suponho que a oleo, as expressões em negrito revelam a aclamação da notoriedade buscada pelo narrador, visto que ele recebera *muitos cartões*, que o parabenizavam pelo gesto de ser o primeiro habitante da capital do Império do Brasil a abolir a escravidão, antes mesmo que a regente Princesa Isabel.*

Esse ato é ressaltado a partir da comoção percebida nas lágrimas que admiravam a sua humanidade e o seu desprendimento de libertar um bem material como um escravo. Por essa razão, o narrador afirma que *estão pintando o [seu] retrato, e [supõe] que a óleo*, registrando esse momento único por meio de uma das técnicas mais dificultosas da arte pictórica, reflexo de luxo, grandiosidade e moda das famílias brasileiras que desejavam acompanhar a Coroa no registro familiar, a partir da importação dos valores franceses neoclássicos.

O narrador promulga o ato comparando-o a uma espécie de cerimônia ecumênica, pois, ao levantar a taça, o narrador, *acompanhando as idéas pregadas por Christo, há dezoito séculos*, mesmo ela tendo durado três séculos, no Brasil, restituía a condição de liberdade a Pancrácio. Nesse gesto de igualdade entre os homens, o narrador relembra que ser livre era um *dom de Deus, que os homens não podiam roubar sem peccado*, absolvendo-se de todo o mal acerca do regime da escravidão, no qual participara até aquele presente momento.

Cria-se, portanto, uma cena em que a **liberdade divina** opõe-se à **escravidão pecadora**, o que busca aproximar o narrador a Jesus Cristo, já que, no momento do *acto que acabava de publicar*, retratou-se a humildade do serviçal à figura senhoril, pois Pancrácio mantém-se aos seus pés, assim como afirma o discurso teológico, em que os fiéis se encontravam aos pés de Jesus Cristo. Assim, promulgam-se a **absolvição** e a **santificação** do narrador a partir do seu gesto, já que *Pancrácio (...) veio a abraçar-me os pés*.

Em relação à língua portuguesa em uso no século XIX, apontam-se as manifestações ortográficas encontradas na crônica nas palavras *gallinha, efeitos, hollandez, immensamente, illustre, ella* e *elle* que obedecem a um mesmo fenômeno, o da duplicação de uma consoante que está em torno de duas vogais; as palavras acima são participantes dos casos mais freqüentes por duplicarem as letras **f**, **l** e **m**; somente as palavras *peccado* e *annos* não se encaixam no grupo acima, pois a sua duplicação recai em **c** e **n**, respectivamente, casos menos freqüentes.

O diálogo estabelecido entre o narrador e Pancrácio também refletem o emprego de expressões populares, questão extremamente relevante para a constituição da língua portuguesa em uso no Brasil. Aqui, tais empregos evidenciam-se na comparação feita pelo narrador quanto à quantia de dinheiro destinada para o pagamento dos trabalhos de seu recém trabalhador livre:

*pequeno ordenado, repito, uns seis mil réis; mas é de grão em grão que a gallinha enche o seu papo.*

Há outras expressões que resgatam a tradição popular na crônica, os provérbios que são empregados pelas pessoas na tentativa de explicar os acontecimentos cotidianos: *eu pertenço a uma família de profetas (...) depois do gato morto; entendi que, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar.*

Essas expressões populares ajeitam-se nessa crônica para que a língua portuguesa retratada carregasse uma afetividade brasileira, já que são marcas da linguagem encontrada nas ruas das cidades. Nessas expressões populares, percebe-se, ainda, uma característica do gênero literário crônica, que se utiliza de uma linguagem solta, não tão carregada de formalidade das costumeiras produções literárias escritas, percebida no tratamento do narrador ao seu ex-escravo, que lhe chamava de *besta quando lhe não chamo filho do diabo.*

Já a influência de africanismos, em obras escritas por autores literários, pode ser percebida nas falas do próprio Pancrácio:

- *Oh! meu senhô! Fico / - Ártura não qué dizê nada, não, senhô... / - Eu vaio um galo, sim, senhô.*

O ex-escravo representa o falar dos negros que não tiveram acesso às letras da escolarização e que, portanto, não tinham o domínio da língua culta; além disso, outro fator que corrobora para o emprego dessa variação lingüística recai no fato de que a grande maioria dos negros aprendeu a língua portuguesa com seus ancestrais ou com os capatazes das fazendas de açúcar ou café.

Ainda, percebe-se a ingenuidade do ex-escravo em aceitar os valores oferecidos pelo narrador em troca da sua força de trabalho, o que reforça a idéia de que as relações comerciais ainda se sustentavam no pensamento escravocrata; além disso, a ignorância desse homem converge para o segundo sentido encontrado para o termo *pancrácio*, indivíduo idiota, pateta, simplório, podendo-se afirmar que, ao nomeá-lo na crônica, o autor Machado de Assis optou pela segunda acepção, a fim de caracterizar a ingenuidade/ignorância do homem recém-liberto.

A manifestação ortográfica do aparecimento da letra **h** entre duas vogais, nas palavras *compreendeu*, *ahi* e *Christo*, é explicada pelo fato de que elas não admitem a presença de um ditongo. As palavras *prophetas* e *philosophia* apresentam o **ph** para a reprodução do som **f**, o que pode ser explicado pelo fato de que essas palavras serem de origem grega e, nessa perspectiva, os gramáticos procuraram respeitar essa representação gráfico-etimológica.



Em relação às palavras, *naturaes*, *assembléa* e *idéas*, pode-se explicar a ortografia encontrada pela forte ligação com a língua latina, pois o grafema *e* forma dois ditongos existentes, *ae/ea*; ainda, esses dois últimos vocábulos são acentuados pelo fato de serem exceções dentro das palavras paroxítonas que, por analogia, se escreveriam melhor nas suas respectivas formas, *assembléias* e *idéias*. Na palavra *cousas*, também se encontra um ditongo, *ou*, documentado na língua portuguesa desde o século X; e, nas palavras *quasi* e *veiu*, há o registro dos grafemas vocálicos *i* e *u*, visto que são atônicas finais.

A palavra *comquanto* encontra-se o grafema *m* antes do grafema *q*, o que pode ser explicado como o fenômeno de formação dessa conjunção a partir da junção da preposição *com* ao advérbio *quanto*. A palavra *acto* apresenta o encontro consonantal impróprio de origem latina *ct*, que pode ser explicado pela reunião de duas ou mais consoantes imediatas no corpo da palavra precedido de uma vogal.

Em relação à acentuação, as palavras *Pancraccio*, *familia*, *necessario*, *historia* e *oleo* são casos em que há uma ausência do mesmo acento agudo em palavras terminadas em ditongos, o que se refere à lei do menor esforço na língua portuguesa. As palavras *noticias*, *symbolico*, *seculos*, *lagrimas*, *titulo*, *politicos*, *publicos*, *retardatarios* e *tropegos* não apresentam o acento agudo para marcar a sílaba tônica, no caso a antepenúltima, sendo proparoxítonas, grupo menor de palavras na língua portuguesa.

As palavras *máu*, *pódes* e *fôr* são casos de acentuação em que se percebe a persistência na marcação gráfica da tonicidade, por meio do emprego do acento agudo em *máu* e *pódes* e pelo uso do acento circunflexo em *fôr*; nessa última palavra, o recurso de acentuação indica que a vogal *o* é fechada quanto à saída da voz. Já em *tres*, *cahi* e *ha*, existe a ausência de acento agudo na marcação tônica. A palavra *restituia* também não registra o acento agudo na sílaba tônica *i*, mesmo sendo ela um hiato, manifestação silábica não muito acentuada na língua portuguesa desde os seus primeiros registros no século XIII.

No início do texto, percebe-se o uso de latinismos, na expressão *uma familia de prophetas après coup*, *post facto*, *depois do gato morto*, que tinha por objetivo o de conferir nobreza, musicalidade e luxo aos escritos, dada à formação intelectual clássica dos escritores. Ainda, no trecho resgatado acima, percebe-se o estrangeirismo *après coup*, que somado a outros, *coup du milieu* e *champagne*, eram utilizados como conseqüência inevitável da influência cultural francesa sofrida pelos brasileiros, necessária para explicar novos fatos, idéias e objetos que eram importados de outros ambientes.

Nos pronomes demonstrativos *d'esta* e *d'n'este*, ao serem associados à preposição *de* e *em*, encontram-se o emprego da manifestação gráfica das consoantes *d* e *n* junto à apóstrofe,

assim como no processo de formação do advérbio de lugar *d'ahi*; o uso de apóstrofe indica que existe uma vogal suprimida, no caso *e*, e *a*, respectivamente. Já na colocação pronominal do objeto direto *o*, percebe-se a separação entre a letra *l* da vogal *o* na palavra *alforrial-o*.

Na expressão *estava á espreita*, percebe-se a utilização do acento agudo para o *a* inicial que significa a contração de vozes semelhantes, isto é, *á* indica *a* mais *a*, na marcação da locução formada pela palavra feminina *espreita*. Em *pediu á illustre e obedecem á lei*, também se encontra a utilização do acento agudo sobre o *a* inicial para indicar a contração de vozes semelhantes, *a* mais *a*, que media a relação entre o verbo transitivo direto e indireto *pedir* e o verbo transitivo indireto *obedecer* junto aos seus objetos indiretos *illustre* e *lei*, respectivamente.

### 3.6. O princípio da Adequação Teórica

O princípio da adequação teórica, conforme aponta o capítulo dois desta Dissertação, trabalha com a comparação do registro passado da língua, reatualizando-a ao presente nas teorias e terminologias atuais. Nesse sentido, far-se-ão as análises dos documentos selecionados, 19 e 27 de abril e 11 e 19 de maio, comparando as questões ortográficas e de acentuação, selecionadas nos itens anteriores, com o registro da língua portuguesa encontrado na gramática do século XXI.

#### 3.6.1. As mudanças na língua portuguesa

A partir do Formulário Ortográfico de 1943 da língua portuguesa, redigido no Brasil em 1943, que teve por base o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa, edição de 1940, devido à sugestão do Senhor Ministro da Educação e Saúde, aprovada unanimemente pela Academia Brasileira de Letras, em 29 de janeiro de 1942, as palavras *gallinha*, *effeitos*, *hollandez*, *imensamente*, *illustre*, *annos*, *ella*, *elle*, *peccado* e *offereço*, *sarcocellos*, *hydrocellos*, *hemathocellos*, *affirmar*, *cantagallo*, *sacrifficios*, *d'alli*, *elle*, *immediatamente*, *commigo*, *collarinhos*, *excellentes*, *affligem*, *commenta*, *canella*, *apparente*, *tabellas*, *vacca*, *supponhemos*, *approvada*, *accionista*, *aquillo*, *accusado/ accusação*, *collete*, *diferença*, *summa*, *d'aquella*, *aquelles*, *aquillo*, *indifferença*, *estrellas*, *collegas*, *commum*, *accumulação*, *occupação*, *applaude*, *anno* perderam a característica da duplicação das letras *f*, *l*, *m*, *c*, *p* e *n*, pois são consoantes mediais surdas e intervocálicas que foram desprezadas.

Somente se escrevem duplicados *rr* e *ss* intervocálicos ao representarem os sons simples *r* e *s* como, por exemplo, *carro* e *massa* e, também, em todas as vezes que as palavras com essas letras associarem-se a um elemento de composição terminado em vogal sem a interferência do hífen, como em *arritmia* e *ressentimento*. Ainda, as letras duplicadas *cc* e *çç*, continuam a vigorar na ortografia portuguesa quando a primeira letra é sonoramente distinta da segunda, como as palavras *convicção* e *occipital*.

A letra *h* entre duas vogais, nas palavras *compreendeu*, *compreendi*, *compreenderam*, *ahi*, *cahir*, *sahiram*, *sahindo* e *distrahido*, desaparece, pois não se sente a sua realização sonora, o que confirma a idéia de que são vocábulos que não apresentam ditongo em sua composição ortográfica. Já nas palavras *Christo* e *hontem*, a consoante *h* de origem latina não é mais encontrado pelo fato de que a ortografia portuguesa abandonara o seu aspecto etimológico, assim como as palavras *theatro*, *hypothecados*, *prophetas* e *philosophia*, que perdem os encontros consonantais *th* e *ph*, pois abandonaram a sua relação com a origem grega, assumindo a representação *t* simples e *f*, respectivamente. A palavra *monarchia* perde o encontro consonantal *ch* latino que passa a ser registrado *qu* antes das vogais *e*, *i*.

Em relação às palavras *naturaes*, *taes*, *geraes*, *reaes*, *legaes*, *incondicionaes* os ditongos existentes *ae* passam a ser registrados como *ai*, resultando as formas *naturais*, *tais*, *gerais*, *legais* e *incondicionais*, assim como nas palavras *cousas*, *dous*, *doudo*, em que se encontram a alternância entre o *ou* e o *oi*, cumprindo-se o registro mais usual para cada termo, isto é, *coisas*, *dois* e *doidos*, e, em seguida, a variante. Já nas palavras *assembléa*, *idéas*, incorpora-se o grafema *i* entre as vogais no ditongo *ea*, originando *assembléia* e *idéias*.

Para *quasi* e *veiu*, o registro das vogais pós-tônicas finais *i* e *u* é substituído, respectivamente, pelas letras *e*, *o*; já para *logares*, troca-se a vogal *o* pelo *u* para que a constituição sonora dessa sílaba seja mais fraca do que a seguinte, visto que se trata de uma palavra paroxítona. A palavra *indemnisação* perde o processo de nasalização pelas letras *n* e *m* junto à vogal anterior *e*, e troca a letra *s* por *z* para incorporar o sufixo que indica a formação do substantivo terminado em *ação*.

A palavra *comquanto* troca a letra *m* por *n* antes de *q*, pois se sabe que *m* só é encontrado antes de *p* e *b*, visto que apenas os três compartilham a característica de serem formados por um mesmo ponto de articulação, o grupo das consoantes bilabiais. Já em *acto*, *directoria*, *districto*, *reflectindo*, *rectifique*, *facto*, *acto (s)*, *contractou/contractar*, *distracção*, *introducção* desaparece a letra *c*, assim como *g* em *augmentar*, *signal*, *assignada*, pois não

são proferidos os seus sons durante a execução da palavra, vistos, por exemplo, em outras palavras como *assignatura* e *director*.

As palavras *logar*, *comprimenta*, *comprimentados* trocam a vogal *o* para *u*, a fim de evitar duas sílabas fortes na sua marcação tônica; em *vasia*, *canceiras* e *magestade* troca-se *s*, *c*, *g*, por *z*, *s*, *j*, respectivamente, devido às suas realizações sonoras; a palavra *analysou* realiza-se com a letra *i* no lugar de *y*, pois o seu emprego ficou restrito em abreviaturas e como símbolo de alguns termos técnicos e científicos; já a palavra *promptos* perdeu o encontro consonantal *mp* para a letra simples *n*, pois a realização sonora é de som nasal. O termo *quiz* troca a letra *z* por *s* na posição final devido à sua composição sonora.

Para as questões referentes à acentuação, as palavras *Pancraccio*, *familia*, *necessario*, *historia*, *oleo*, *individuos*, *proprio*, *consciencia*, *negocios*, *independencia*, *aleatorias*, *lacteo*, *propria*, *consciencias*, *miseria*, *contrario*, *principio*, *salario* passam a receber acentos agudo e circunflexo para indicar a tonicidade de cada uma, pois fazem parte de uma exceção no maior grupo de palavras da língua portuguesa, as paroxítonas, já que são terminadas em ditongos; já as palavras *indispensavel*, *agradavel* devem receber acento agudo no grafema *a*, pois as são paroxítonas terminadas em *l*. As palavras *pódes*, *sómente*, *désse*, *fóra*, *devéras* e *côrte* perderam os acentos agudo e circunflexo, porque são paroxítonas e, exceto os dois grupos anteriores, não devem ser acentuadas.

Outras palavras que passam a receber os acentos agudo e circunflexo que indicam a sua sílaba tônica são *noticias*, *symbolico*, *seculos*, *lagrimas*, *titulo*, *politicos*, *publicos*, *retardatarios*, *tropegos*, *proposito*, *politica* (*o*), *publico*, *historico*, *materias*, *esperavamos*, *decimo*, *cedulas*, *unicas*, *ridiculas*, *emprestimo*, *ultima*, *academico*, *simile*, *economica*, *ultimo* (*s*), *espirito*, visto que são proparoxítonas e todas devem, portanto, ser acentuadas. Em *restituia*, *subtraiho* e *juizo* houve também a colocação do acento agudo, pois o termo formase com um *i* tônico em posição de hiato.

As palavras *máu* e *fôr* perderam os acentos agudo e circunflexo, ao passo que *tres*, *cahi*, *ha* receberam os acentos circunflexo e agudo na marcação da tonicidade das palavras, pois palavras oxítonas são acentuadas quando terminadas em *a*, *e*, *o* abertos e com o acento circunflexo as que acabam em *e*, *o* fechados, seguidos, ou não de *s*. As palavras *alguem*, *ninguem*, *tambem* devem receber acento agudo na vogal *e* pelo fato de terminarem *em* ou *ens*, sendo oxítonas com mais de uma sílaba;

Os empregos de apóstrofe nos pronomes demonstrativos *d'esta* e *d'n'este*, em *a's vezes*, em *d'asno* e no advérbio de lugar *d'ahi* perderam-se, porque ela ficou limitada aos casos de indicar a supressão de uma ou mais letras no verso poético por exigência da

metrificação, para reproduzir certas pronúncias populares e para indicar a supressão da vogal, já consagrada pelo uso, em certas palavras compostas ligadas apenas pela preposição *de*.

Nas palavras *alforrial-o* e *jural-o*, a colocação pronominal do objeto direto aproxima a letra *l* aos respectivos pronomes enclíticos *o* nessas formas verbais. Na expressão *estava á espreita*, assim como na expressão *ás vezes*, perde-se o acento agudo sobre o que se entendia por *a* inicial, para a utilização do recurso de crase sobre a junção de uma preposição e um artigo definido feminino para as locuções formadas pelas palavras femininas, *espreita* e *vezes*.

Em *pediu á illustre* e *dei um viva á natureza*, utiliza-se também a troca anterior para o recurso de crase, pois se tem a preposição *a* que se soma ao artigo definido feminino *a*, a fim de que possa ser feita a mediação da relação entre os verbos transitivos diretos e indiretos, *pedir* e *dar*, com os seus respectivos objetos indiretos *illustre* e *natureza*. Esse mesmo caso é verificado nas construções *obedecem á lei* e *chega-se á primeira* que apresentam verbos transitivos indiretos, *obedecer* e *chegar*, junto aos seus objetos indiretos *lei* e *primeira consideração*.

A expressão latinista *post facto*, utilizada com o sentido de *após fato*, e os estrangeirismos *buena-dicha*, *la bonne aventure*, *après coup*, *coup du milieu*, *champagne*, *ce qui est nom opinion* foram adotados pela língua portuguesa a partir de uma tradução literal, pois são consequência inevitável da influência cultural sofrida pelos brasileiros, sendo eles, respectivamente, com a significação de *boa sorte/destino*, *boa aventura*, *posteriormente*, *taça do meio*, *champanhe* ou *champanha* e *essa não é minha opinião*. Já as formas populares evidenciadas na influência do africanismo ainda podem ser encontradas como variações lingüísticas sociais, que caracterizam uma classe social mais popular que não teve acesso ao processo de escolarização e que, portanto, não tem o domínio completo da norma culta da língua; entretanto, em registros escritos, é comum encontrar *senhor*, *altura*, *quer*, *dizer* e *valho*.

### 3.6.2. As mudanças/continuidades na crônica

Para perceber as transformações quanto à estrutura do documento crônica, utiliza-se a crônica Assalto, escrita por Carlos Drummond de Andrade, entre as décadas de 50 e 60, no século XX. Nesse sentido, apresenta-se essa crônica na íntegra para a leitura e acompanhamento das análises propostas:

## CRÔNICA ASSALTO

*Na feira, a gorda senhora protestou a altos brados contra o preço do chuchu:*

*- Isto é um assalto!*

*Houve um rebuliço. Os que estavam perto fugiram. Alguém correndo, foi chamar o guarda. Um minuto depois, a rua inteira atravancada, mas provida de admirável serviço de comunicação espontânea, sabia que se estava perpetrando um assalto ao banco.*

*Mas que banco? Havia banco naquela rua? Evidente que sim, pois do contrário como poderia ser assaltado?*

*- Um assalto! Um assalto! – a senhora continuava a exclamar, e quem não tinha escutado escutou, multiplicando a notícia. Aquela voz subindo do mar de barracas e legumes era como a própria sirene policial, documentando, por seu uivo, a ocorrência grave, que fatalmente se estaria consumando ali, na claridade do dia, sem que ninguém pudesse evitá-la.*

*Moleques de carrinho corriam em todas as direções, atropelando-se uns aos outros. Queriam salvar as mercadorias que transportavam. Não era o instinto de propriedade que os impelia. Sentiam-se responsáveis pelo transporte. E no atropelo a fuga, pacotes rasgavam-se, melancias rolavam, tomates esborrachavam-se no asfalto. Se a fruta cai no chão, já não é de ninguém; é de qualquer um, inclusive do transportador. Em ocasiões de assalto, quem é que vai reclamar uma penca de bananas meio amassadas?*

*- Olha o assalto! Tem um assalto adiante!*

*O ônibus na rua transversal parou para assuntar. Passageiros ergueram-se, puseram o nariz para fora. Não se via nada. O motorista desceu, desce o trocador, um passageiro admitiu:*

*- No que você vai a fim de ver o assalto, eles assaltam sua caixa.*

*Ele nem escutou. Então os passageiros também acharam de bom alvitre abandonar o veículo, na ânsia de saber, que vem movendo o homem, desde a idade da pedra até a idade do módulo lunar.*

*Outros ônibus pararam, a rua entupiu.*

*- Melhor. Todas as ruas estão bloqueadas. Assim eles não podem dar no pé.*

*- É uma mulher que chefia o bando!*

*- Já sei. A tal dondoca loura.*

*- A loura assalta em São Paulo. Aqui é a morena.*

*- Uma gorda. Está de metralhadora. Eu vi.*

- *Minha Nossa Senhora, o mundo está virado!*
- *Vai ver que está caçando é marido.*
- *Não brinca numa hora dessas. Olha aí sangue escorrendo!*
- *Sangue nada, tomate.*

*Na confusão, circularam notícias diversas. O assalto fora a uma joalheria, as vitrinas tinham sido esmigalhadas a bala. E havia jóias pelo chão, braceletes, relógios. O que os bandidos não levaram, na pressa, era agora objeto de saque popular. Morreram no mínimo duas pessoas, e três estavam gravemente feridas.*

*Barracas derrubadas assinalavam o ímpeto da convulsão coletiva. Era preciso abrir caminho a todo custo. No rumo do assalto, para ver, e no rumo contrário, para escapar. Os grupos divergentes chocavam-se, e às vezes trocavam de direção: quem fugia dava marcha à ré, quem queria espiar era arrastado pela massa oposta.*

*Os edifícios de apartamentos tinham fechado suas portas, logo que o primeiro foi invadido por pessoas que pretendiam, ao mesmo tempo, salvar o pêlo e contemplar lá de cima. Janelas e balcões apinhados de moradores que gritavam:*

- *Pega! Pega! Correu para lá!*
- *Olha ela ali!*
- *Eles entraram na Kombi ali adiante!*
- *É um mascarado ! Não, são dois mascarados!*

*Ouviu-se nitidamente o pipocar de uma metralhadora, a pequena distancia. Foi um deitar-no-chão geral, e como não havia espaço, uns caíam por cima de outros. Cessou o ruído. Voltou. Que assalto era assalto, dilatado no tempo, repetido, confuso ?*

*- Olha o diabo daquele escurinho tocando matraca! E a gente com dor-de-barriga, pensando que era metralhadora!*

*Caíram em cima do garoto, que soverteu na multidão. A senhora gorda apareceu, muito vermelha, protestando sempre:*

- *É um assalto! Chuchu por aquele preço é um verdadeiro assalto!*

A crônica *Assalto* traz como tema o cotidiano tenso encontrado nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, em meio ao momento histórico vivido pelo país, a ditadura militar, representado por uma confusão em uma feira popular. Essa feira livre aponta uma cidade envelhecida e condenada à morte, cenário corriqueiro do não-entendimento do simples fato do alto preço de um chuchu.

O não-entendimento da expressão popular, *isto é um assalto!*, aos ouvidos de quem passa, é consequência da preocupação de não ser capturado pelo sistema de censura governamental do Brasil ditatorial. Entretanto, entende-se que a indignação do preço do chuchu, *a priori*, era mais uma das vozes que se levantava contra o assalto moral das pessoas, que não concordavam com o sistema político opressor vigente no país.

Nesse sentido, *Assalto* é também um documento lingüístico-histórico que revela mais do que um simples risada sobre a “ignorância popular”, pois apresenta a agitação e tensão vivida nas ruas brasileiras, já que quaisquer palavras em falso eram motivos de radicalidade de um sistema governamental. O clima de tensão que era percebido nas ruas brasileiras é confirmado pela presença da polícia, que adquiriu a imagem não mais de protetora dos cidadãos, mas de quem poderia levá-los a sessões de tortura que tinham como objetivo a reunião de informações sobre grupos opositores ao governo militar:

*aquela voz subindo do mar de barracas e legumes era como a própria sirene policial, documentando, por seu uivo, a ocorrência grave, que fatalmente se estaria consumando ali, na claridade do dia, sem que ninguém pudesse evitá-la.*

Uma das primeiras afirmações que podem ser feitas pela leitura comparativa das crônicas do século XIX com essa do século XX faz-se em relação à organização. A primeira diferença revela que as publicações de Machado de Assis estavam ligadas a sua filiação nos jornais fluminenses, sendo elas ainda crônicas de caráter folhetinesco, *os folhetins de variedades*, ao passo que a feita por Carlos Drummond de Andrade recai no grupo de textos que se reconhecem como praticantes de um gênero literário de grande disseminação. A segunda diferença é o fato de que as crônicas machadianas foram escritas em primeira pessoa, com a participação ativa de um narrador-personagem, enquanto a crônica drummoniana foi escrita em terceira pessoa, com uma série de personagens que participam da trama da narrativa.

Nessa perspectiva, de um lado, as crônicas da coleção *Bons Dias!* operam como um texto experimental e que estavam atreladas ao jornal e ao folhetinista, dispostas em meio a inúmeras notícias ocorridas na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX. Por outro lado, a crônica drummoniana mostra a afirmação desse gênero crônica em produção livre e espontânea, revelando que os seus escritores sentiam-se adaptados à estrutura e à linguagem modalizada.



As crônicas escritas por Machado de Assis e por Carlos Drummond de Andrade são semelhantes, pois são entendidas como documentos histórico-lingüísticos, porque incidem na utilização de uma linguagem mais solta, flexível e próxima da oralidade, mesmo sendo feitas por autores consagrados pelo primor e trabalho vocabular em seus trabalhos. Nesse sentido, percebe-se que a crônica é um documento que confirma a preocupação de seus escritores em considerar o crescente prestígio da modalidade falada da língua portuguesa nesses dois momentos lingüísticos diferentes.

As crônicas 19 e 27 de abril e 11 e 19 de maio, assim como *Assalto*, são marcadas por seus aspectos histórico-políticos e socioculturais, pois fornecem elementos para as suas leituras de época, o século XIX e, na comparação realizada, a do século XX. Por essa razão, compreende-se que é relevante entender que esse gênero literário crônica é um documento histórico, não havendo, portanto, espaço para informações centrais ou marginais, visto que se tem o encontro ficcional com a realidade, conforme os trechos analisados anteriormente:

- *o governo até parece que quanto mais lhe falta mais lhe dão, e, às vezes, em condições inesperadas, como o caso do nosso recente empréstimo. Quem e que me fia mais desde outubro do anno passado um jantarinho assim melhor? Seguramente ninguém; mas ao governo fiam tudo; deve muito e emprestam-lhe mais. Por ser governo – 19 de abril.*

- *de mim confesso que, na rua, ando sempre distraído. A's vezes é uma idéa, às vezes é uma tolice, às vezes é o proprio tolo que me distrai, de modo que não posso, em consciencia, negar nem afirmar. E depois, a minha rua habitual é a do Ouvidor, onde a gente é tanta e taes as palestras, que não ha outras ruas; deixe estar – 27 de abril.*

- *o plano feito de ir a Ouro Preto pegar os taes escravos e restitui-os aos senhores, dando-lhes ainda uma pequena indemnisação do seu bolsinho, e pagando elle mesmo a sua passagem da estrada de ferro. Foi isso que... – 11 de maio.*

- *tratei de alforriar um molecote que tinha, pessoa dos seus dezoito annos, mais ou menos [e] pequeno ordenado, repito, uns seis mil réis; mas é de grão em grão que a gallinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma gallinha – 19 de maio.*

- *aquela voz subindo do mar de barracas e legumes era como a própria sirene policial, documentando, por seu uivo, a ocorrência grave, que fatalmente se estaria consumando ali, na claridade do dia, sem que ninguém pudesse evitá-la – Assalto, 1950/1960.*

Essas trechos acima são relevantes para que se entenda que as crônicas organizaram-se em função de seu tempo, revelando suas respectivas marcas históricas, políticas e lingüísticas que as garantem como gêneros documentais. Nessa perspectiva, o registro da língua portuguesa estruturou-se de tal forma que as crônicas escritas por Machado de Assis mantêm a noção de memória da sociedade fluminense e do homem negro do final do século XIX, pois registraram acontecimentos sociais que marcaram a vida do cidadão brasileiro.

## CONCLUSÃO

Esta Dissertação fez um estudo histórico e historiográfico das crônicas 19 e 27 de abril e 11 e 19 de maio, escritas por Machado de Assis, veiculadas na série *Bons Dias!*, observando a língua portuguesa em uso no final do século XIX no Brasil. Essa coletânea de crônicas foi publicada na *Gazeta de Notícias* em 1888 e reflete aspectos da história do homem negro na sociedade fluminense.

Nesse sentido, este estudo consistiu em saber em que medida a crônica machadiana refletiu marcas gramaticais que estão registradas nos compêndios da época, especificamente na Gramática de Júlio Ribeiro, e que possibilitaram perpetuar aspectos do homem negro brasileiro no contexto escravista no Brasil. Por essa razão, examina-se a língua portuguesa nas crônicas selecionadas, procurando evidenciar as representações histórico-lingüísticas materializadas em cada crônica. Além disso, procurou-se comprovar como a realidade contextual da sociedade fluminense no final do século XIX, isto é, as discussões sobre abolição do regime escravista e desenlaces da derrubada do regime monárquico, foram trabalhadas junto às tramas ficcionais de cada crônica.

Por essa razão, em um primeiro momento, reconstruiu-se o contexto histórico e intelectual da segunda metade do século XIX, pois a amostra selecionada está inserida no ano de 1888. Em um segundo momento, foram verificadas as manifestações ortográficas e de acentuação que corroboram para a identificação de aspectos gramaticais da língua portuguesa em uso no final do século XIX, comprovada nas gramáticas normativas da época como, por exemplo, a escrita por Julio Ribeiro.

Para esta pesquisa, buscaram-se os fundamentos teórico-metodológicos da Historiografia Lingüística, na medida em que as reflexões de Konrad Koerner (1989, 1995, 1996) explicam os procedimentos necessários para que se faça o exame de um documento do passado, a fim de que suas descobertas sejam relevantes para o entendimento do português atual. A HL nasceu do diálogo interdisciplinar da Lingüística com a História, apresentando-se como uma disciplina que trabalha um método de (re) escrita da história de uma determinada sociedade passada, pois toma essa língua como um produto histórico-social, já que descreve, explica e interpreta as suas respectivas transformações.

Nessa perspectiva, os postulados apontados pela HL foram trabalhados para que as análises estivessem alicerçadas e, assim, atingissem os objetivos propostos na Dissertação. Para evitar distorções na interpretação das crônicas selecionadas, o recurso da metalinguagem

possibilitou observar os acontecimentos histórico-lingüísticos com valores de seu tempo e espaço geográfico, adequando-os para o estágio atual do conhecimento lingüístico. O recurso da metalinguagem explicou a língua portuguesa em uso no final do século XIX no Brasil a partir da história e da descrição da sociedade fluminense; permitiu, ainda, verificar o caráter literário da língua, que possibilitou perceber diferentes níveis de organização do gênero crônica, suas temáticas e a sua prática lingüística.

Assim, utilizou-se do princípio da *contextualização histórica e intelectual* da segunda metade do século XIX, a fim de reconstruir o seu clima de época a partir das questões político-econômicas que circulavam junto ao anseio de pró-Abolição e, posteriormente, ao movimento republicano. Diante desse cenário, o homem negro, escravizado ou não, é relevante nesse momento histórico do Brasil, pois figurava nas discussões dos políticos, e dos homens comuns como Machado de Assis, nas ruas fluminenses.

As concepções lingüísticas foram trabalhadas, já que a língua portuguesa é o objeto de análise deste estudo, e, portanto, fez-se relevante perceber os seus direcionamentos no final do século XIX. Para tanto, examinaram-se os seus registros de ortografia e acentuação a partir de gramáticas da época como, por exemplo, a de Julio Ribeiro, e, por conseguinte, verificou-se como o escritor Machado de Assis respeitava essas regras nas crônicas selecionadas.

Por essa razão, o princípio da *imanência* resgata as marcas de ortografia e de acentuação da língua portuguesa em uso na segunda metade do século XIX. Tais marcas podem ser entendidas como recorrentes do registro escrito da língua portuguesa do final daquele século, já que, por fazer parte do gênero jornalístico crônica, revelam a língua do cotidiano, solta e não tão próxima às regras gramaticais. A crônica foi entendida como o ponto de encontro da ficção com a observação da realidade de seu enunciador, sendo considerada um documento que se inscreve como registro histórico-lingüístico revelador das tensões sociais partilhadas pela sociedade fluminense, quando de sua produção.

Para a operacionalização do princípio da *adequação teórica*, utilizou-se de uma crônica do século XX, Assalto, de Carlos Drummond de Andrade, a fim de que se permitisse apreender as modificações acerca da organização da crônica enquanto uma prática literária. Assim, comprovou-se que as feitas por Machado de Assis ligavam-se às redações de jornais, enquanto a drummoniana incorporou-se com maior frequência à atividade do fazer da literatura, pois foi percebido a não-dependência do suporte jornal, já que a relação com os acontecimentos histórico-sociais não é imediata, mas é feita a partir de inferências mais complexas que dependem de alicerces literários. Notou-se, ainda, que as crônicas são entendidas como documentos, pois estão marcadas pelos aspectos histórico-políticos e

socioculturais da sociedade brasileira em dois tempos, a do final do século XIX e a das décadas de 50 e 60 no século XX.

As marcas lingüísticas verificadas nas crônicas selecionadas foram comparadas aos registros atuais da língua portuguesa a partir das terminologias e teorias gramaticais. Nesse sentido, perceberam-se as mudanças na ortografia e na acentuação e confirmaram a idéia de que a língua muda de acordo com o uso que o homem dela faz, pois ela tende a se adequar a ele que a usa na sociedade, visto ser um instrumento de inter-relação humana.

Esta pesquisa aponta novas perspectivas que podem dar continuidade ao trabalho realizado pelas análises propostas. As crônicas da coleção *Bons Dias!* ainda são muitas e podem ser objeto de estudo que confirmem outras marcas da sua organização como gênero e, também, como um documento histórico-lingüístico. As marcas lingüísticas também podem ser ampliadas, visto que há outros aspectos gramaticais, de ordem morfológica e sintática, por exemplo, que, ao serem examinados, devem contribuir para o entendimento da língua portuguesa do século XIX e, por conseguinte, do presente momento.

Ainda, esta Dissertação confirmou a idéia de que obras estudadas apenas pela crítica literária podem ser objeto de análises pelo viés da Lingüística, como no caso as produções das crônicas de Machado de Assis, pois são registros da língua portuguesa de uma determinada sociedade que se cristalizou em um específico espaço geográfico em um dado tempo. Nesse sentido, outros gêneros literários como, romances, contos, peças de teatro, dentre outros, de Machado de Assis e, também, de outros autores, são fontes documentais que podem revelar elementos para uma melhor compreensão do homem brasileiro no passado e na modernidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil 2 - Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ALI, Manuel Said. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- ALMEIDA, Marly de Souza. *Metalinguagem e identidade lingüística brasileira na sátira poética de Oswald de Andrade*. Tese de doutoramento, São Paulo: PUCSP, 2003.
- ASSIS, Machado de. *Crônicas (1859-1888)*. Rio de Janeiro: Jackson, 1937.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, Roland (org). *Análise estrutural da narrativa*. São Paulo: Vozes, 1972.
- BAZERMAN, Charles. Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades: como os textos organizam atividades e pessoas. In: *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2006.
- BENDER, Flora Christina & LAURITO, Ilka Brunhilde. *Crônica: história, teoria e prática*. São Paulo: Scipione, 1993.
- BETELLA, Gabriela Kvacek. *Machado de Assis enfrenta tragédias e farsas na crônica: a reflexão crítica de Bons Dias!* Curitiba: Revista Letras, n. 62, p. 11-25, 2004.
- CÂNDIDO, Antonio. *A crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP. Unicamp, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de Textos. In: *Domínios da História. Ensaios e Teoria e Metodologia*. São Paulo: Campus, 2005.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: UNESP, 1997.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1976.
- FALCON, Francisco. *História Cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- FARACO, Carlos Alberto. A percepção da mudança. In: *Lingüística Histórica*. São Paulo: Parábola, 2005.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- FÁVERO, Leonor Lopes & MOLINA, Márcia. *As Concepções Lingüísticas no Século XIX: A Gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

- FREYRE, Gilberto. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Artenova, 1964.
- GLEEDSON, John. *Por um novo Machado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Bons Dias! (crônicas 1888-1889)*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- JAGUARIBE, Beatriz. *Fins de século: Cidade e cultura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- KHUN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- KOERNER, Konrad. *Toward a Historiography of Linguistics: Selected essays*. Amsterdam: John Benjamins, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Progress in Linguistic Historiography*. Amsterdam: John Benjamins, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Practicing Linguistic Historiography. Selected essays*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Professing Linguistic Historiography*. Philadelphia: John Benjamins Amsterdam/, 1995a.
- \_\_\_\_\_. *O problema da metalinguagem na historiografia lingüística*. Universidade de Ottawa, tradução de Cristina Altman, 1995b.
- \_\_\_\_\_. *Questões que persistem em Historiografia Lingüística*. São Paulo: Revista da ANPOLL, número 2, p 45-70, tradução Cristina Altman, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Linguistics and ideology in the study of language*. Universidade de Ottawa, s/d.
- LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.
- LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novos problemas*. 4ª ed. São Paulo: Francisco Alves, s/d.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. *História da língua portuguesa: V. Século XIX*. São Paulo: Ática, 1988.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A., 1981.
- MILLER, Carolyn R. Genre as Social Action. In: FREEDMAN, Aviva & MEDWAY, Peter (orgs.). *Genre and the new rhetoric*. S/c: Taylor & Francis, 1994.

NASCIMENTO, Jarbas V. (org.). *Historiografia lingüística: rumos possíveis*. São Paulo: Pulsar, 2005.

NOGUEIRA JÚNIOR, José Everaldo. *Comicidade e Língua Portuguesa na primeira metade do século XIX no Brasil*. São Paulo: Tese de doutoramento, PUC-SP, 2005.

NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. São Paulo: Ática, 2003.

PAIXÃO, Fernando. *Para gostar de ler: v. 3 – Crônicas*. São Paulo: Ática, 1989.

PIMENTA, Márcia Mendes. *José de Alencar: Em busca da identidade lingüística brasileira – Um estudo histórico lingüístico de O Tronco do Ipê*. São Paulo: Dissertação de Mestrado – PUC-SP, 2001.

REIS, Carlos & LOPES, Ana Cristina. *Dicionário de teoria narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.

RIBEIRO, Julio. *Grammatica Portuguesa*. (1ª ed. 1881). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 11ª ed., 1913.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. São Paulo: Ática, 2005.

SECCHIN, Antonio Carlos. *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 1998.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988.

VIANA, Márcia Serra Ribeiro. *Linguagem como fato social total*. Londrina: Humanidades, 2005.

ZEN, Tânia Maria Campos. *A crônica e seu avesso*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC-SP, 1996.

## **REVISTAS E JORNAIS**

DISCUTINDO A LITERATURA. São Paulo: Ano I, número 4, p. 30-39, 2006.

*Gazeta de Notícias*, 19 de abril de 1888.

*Gazeta de Notícias*, 27 de abril de 1888.

*Gazeta de Notícias*, 11 de maio de 1888.

*Gazeta de Notícias*, 19 de maio de 1888.

## **SITES RELACIONADOS**

[www.portaldalinguaportuguesa.org](http://www.portaldalinguaportuguesa.org) – acesso 11 de abril de 2008.



**ANEXOS**

## ANEXO 1 = BONS DIAS! 19 DE ABRIL DE 1888.

**BONS DIAS!**

.... E nada; nem palavra, nada. Ninguém me responde; todos estão com os olhos na eleição do 1º districto. Mas, com seiscentas cedulas! também eu, acabando d'aqui, lá irei dar o meu recado, por signal que já o trago decôr; mas cada cousa tem o seu logar. Quando um homem chega e comprimenta, parece que os comprimentados o menos que podem fazer é retribuir o comprimento; acho que não custa muito. Calaram-se, a pretexto de que vão votar, será politico, mas não é politico; não sei se me entendem. Emfim, por essas e outras é que eu gosto muito mais da roça. Na roça, a gente vai andando em cima da mula; a dez passos já as pessoas bem educadas estão de chapêu na mão:

- Bons dias, Sr. coronel!
- Aduz, José Bernardes.
- Toda a obrigação de V. Ex. . .
- Todos bons; e a tua?
- Louvado seja Deus, vai bom, para servir a V. Ex.

Que custa isto? Que custam dois dedos de boa criação? Nada. E note-se que lá fóra, mesmo quando ha eleição, ninguém se esquece dos seus deveres; ás vezes até os cumprem com mais gallardia. Esta côrte é uma terra de mal criados.

Pois olhem, quando eu entrei aqui, vinha alegre; tinha lido umas revelações do amigo Dr. Costa Ferraz, que me lavaram a alma das melancolias pecuniarias, unicas que me affligem devêras. As outras não passam de cancelas ridiculas. Falta de dinheiro, isso doe; não menos, para quem não é governo. O governo até parece que quanto mais lhe falta mais lhe dão, e, ás vezes, em condições inesperadas, como o caso do nosso recente empréstimo. Quem é que me dá mais, desde outubro do anno passado um jantarinho assim melhor? Seguramente ninguém; mas ao governo ficam tudo; deve muito e emprestam-lhe mais. Por isso, não admira que tanta gente queira ser governo. Só esse gosto de vêr chegar o credor, de chapêu na mão, todo zumbais, com uma bolsa de baixo do braço, tratando o devedor por magestade, palavra que dá vontade de pôr a procissão na rua.

Mas, como eu ia dizendo, ha umas revelações curiosas do amigo Dr. Costa Ferraz, na acta da ultima sessão da Imperial Academia de Medicina. Tratam das rações e das dietas da armada. S. Ex. leu as tabellas vigentes e analysou-as. Chama-se alli regimen lacteo a uma porção de cousas em que entra algum leite. « De sorte que (commenta o illustre facultativo), a passar o principio, todos que tomam seu café com leite o á sobremesa saboream um prato de arroz de leite, com o indispensavel pó de canella, se devem julgar sujeitos ao regimen lacteo! »

Reflectindo bem, por que não? A razão de S. Ex. é só apparente. Eu vou com as tabellas. Nem quero saber se realmente o cirurgião-mor da armada, como declarou nas bochechas da Academia, não as approvou, não as viu sequer; porque d'esta circumstancia apenas se pôde concluir a perfeita inutilidade dos cirurgiões, mores ou menores, — *ce qui est mon opinion*. Vou com as tabellas e vou mais longe, quer em prosa, quer em verso:

Vou com as tabellas,  
Vou mais longe que ellas.

Não direi hoje até onde vou; vão sendo horas de ir votar. Digo só que o digno academico não viu que o regimen lacteo das tabellas deve ser entendido por um simile. Supponhamos o jogo do solo. Ha o solo a dinheiro, que corresponde ao leite de vacca, puro, abundante, exclusivo... Vacca e dinheiro são, como se sabe, expressões correlatas; diz-se *vacca do orçamento*; diz-se também: *o pelintra mettu a boca na teta*, quando se quer deprimir alguém, que andou mais depressa que nós, etc., etc. Mas, além do solo a dinheiro, ou leite de vacca, ha o solo a tentos, que é o que chamamos leite de pato. O regimen da armada é d'este ultimo leite. Mas vão sendo horas de ir votar e ainda não dei conta de uma reclamação que recebi.

Ha dias reuniu-se o Banco Predial, para tratar dos escravos, que lá estão hypothecados. Muitos foram os pareceres, duas as propostas, uma d'estas a approvada, até que tudo acabou como nos demais bancos e no concilio dos deuses de Camões:

Pelo caminho lacteo...  
(outra vez o lacteo!)

Pelo caminho lacteo...  
Logo cada um dos deuses se partiu  
Fazendo seus reaes acatamentos  
Para os determinados aposentos.

Ora, entre os discursos proferidos houve um do digno accionista Sr. José Luiz Fernandes Villela, declarando ser tudo aquillo uma discussão vasia de sentido, porque já não existem escravos.

Confesso que estimei ler tão agradável noticia; mas, como não ha gosto perfeito n'esta vida, recebi d'ahi a pouco uma mensagem assignada por cerca de 600,000 pessoas (ainda não pude acabar a contagem dos nomes), pedindo-me que rectifique o discurso do Sr. Fernandes Villela. Ha escravos; elles proprios o são. Estão promptos a jurar-o e concluem com esta philosophia, que não parece de preto: « As palavras do Sr. Fernandes Villela podem ser entendidas de dous modos, conforme o onviante ou o leitor trouxer uma enxada ás costas, ou um guarda-chuva de baixo do braço. Vendo as cousas, de guarda-chuva, fica-se com uma impressão; de enxada, a impressão é differente. »

Adeus. Já sabem que o coronel Almeida, deputado provincial pelo 14º districto da Bahia, tendo sido accusado de traição ao Dr. Costa Zama, declarou na

assembléa que abandonava o seu partido. Exemplo austero e digno de imitação! dada uma accusação d'essas, botemos o nosso partido fóra, como um simples collete de seda enlameado. Mas os principios, que nos ligavam ao partido? Perdão; mas os botões, que nos abotoavam o collete?

Boas Noites.

## ANEXO 2 = BONS DIAS! 27 DE ABRIL DE 1888.

**BONS DIAS!**

O cretinismo nas famílias fluminenses é geral. Não sou eu que o digo; é o Dr. Maximiano Marques de Carvalho. E qual a prova de tão grave asserção? O mesmo facultativo a dá n'estas palavras, que offereço á contemplação dos homens de olho fino:— « Não vedes todos esses indivíduos de pernas inchadas, que se arrastam pelas ruas d'esta capital? Não vedes os que são portadores de enormes sarrocellos, e de hydrocellos e hemathocellos? »

— De mim confesso que, na rua, ando sempre distraído. A's vezes é uma idéa, ás vezes é uma tolice, ás vezes é o proprio tolo que me distrai, de modo que não posso, em consciencia, negar nem affirmar. E depois, a minha rua habitual é a do Ouvidor, onde a gente é tanta e haes as palestras, que não ha tempo nem espaço... Mas ha outras ruas; deixe estar.

Sim, não se imagina como sou distraído. Sobra não ir mais longe, ainda hontem estive a conversar com alguém, sobre estes negocios de abolição e emancipação. A conversa travou-se a propósito dos vivas ao partido liberal, dados por uns escravos de Cantagallo, no acto de ficarem livres, manifestação politica tão natural, que ainda mais me construiu na adoração da natureza. E dei um viva á natureza. O sujeito deu outro; depois, piscando o olho esquerdo, creio que foi o esquerdo, perguntou-me:

— A quantos de maio nasceu Porto Alegre?

Respondi immediatamente:

— De porta acima.

O sujeito zanga-se, chama-me pedaço d'asno, e some-se. Valha-me Deus! estou com mais esse inimigo.

Entretanto, foi tudo distracção. Quando elle piscou o olho, comeccei eu a ruminar uma idéa que tenho, para dar emprego aos libertos que não quizerem ficar na agricultura; isto é o meu plano: augmentar o numero de criados de servir, de tal maneira que ninguém tenha menos de tres, ainda á custa de grandes sacrificios... Aqui, quem suppõe que está sendo empulhado, é o leitor; e eu digo-lhe que sim, só para ter o gosto de o desempulhar logo depois. Costuma ler os volumes da nossa legislação? Leia o de 1824; lá vem um aviso que lhe explicará tudo. Foi expedido em 7 de fevereiro de 1824 ao intendente geral da policia, mandando que ás pessoas de primeira consideração se não conceda mais que tres criados de porta acima, e ás de segunda somente um.

Já o leitor começa a entender. Restaurando-se este aviso (aliás não revogado expressamente), não haverá ninguém que não queira ser de primeira consideração, com tres criados de porta acima. Por gosto, duvido que uma pessoa se deixe ficar entre as de segunda, menos ainda de terceira, que é a classe a que provavelmente pertencia D. João Tenorio, crido de si mesmo.

Ha de custar, bem sei, mas tirando daquella vela, d'alli um par de sapatinhos do Janjão, sacrificando alguns divertimentos, deixando mesmo de pagar algum credor mais pacato, chega-se á primeira consideração, que é o fim de todos nós.

Eu cá, se vou para as goraes dos theatros, ou para os camarotes, de terceira ordem, é porque esses lugares são baratos, e a economia tambem é um enfeitado publico.

Mas expeça amanhã algum ministro um aviso, declarando que só irão para alli as pessoas de segunda consideração, e verá onde me sento. Ou não vou mais ao theatro. Lá ver-me taxado de segunda, em publico, não é commigo.

Quanto ao valor historico ou politico do aviso, isso é com gente que possa puxar os collarinhos ao discurso, e dizer cousas de sociologia e outras materias; não é commigo. Não quero saber se o aviso explica o nosso vezo de tudo esperar do governo, pois que anno e meio depois da independencia até esperavamos os criados. Tambem não quero saber se é d'alli que vem a introdução da raça dos credores, filha do diabo que a carregue. Sei que hoje pôde ser um modo de empregar libertos, e deixo esta idéa no papel, para uso das pessoas que não tenham outras. Quem lá, não briguem.

Outra idéa, que tambem aqui deixo, é a

de pedir á sociedade dos Dez Mil que cumpra um dos artigos dos seus estatutos. Estabelece-se alli, que uma parte dos fundos seja empregada em bilhetes de loteria.

Faz-se isto? Creio que não. As loterias corrom, algumas têm planos excellentes, e em geral os premios sahem em numeros bonitos. Não me consta que a sociedade tenha comprado um decimo que seja; ao menos, ultimamente. Era até um meio de resolver a questão das duas directorias: se o bilhete desse, ficava a directoria A, se não desse, ficava a directoria B. Todas as cousas aleatorias devem reger-se por modo aleatorio, como a loteria, algumas convicções; o a buena-dicha.

La bonne aventure, o quê!

La bonne aventure!

Boas noites!

## ANEXO 3 = BONS DIAS! 11 DE MAIO DE 1888.

**BONS DIAS!**

Vejam os leitores a differença que ha entre um homem de olho alerta, profundo, sagaz, proprio para remexer o mais intimo das consciencias (eu em summa), e o resto da população.

Toda a gente contempla a procissão na rua, as bandas e bandeiras, o alvo-roço, o tumulto, e applaude ou censura, segundo é abolicionista ou outra cousa; mas ninguem dá a razão d'esta cousa ou d'aquella cousa; ninguem arrancou aos factos uma significação, e, depois, uma opinião. Creio que fiz um verso.

Eu, pela minha parte, não tinha parecer. Não era por indifferença; é que me custava a achar uma opinião. Alguem me disse que isto vinha de que certas pessoas tinham duas e tres, e que naturalmente esta injusta accumulção trazia a miseria de muitos; pelo que, era preciso fazer uma grande revolução economica, etc. Compreendi que era um socialista que me fallava, e mandei-o à fava. Foi outro verso, mas vi-me livre de um amolador. Quantas vezes me não aconteece o contrario!

Não foi o acto das alforrias em massa dos ultimos dias, essas alforrias *incondicionaes*, que vêm cahir como estrelas no meio da discussão da lei de abolição. Não foi; porque esses actos são de pura vontade, sem a menor explicação. Lá que eu gosto da liberdade, é certo; mas o principio da propriedade não é menos legitimo. Qual d'elles escolheria? Vivía assim, como uma peteca (salvo seja), entre as duas opiniões, até que a sagacidade e profundez do espirito com que Deus quiz compensar a minha humildade, me indicou a opinião racional e os seus fundamentos.

Não é novidade para ninguem, que os escravos fugidos, em Campos, eram alagados. Em Ouro Preto fez-se a mesma cousa, mas por um modo mais particular. Estavam alli muitos escravos fugidos. Escravos, isto é, individuos que, pela legislação em vigor, eram obrigados a servir a uma pessoa; e fugidos, isto é, que se haviam subtraído ao poder do senhor, contra as disposições legais. Esses escravos fugidos não tinham occupação; lá veiu, porém, um dia em que acharam salario, e parece que bom salario.

Quem os contractou? Quem é que foi a Ouro Preto contractar com esses escravos fugidos aos fazendeiros A, B, C? Foram os fazendeiros D, E, F. Estes é que cahiram a contractar com aquelles escravos

de outros collegas, e os levaram consigo para as suas roças.

Não quiz saber mais nada; desde que os interessadados rompiam assim a solidariedade do direito commum, é que a questão passava a ser de simples luta pela vida, e eu, em todas as lutas, estou sempre do lado do vencedor. Não digo que este procedimento seja original, mas é lucrativo. Alguns não me comprehendiram (porque ha muito burro n'este mundo); alguem chegou a dizer-me que aquelles fazendeiros fizeram aquillo, não porque não vissem que trabalhavam contra a propria causa, mas para pregar uma peça ao Clapp. Imagina-se bem se arregalei os olhos.

— Sim, senhor. Saiba que o Clapp tinha o plano feito de ir a Ouro Preto pegar os tuos escravos e restituil-os aos senhores, dando-lhes ainda uma pequena indemnisação do seu bolsinho, e pagando elle mesmo a sua passagem da estrada de ferro. Foi por isso que...

— Mas então quem é que está aqui doudo?

— E' o senhor; o senhor é que perdeu o pouco juizo que tinha. Aposto que não vê que anda alguma cousa no ar.

— Vejo; creio que é um papagaio.

— Não, senhor; é uma republica. Querem ver que tambem não acredita que esta mudança é indispensavel?

— Homem, eu, a respeito de governos, estou com Aristoteles, no capitulo dos chapéus. O melhor chapéu é o que vai bem á cabeça. Este, por ora, não vai mal.

— Vai pessimamente. Está sabindo dos eixos; é preciso que isto seja, senão com a monarchia, ao menos com a republica, aquillo que dizia o *Rio-Post* de 21 de junho do anno passado. Você sabe allemão?

— Não.

— Não sabe allemão?

E, dizendo-lhe eu outra vez que não sabia, elle, imitando o medico de Molière, dispara-me na cara esta algaravia do diabo:

— *Es dürfte leicht zu erweisen sein, dass Brasilien weniger eine konstitutionelle Monarchie als eine absolute Oligarchie ist.*

— Mas que quer isto dizer?

— Que é d'este ultimo tronco que deve brotar a flor.

— Que flor?

— As

BOAS NOITES.

## ANEXO 4 = BONS DIAS! 19 DE MAIO DE 1888.

**BONS DIAS!**

Eu pertenço a uma familia de prophetas *après coup, post facto, depois do ga'o morto*, ou como melhor nome tenha em hollandez. Por isso digo, e juro se necessario fór, que toda a historia d'esta lei de 13 de maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha, pessoa de seus dezolto annos, mais ou menos. Alforrial-o era nada; entendi que, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar.

N'este jantar, a que os meus amigos deram o nome de banquet, em falta de outro melhor, reuni umas cinco pessoas, comquanto as noticias dissessem trinta e tres (annos de Christo), no intuito de lhe dar um aspecto symbolico.

No golpe do meio (*coup du milieu*, mas eu prefiro fallar a minha lingua), levantei-me eu com a taça de champagne e declarei que, acompanhando as idéas pregadas por Christo, ha dezolto seculos, restituia a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia que a nação inteira devia acompanhar as mesmas idéas e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus, que os homens não podiam roubar sem peccado.

Pancrácio, que estava á espreita, entrou na sala, como um furacão, e veio abraçar-me os pés. Um dos meus amigos (creio que é ainda meu sobrinho), pegou de outra taça, e pediu á illustre assembléa que correspondesse ao acto que eu acabava de publicar, brindando ao primeiro dos cariocas. Ouvi cabisbaixo; fiz outro discurso agradecendo, e entreguei a carta ao molecote. Todos os lenços commovidos apanharam as lagrimas de admiração. Cai na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi muitos cartões. Creio que estão pintando o meu retrato, e supponho que a oleo.

No dia seguinte, chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:

— Tu és livre, podes ir para onde quizeres. Aquí tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...

— Oh! meu senhô! fico.

— ... Um ordenado pequeno, mas que ha de crescer. Tudo cresce n'este mundo; tu crescestes immensamente. Quando nasceste, eras um pírralho d'esto tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olhe, és mais alto quatro dedos...

— Artura não qué dizô nada, não, senhô.

— Pequeno ordenado, repito, uns seis mil réis; mas é de grão em grão que a gallinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma gallinha.

— Eu valo um gallo, sim, senhô.

— Justamente. Pois seis mil réis. No fim de um anno, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete.

Pancrácio accellou tudo; accellou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por mo não escovar bem as botas; effeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia annullar o direito civil adquirido por um titulo que lhe dei. Elle continuava livre, eu de máu humor; eram dous estados naturaes, quasi divinos.

Tudo comprehendeu o meu bom Pancrácio; d'ahi para cá, tenho-lhe despedido

alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta, quando lhe não chamo filho do diabo; cousas todas que elle recebe humildemente, o (Deus me perdô!) creio que até alegre.

O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes da abolição legal, já eu, em casa, no modesta da familia, libertava um escravo, acto que commoveu a toda a gente que d'elle teve noticia; que esse escravo tendo aprendido a lér, escrever e contar; (simples supposição) é então professor de philosophia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente politicos, não são os que obedecem á lei, mas os que se antecipam a ella, dizendo ao escravo: *és livre*, antes que o digam os poderes publicos, sempre retardatarios, tropeços e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu.

Boas Noites.